



UNISINOS

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

# Jornalismo Pós-industrial

## Caminhos para um pós-jornalismo



Arte: Andrioli Costa

### C. W. Anderson:

Crises permanentes, turbulências constantes

### Ivana Bentes:

Memética, multidão e midialivrismo - A comunicação pós-mídia

### Ramón Salaverría:

Jornalismo, compartilhamento e credibilidade no século XXI

EMASIS

### Renato Ortiz:

“Pós-modernidade”, identidade e tecnologia no mundo globalizado

### Oswaldo Pessoa Jr.:

O que é o medo da morte? “Apenas um artefato psíquico”. A resposta da filosofia da mente

### Neiva Furlin:

Mulheres: sujeitos femininos de saber teológico

# Jornalismo Pós-industrial: Caminhos para um pós-jornalismo

**A** edição desta semana da IHU On-Line vem na esteira de importantes mudanças que têm afetado o ecossistema midiático ao longo dos últimos anos. As novas mídias, a tecnologia ubíqua e as redes sociais permitiram a articulação de uma sociedade midiaticizada, e tensionam o jornalismo tradicional em diversas instâncias, num contexto que pesquisadores nomearam jornalismo pós-industrial.

No entanto, enquanto o termo descreve bem o futuro no qual já estamos inseridos, seria possível vislumbrar o que vem em seguida? Para pensar os dilemas da imprensa na contemporaneidade e a emergência de um possível pós-jornalismo, pesquisadores e pesquisadores de diversas universidades participam da discussão.

**C. W. Anderson**, professor da *City University of New York – CUNY* e um dos autores do relatório *Jornalismo Pós-Industrial*, aborda as relações entre imprensa, tecnologia e novas formas de participação social, das quais decorrem as constantes crises que atingem a indústria de notícias.

**Ramón Salaverría**, da *Universidad de Navarra*, investiga o desafio dos meios tradicionais em manter seu prestígio comunicacional, adaptando-se a características dos meios nativos digitais. Já **Ronaldo Henn**, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos, trata da construção dos cibercontenúdos que, midiáticos por natureza, dispensam uma mediação *a priori* pelo jornalismo.

Os drones e o jornalismo imersivo são os temas centrais da entrevista de **Antonio Brasil**, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que nos lembra que inovação resume-se menos à tecnologia do que às novas ideias e narrativas. **John Pavlik**, da Escola de Comunicação e Informação da *State University of New Jersey*, analisa os esforços de promoção da interatividade e de envolvimento do público naquele que seria o segundo estágio do jornalismo online.

**Luiz Martins da Silva**, da Universidade de Brasília – UnB, distingue protojornalismo, jornalismo e pós-jornalismo que, por vezes, podem compartilhar a mesma página. A pluralidade de emissores e sua relação com o jornalismo é o tema da entrevista de

**Joshua Benton**, fundador e diretor do *Nieman Journalism Lab*, da Universidade de Harvard.

**André Lemos**, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, defende uma distinção entre funções midiáticas e pós-midiáticas para compreender a complexidade do atual ecossistema midiático. **Ivana Bentes**, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, fala do midialivrismo na mídia pós-massiva. Por fim, **Cremilda Medina**, professora aposentada da Universidade de São Paulo – USP, discute a importância do jornalista-autor na mediação do real, que supera novas ou velhas gramáticas, novas ou velhas mídias.

Completam esta edição as entrevistas de **Renato Ortiz**, da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, sobre identidade e tecnologia na “pós-modernidade”; de **Oswaldo Pessoa Jr.**, da USP, sobre o medo da morte como “artefato psíquico”; e de **Neiva Furlin**, do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Paraná – UFPR, a respeito do papel da mulher no ensino de teologia.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!



Instituto Humanitas  
Unisinos

UNISINOS

Endereço: Av.  
Unisinos, 950,  
São Leopoldo/RS.  
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 – ramal 4128.

E-mail: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br).

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.  
Gerente Administrativo: Jacinto  
Schneider ([jacintos@unisinos.br](mailto:jacintos@unisinos.br)).

IHU

**IHU On-Line** é a revista  
semanal do Instituto  
Humanitas Unisinos – IHU  
ISSN 1981-8769.

**IHU On-Line** pode ser  
acessada às segundas-feiras,  
no site [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br).

Sua versão impressa circula em  
terças-feiras, a partir das 8h,  
na Unisinos.

## REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio  
Neutzling ([inacio@unisinos.br](mailto:inacio@unisinos.br)).  
Redação: Inácio Neutzling,  
Andriolli Costa MTB 896/MS  
([andriollicb@unisinos.br](mailto:andriollicb@unisinos.br)),  
Luciano Gallas MTB 9660  
([lucgallas@unisinos.br](mailto:lucgallas@unisinos.br)),  
Márcia Junges MTB 9447  
([mjunges@unisinos.br](mailto:mjunges@unisinos.br)),  
Patrícia Fachin MTB 13.062  
([prfachin@unisinos.br](mailto:prfachin@unisinos.br)) e  
Ricardo Machado MTB 15.598  
([ricardom@unisinos.br](mailto:ricardom@unisinos.br)).  
Revisão: Carla Bigliardi

Colaboração: César Sanson,  
André Langer e Darli Sampaio,  
do Centro de Pesquisa e Apoio  
aos Trabalhadores – CEPAT, de  
Curitiba-PR.  
Projeto gráfico: Agência  
Experimental de Comunicação  
da Unisinos – Agexcom.  
Editoração: Rafael Tarcísio  
Forneck  
Atualização diária do site:  
Inácio Neutzling, Patrícia Fachin,  
Fernando Dupont, Suélen  
Farias, Julian Kober, Nahiene  
Machado e Larissa Tassinari

# LEIA NESTA EDIÇÃO

## TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **Apresentação** – Os caminhos para um pós-jornalismo
- 7 **Baú da IHU On-Line**
- 8 **C. W. Anderson** – Jornalismo Pós-Industrial – Crises permanentes, turbulências constantes
- 11 **Ramón Salaverría** – Jornalismo, compartilhamento e credibilidade no contexto pós-industrial
- 15 **Ronaldo Henn** – Midiático por natureza – A construção do cibercontecimento
- 18 **Antonio Brasil** – Telejornalismo pós-industrial – Drones, ninjas e jornalismo imersivo
- 21 **John Pavlik** – Entretenimento e informação no envolvimento da audiência
- 23 **Luiz Martins da Silva** – Jornalismo, pós-jornalismo e protojornalismo. Uma imprensa de múltiplas camadas
- 26 **Joshua Benton** – O lugar da informação no ecossistema midiático
- 28 **André Lemos** – Mídias massivas e pós-massivas no fluxo das redes
- 31 **Ivana Bentes** – Memética, multidão e midialivrismo – A comunicação pós-mídia de massas
- 35 **Cremilda Medina** – O jornalista-autor e a mediação do real – Para além de novas ou velhas gramáticas

## DESTAQUES DA SEMANA

- 39 **Destques On-Line**
- 41 **Entrevista da Semana** – Osvaldo Pessoa Jr. – O que é o medo da morte? “Apenas um artefato psíquico”. A resposta da filosofia da mente e da neurociência
- 47 **Teologia Pública** – Neiva Furlin – Mulheres: sujeitos femininos de saber teológico
- 57 **Entrevista da Semana** – “Pós-modernidade”, identidade e tecnologia no mundo globalizado

## IHU EM REVISTA

- 61 **Sala de Leitura**
- 62 **Publicação em Destaque** – Cadernos IHU – A dádiva de si e a “juventude”: estudo etnográfico sobre movimento escoteiro
- 63 **Retrovisor**



[twitter.com/\\_ihu](https://twitter.com/_ihu)



<http://bit.ly/ihuon>



[www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

**Tema  
de  
Capa**

**Destques  
da Semana**

**IHU em  
Revista**

# Apresentação

## Os caminhos para um pós-jornalismo

POR ANDRIOLLI COSTA



Foto – Gettyimages.

### O repórter e o robô

Na manhã do dia 17 de março de 2014, o *LA Times* foi o primeiro jornal a veicular a notícia sobre um terremoto ocorrido minutos antes em Westwood, Califórnia. A matéria tinha como fonte apenas a base de dados do serviço de notificação de terremotos do *U.S. Geological Survey* e citava ainda outros tremores ocorridos na região nos últimos 10 dias – bem como todas as localidades afetadas.

A postagem tinha tudo para ser apenas mais uma, que daria sequência a uma série de novas matérias produzidas pela redação ao longo do dia. Exceto, é claro, pelo conteúdo de seu último parágrafo: “este post foi criado por um algoritmo, desenvolvido pelo autor”.

O autor em questão é Ken Schwencke, editor de conteúdo digital do *LA Times*. Jornalista e programador, ele é o criador do *Quakebot*, um “robô” programado para escrever his-

tórias baseadas em eventos sísmicos que preencham critérios de noticiabilidade previamente configurados. O bot posta automaticamente no servidor do jornal, gera uma imagem com base em mapas do Bing e informa os editores de que o texto está pronto para ser liberado. Além do *Quakebot*, Schwencke desenvolveu também o *HomicideReport*, um bot que publica um lead básico de **todas** as ocorrências de homicídio registradas em Los Angeles.

Já em abril, o periódico britânico *The Guardian*, que circulava nos Estados Unidos apenas em edição online, divulgou o lançamento de uma edição americana impressa e mensal totalmente produzida por bots. O *#Open001* consiste em uma seleção de reportagens publicadas pelo *Guardian* ao longo da semana, escolhidas por algoritmos de acordo com sua aceitação nas redes sociais. Com a seleção feita, ARTHR, outro bot, diagrama as notícias nas páginas, cabendo ao editor apenas dar OK nas provas e enviá-las para impressão. O processo de fechamento completo leva cerca de uma hora e, de acordo com o desenvolvedor, poderá no futuro ser feito por qualquer pessoa – mesmo as sem conhecimento formal em jornalismo.

As notícias chamam a atenção inicialmente por seu caráter pitoresco, mas ganham especial relevância no sentido em que tensionam o jornalismo em um de seus fundamentos básicos: a notícia. Conteúdo jornalístico produzido com o auxílio de softwares é utilizado há mais de 50 anos, mas a elaboração autônoma de conteúdo é novidade. Muito se diz sobre o jornalismo não ser apenas “técnica”, e da importância da sensibilidade e da subjetividade do repórter, do “faro jornalístico” apurado, do traquejo do profissional ou mesmo do simples contato humano como determinantes para a construção social da notícia. Por outro lado, os bots e o assim chamado “jornalismo semântico” são exemplos extremos de quando esta é mediada totalmente pela técnica.

O que isso representa para o jornalismo? Deontologicamente, muito pouco. A produção dos bots é o *hard news* puro, fundamentado em um lead básico para responder da forma mais simples possível às perguntas *O quê? Quem? Como? Quando? Onde? Por quê?*. O trabalho de reportagem, investigação e contextualização social do acontecimento ainda seria imprescindível à atividade jornalística. Mas será que isso é feito de maneira adequada? Em um contexto de precarização das redações, levado a cabo por um círculo vicioso entre perda de anunciantes, quedas de audiência, dificuldade de monetização em ambiente virtual e reduções massivas de



Foto – Mídia Ninja.

custo e equipes (os famosos “passaralhos”), sabemos que este tipo de material tem cada vez menos espaço nas organizações tradicionais.

As tensões que os bots evidenciam, desta forma, se dão no nível ontológico do jornalismo. Desconstroem, de início, a concepção antropocêntrica da própria produção noticiosa. É o que mostra o pesquisador Clister Clerwall, da *Karstad University* na Suécia, que realizou um estudo mostrando que a percepção de uma nota de “conteúdo autônomo” é indiscernível da escrita por um jornalista. A pesquisa apontou ainda que aspectos de qualidade como “clareza” e “leitura agradável” foram ligeiramente mais destacados em textos produzidos por humanos, enquanto “confiabilidade”, “informatividade” e “objetividade” se destacaram nos textos produzidos pelos algoritmos.

Clerwall resgata ainda que o jornalismo semântico é um braço do que é conhecido como “notícias algorítmicas”. São as matérias produzidas adaptadas à lógica dos pageviews e da otimização dos sistemas de busca. Ou seja, repórteres designados para reportagens inspiradas nas buscas populares no Google ou Yahoo. “Este tipo de notícia não se preocupa com o que o público precisa saber para tomar decisões e agir como cidadão na democracia, mas sim no que o público, em determinado momento, parece ‘querer’”. É tratar o leitor como consumidor, não como cidadão.

Muitos se perguntam se a máquina pode fazer melhor seu trabalho que um jornalista, mas, dentro da lógica acima, fica a provocação: ao servir à técnica, de que forma um humano produz melhor jornalismo que um robô? Quantas vezes, dentro das dinâmicas das horas de fechamento, não nos deixamos robotizar, produzindo sem introjeção ou reflexão, repetindo fórmulas, chavões e estereótipos? Para que e a quem serve um jornalista como esse?

### Jornalismo pós-industrial

A tecnologia do jornalismo produzido por algoritmos insere-se no contexto que o Tow Center, da Universidade de Columbia, nomeou em um relatório publicado em 2012 de “jornalismo pós-industrial”. Escrito pelos pesquisadores C. W. Anderson, Clay Shirky e Emily Bell, o relatório, “parte pesquisa e parte manifesto”, retoma o termo utilizado no contexto jornalístico pela primeira vez por Doc Searls em 2001. Pós-Industrial, para ele, era aquele jornalismo não mais organizado de acordo com a lógica do maquinário de produção. Os autores, no entanto, propõem uma expansão do conceito para pensar também o papel do jornalismo no ecossistema midiático contemporâneo.

O relatório se debruça sobre o lugar ocupado pela imprensa e pelos profissionais de jornal em um mundo permeado por uma sociedade midiaticizada; pela lógica conectiva das re-

des sociais; pela liberdade e alcance comunicativo do público (anteriormente “audiência”); por tecnologias e narrativas inovadoras criadas por *startups* ou por iniciativas midiáticas independentes ou mesmo sem fins lucrativos. Não é possível, afinal, olhar para mídias tão diferentes e ver algum tipo de unidade; seja no conteúdo, na linguagem, no modelo de negócios – ou mesmo na ausência dele.

Fala-se em um mundo em que jornalistas precisam “concorrer” com conteúdo produzido por atores humanos e não humanos, que ultrapassam os limites da antiga e coesa indústria de notícias. Isso se torna muito evidente na cobertura espontânea realizada durante protestos ou manifestações, como na Primavera Árabe – onde a imprensa oficial era impedida de noticiar os acontecimentos, mas as redes sociais tornaram-se a praça pública para a discussão, mobilização e ação social.

E no contexto nacional? Em um de seus artigos, Antonio Brasil, professor de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, dá a ver uma imagem interessante: um mundo em que a cobertura feita por “ninjas nas ruas” coexiste com a de “drones no ar”. *Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação* é a sigla do coletivo Mídia N.I.N.J.A, braço do Fora do Eixo que emergiu com grande repercussão durante os protestos de junho passado. Seria possível compreender a cobertura pelos ninjas como jornalismo? Ou ainda, seria esta sequer uma pergunta relevante? Talvez mais importante seja pensar nos modos como ambas as mídias dialogam e tensionam uma a outra. O portal [midianinja.org](http://midianinja.org), lança-

do em junho deste ano, é um grande exemplo desta relação.

De maneira semelhante e igualmente provocativa Anderson, Bell e Shirky perguntam: “seria o Facebook, do modo como é constituído hoje, uma empresa de notícias?”. A resposta, de acordo com o relatório de jornalismo pós-industrial, não seria nem sim, nem não, mas *mu* – que em linguagem de programação indica que a pergunta, como formulada, não tem resposta razoável. “O Facebook é fundamental para o ecossistema de notícias e, ainda que organizado de acordo com linhas fora de sincronia com qualquer coisa que reconheceríamos como organização jornalística, sua mera presença altera o contexto da pergunta.”

### Pós-Jornalismo?

Para entender o que é e o que não é jornalismo, primeiramente é preciso definir sua estrutura e seus fundamentos. Dessa forma, é possível avaliar de maneira adequada as mudanças estruturais sem incorrer em neopatias, buscando na história da imprensa aquilo que é e permanece sendo essencial para a atividade.

Fato é que o jornalismo sempre executou uma série de funções, sendo a informativa apenas uma delas. No entanto, como bem aponta o relatório do Tow Center, nunca se teve muita urgência para defini-las. “No período em que o discurso público era escasso (o que quer dizer, toda a história até agora), jornalismo era simplesmente o que os jornalistas faziam”. Hoje, talvez mais do que nunca, ter claros estes conceitos torna-se imperativo para os estudos do campo.

Jornalismo pós-industrial é um termo que resolve de maneira bastante eficiente os desafios e perspectivas do jornalismo no tempo presente, e os estudos buscam mapear e explorar dilemas com os quais ainda estamos nos enfrentando. Seria possível, entretanto, vislumbrar a emergência de um possível pós-jornalismo? O prefixo “pós”, neste sentido, não tem necessariamente a conotação evolutiva ou linear, mas atópica.

Não é um novo jornalismo, ou um jornalismo superior, mas um novo lugar do qual lançar os olhos sobre o objeto jornalismo – e do qual este, por sua vez, também possa lançar os olhos sobre a sociedade. Um espaço onde as tensões homem x técnica, repórter x máquina, emissor x receptor se resolvam e deem origem a novas práticas, linguagens e organizações.

Fala-se em jornalismo pós-industrial, jornalismo líquido, funções massivas e pós-massivas, pós e protojornalismo. Fala-se em ciberacontecimentos e em jornalismo de multidões. Todos são conceitos que, cada um à sua forma, tentam compreender o que vivemos hoje e dão pistas sobre o que ainda está pela frente.

Vislumbrar este lugar do “pós”, buscando conhecer um panorama de diferentes visões sobre o assunto, é o objetivo desta **IHU On-Line**. Ainda que seja difícil, a partir do presente, chegar a alguma conclusão sobre o devir, não acreditamos que este seja um mero exercício de futurologia. Mesmo porque, ainda no século passado, o escritor William Gibson já nos lembrava: “o futuro já chegou. Só não está igualmente distribuído”.

## Baú da IHU On-Line

Confira outras edições da **IHU On-Line** dedicadas aos debates sobre jornalismo e mídia.

- *Arqueologia da mídia. Um passado presente.* **IHU On-Line** nº 375, de 03-10-2011, disponível em <http://bit.ly/ihuon375>;
- *Midiatização. Um modo de ser em rede comunicacional.* **IHU On-Line** nº 289, de 13-04-2009, disponível em <http://bit.ly/ihuon289>;
- *Mídia livre? A democratização da comunicação.* **IHU On-Line** nº 254, de 14-04-2008, disponível em <http://bit.ly/ihuon254>;
- *Mídia e Política.* **IHU On-Line** nº 202, de 30-10-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon202>;
- *Ética e Mídia.* **IHU On-Line** nº 109, de 02-08-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon109>.

# Jornalismo Pós-Industrial – Crises permanentes, turbulências constantes

Para C. W. Anderson, a relação entre imprensa, tecnologia disruptiva e novas formas de participação social fará com que nos acostumemos a um mundo onde a indústria de notícias seja mais fraca e sempre envolta em constante turbulência

POR ANDRIOLLI COSTA / TRADUÇÃO: ANDRIOLLI COSTA

**J**ornalismo pós-industrial: adaptando-se ao presente. Este é o título do relatório, “parte pesquisa e parte manifesto”, publicado pelo Tow Center da Universidade de Columbia em 2012. Desde as primeiras páginas, o documento já afirma que aquela não era uma tentativa de especular o jornalismo do futuro ou de salvar a indústria de notícias. Primeiramente porque “o futuro já havia chegado”. E em segundo lugar porque não havia mais uma “indústria de notícias”. Afinal, com a notícia escapando à centralidade das antigas e consolidadas organizações jornalísticas, pensar o jornalismo dentro dos limites aos quais sempre esteve reservado torna-se hoje insuficiente.

Em um estudo bastante completo sobre práticas profissionais, modos de produção e o papel social da imprensa, os autores C. W. Anderson, Clay Shirky e Emily Bell traçam um diagnóstico do jornalismo neste novo e complexo ecossistema midiático. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Anderson afirma que desde a publicação do relatório o campo jornalístico passou por várias mudanças. No entanto, o argumento central “de que as organizações noticiosas estão com problemas para mudar suas práticas profissionais de modo a acomodar a realidade digital, e que diversas novas organizações noticiosas estão desestruturadas, permanece amplamente verdadeiro”.

O pesquisador aborda ainda sua visão sobre a crise no jornalismo que, para ele, está relacionada a uma crise geral das instituições, como o governo, a igreja ou o exército. Defende ainda que os desafios do jornalismo estão “tão relacionados aos processos organizacionais pelos quais as empresas jornalísticas são conduzidas quanto pelo modelo de negócios ou a tecnologia.” Neste contexto, Anderson afirma não enxergar uma resolução para o tensionamento entre novas e velhas mídias. “É muito mais provável que nós, como sociedade, simplesmente nos ‘acostumemos’ com um mundo onde a indústria de notícias seja mais fraca e sempre envolta em uma constante turbulência.”

C. W. Anderson é graduado em Ciência Política pela Indiana University, onde estudou a circulação de notícias na Rússia pós-soviética. Concluiu, na Columbia University, seu mestrado e doutorado em Comunicação. Anderson é um dos pioneiros na pesquisa e prática do jornalismo cidadão, dirigiu entre 2001 e 2008 o *NYC Independent Media Center*, uma das primeiras experiências de jornalismo “do-it-yourself”. Atualmente é professor do Departamento de Cultura de Mídia na City University of New York – CUNY. É autor de *Rebuilding the News: Metropolitan Journalism in the Digital Age* (Filadélfia: Temple University Press, 2013).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Em que consiste pensar um jornalismo pós-industrial? Por que retomar o termo usado por Doc Searls<sup>1</sup> em 2001?**

<sup>1</sup> David “Doc” Searls (1947): jornalista norte-americano, colunista e bloguei-

**C. W. Anderson –** Ao nomear o relatório de “Jornalismo pós-indus-

ro. Utilizou o termo “jornalismo pós-industrial” para designar “o jornalismo que não é mais organizado sob as normas de proximidade ao maquinário de produção”. (Nota da IHU On-Line)

trial”, quisemos algo especialmente claro. Boa parte das discussões mais frequentes a respeito do futuro da indústria de notícias tende a falar ou sobre uma crise econômica (“os jornais precisam encontrar seu modelo de negócios”) ou sobre uma crise tec-

nológica (“um tsunami de tecnologia digital está varrendo a indústria de notícias e não há nada que possamos fazer sobre isso”). Já nós, baseados em muita pesquisa, pensamos que os problemas no mundo do jornalismo estão tão relacionados aos processos organizacionais pelos quais as empresas jornalísticas são conduzidas quanto pelo modelo de negócios ou a tecnologia. Dessa forma, quisemos escolher o título “pós-industrial”, para chamar atenção para este aspecto do relatório.

### **IHU On-Line – De onde surgiu a inquietação para a produção do relatório? O cenário midiático mudou desde a sua publicação?**

**C. W. Anderson** – O novo centro de pesquisas da Universidade de Columbia, o Tow Center, quis celebrar seu lançamento encomendando uma série de novos artigos para analisar as mudanças na indústria de notícias. Publicou-se, então, uma série deles: *The Reconstruction of American Journalism*<sup>2</sup>, por Len Downie<sup>3</sup> e Michael Schudson<sup>4</sup>; *The Story So Far: What We Know About the Business of Digital Journalism*<sup>5</sup>, por Bill Grueskin<sup>6</sup>, Ava Seave<sup>7</sup> e Lucas Graves<sup>8</sup>; e, por fim, nosso relatório.

Acredito que várias coisas específicas mudaram no jornalismo desde

## **Não é mais importante tornar os jornalistas mais humanos do que tornar o jornalismo mais robótico?**

que nosso relatório foi publicado, mas penso que os argumentos gerais – de que as organizações noticiosas estão com problemas para mudar suas práticas profissionais de modo a acomodar a realidade digital e que diversas novas organizações noticiosas estão desestruturadas – permanecem amplamente verdadeiros. A maior diferença que eu apontaria é o fato de que há algum dinheiro do Vale do Silício sendo derramado no ecossistema noticioso. Isso pode dar às novas organizações um grande impulso e pode ajudá-las a se institucionalizar mais rapidamente.

### **IHU On-Line – O termo “jornalismo pós-industrial” descreve a atualmente conturbada relação entre imprensa, tecnologia disruptiva e novas formas de participação social. Mas como você vislumbra a emergência de um possível “pós-jornalismo”, em que estas relações se resolvam?**

**C. W. Anderson** – Na verdade eu não tenho certeza se estas tensões um dia serão resolvidas. É muito mais provável que nós, como sociedade, simplesmente nos “acostumemos” com um mundo onde a indústria de notícias seja mais fraca e sempre envolta em uma constante turbulência.

### **IHU On-Line – Tendo em vista a discussão de Philip Meyer<sup>9</sup> – Os jor-**

<sup>9</sup> Philip Meyer: jornalista norte-americano, trabalhou durante 26 anos como jornalista antes de entrar para a docência. Atualmente é professor emérito da Universidade da Carolina do Norte. Seus estudos se concentram nas áreas de qualidade no jornalismo, jornalismo de precisão e jornalismo cívico. (Nota da IHU On-Line)

*nais podem desaparecer?* (São Paulo: Contexto, 2007), de que maneira os modelos de negócio tradicionais do jornalismo desgastaram a credibilidade dos jornais e quais novos modelos surgem como alternativas à recuperação da credibilidade?

**C. W. Anderson** – Concordo com Philip Meyer que os modelos de negócios tradicionais do jornalismo são (parcialmente) responsáveis pelo declínio da credibilidade da imprensa, e penso que é possível que novos modelos possam ajudar a recuperá-la. Mas também é possível que novos modelos tornem as publicações e organizações noticiosas ainda mais confiáveis do que antes. Com tudo isso dito, penso que o declínio da confiança dos americanos no jornalismo é, na verdade, apenas parte de um declínio geral da confiança dos americanos em diversas instituições anteriormente autoritárias: o governo, os militares, as empresas, a igreja e assim por diante.

### **IHU On-Line – Existe uma crise do jornalismo? Ou uma crise das organizações jornalísticas?**

**C. W. Anderson** – Ambas, acredito. Eu tendo a discordar com o chavão de que existe uma crise das organizações, mas não do jornalismo. Penso que, mesmo agora, as organizações noticiosas tradicionais produzem a maior parte do jornalismo – especialmente nas cidades dos Estados Unidos – e, dessa forma, qualquer crise nas organizações jornalísticas inevitavelmente afetará o modo como o jornalismo é produzido.

**IHU On-Line – Em *Rebuilding the News*, você questiona a autoimagem dos jornalistas, que se enxergam como referências informativas definitivas, que reportam em nome de um público massivo, o que impediria o diálogo comunicacional. No entanto, critérios como audiência e linguagem são insuficientes para distinguir o jornalismo da cobertura feita por blogs ou comunicadores não profissionais. O que distingue (ou deveria distinguir) o jornalismo pós-industrial dessas demais produções de conteúdo?**

**C. W. Anderson** – Penso que, no final, o ato de fazer reportagens originais alçadas a um nível que pessoas

<sup>2</sup> *The Reconstruction of American Journalism*, publicado em 19-10-2009, na *Columbia Journalism Review*. Disponível em <http://bit.ly/dowshudjor>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>3</sup> Leonard “Len” Downie, Jr (1942): jornalista norte-americano, foi editor executivo do *The Washington Post* entre 1991 e 2008. (Nota da IHU On-Line)

<sup>4</sup> Michael Schudson (1946): sociólogo americano, pesquisador da história do jornalismo. É autor de *Discovering the News: A Social History of American Newspapers*. (Nota da IHU On-Line)

<sup>5</sup> *The Story So Far: What We Know About the Business of Digital Journalism*, publicado em 10-05-2011, na *Columbia Journalism Review*. Disponível em <http://bit.ly/GrueSeaGrae>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>6</sup> Bill Grueskin: jornalista norte-americano, atualmente é decano na Columbia Journalism School e editor executivo na Bloomberg LP. (Nota da IHU On-Line)

<sup>7</sup> Ava Seave: semióloga com MBA em Administração por Harvard, é diretora da *Quantum Media Associates*. (Nota da IHU On-Line)

<sup>8</sup> Lucas Graves: professor assistente da Escola de Jornalismo e Comunicação de Massas da Universidade de Wisconsin-Madison. (Nota da IHU On-Line)

normais podem entender, e que seja relevante para elas, permanece como aquilo que deve distinguir jornalismo de outras formas de comunicação, seja a comunicação digital ou alguma outra.

**IHU On-Line – Ao pensar o jornalismo semântico, muitos se perguntam se um algoritmo pode fazer uma notícia de maneira mais eficiente que um repórter humano. Não seria mais adequado pensar em quantas vezes não permitimos que o próprio fazer jornalístico se robotize, nos deixando levar pela técnica, pelo declaratório ou pelo senso comum, sem a devida intuição e reflexão da experiência?**

**C. W. Anderson** – Penso que esta é uma ótima pergunta. Não é mais importante tornar os jornalistas

mais humanos do que tornar o jornalismo mais robótico? Concordo com este sentimento de todo o coração. O problema, claro, é que o jornalismo localiza-se estranhamente entre o “trabalho industrial” e a “arte”. Em outras palavras: devido aos *deadlines* de produção e outras noções do que o jornalismo deveria ser, algumas pessoas o encaram como algo que um computador pudesse ou devesse fazer. E a velocidade da internet só tornou as coisas ainda piores. Ainda assim, eu concordo com você. Cabe a todos nós, que atuamos como jornalistas ou que ensinamos jornalistas a manter o aspecto “humano” do jornalismo em mente.

**IHU On-Line – É possível entender que a alternativa para o futuro do**

**jornalismo seria promover um retorno à grande reportagem e à apuração cautelosa em detrimento da cobertura em tempo real? Ou estas também já não são mais soluções que dão conta da complexidade do ecossistema midiático atual?**

**C. W. Anderson** – Acredito que sim, mas penso que devemos ter em mente a existência de diferentes camadas em cada história noticiada, e que algumas coberturas em “tempo real” inevitavelmente vão incorrer em erros. As organizações jornalísticas sempre tentarão ser tão rápidas quanto podem ser, e o que precisamos fazer é educar o público sobre como o jornalismo funciona e por que a primeira publicação de uma notícia nem sempre será a mais precisa.

Acesse o Twitter do IHU em [twitter.com/\\_ihu](https://twitter.com/_ihu)



# Jornalismo, compartilhamento e credibilidade no contexto pós-industrial

Para Ramón Salaverría, os meios tradicionais têm muito a aprender com os meios nativos digitais, com o desafio de não se descaracterizarem, mantendo seu prestígio informativo

POR ANDRIOLLI COSTA / TRADUÇÃO: ANDRIOLLI COSTA

**E**m maio deste ano, o *Buzzfeed*, site especializado em conteúdo viral, vazou um relatório de inovação produzido pelo *The New York Times* avaliando as perspectivas do jornal frente às novas mídias. O relatório aponta, entre outras informações, que o *Times* pratica o “melhor jornalismo do mundo”, mas seus concorrentes o superam em conteúdo compartilhável e engajamento. Dados do próprio estudo mostram que, enquanto o site do *NYT* possui cerca de 30 milhões de visitantes únicos por mês, o próprio *Buzzfeed* soma mais do que o dobro. Já o *Huffington Post*, referência entre os chamados meios “nativos digitais”, chega a 100 milhões de acessos ao mês.

Vários são os motivos para a boa performance destes últimos. As notícias são frequentemente estruturadas em um modelo mais informal, privilegiando conteúdo de interesse humano, recorrendo à emoção e à sensibilidade. As chamadas são normalmente superlativas, histórias edificantes que vão “mudar sua vida”, ou com a já clássica *clickbait* “você não vai acreditar no que esta pessoa fez”. Em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, o pesquisador Ramón Salaverría, referência mundial em jornalismo na internet, apoia a iniciativa do jornal.

“Não significa que o *New York Times* tenha que se tornar o *Buzzfeed*, mas que algumas

peculiaridades do *Buzzfeed* podem ser aproveitadas pelo *NYT*”, defende. Para Salaverría, os meios tradicionais têm muito a aprender com os nativos digitais, especialmente no que diz respeito aos formatos e à relação com a audiência. Afinal, estes são “muito mais ágeis e adaptativos à mudança das formas de acesso e de consumo informativo dos usuários na internet”. Nesta entrevista, o pesquisador trata ainda da mudança do conceito de notícia no ambiente web, fala da importância da credibilidade independente do meio em questão e explora as perspectivas de um “jornalismo líquido” como manifestação do pós-jornalismo.

Ramón Salaverría possui graduação e doutorado em Jornalismo pela Universidade de Navarra – Unav, na Espanha. Atualmente é professor titular da Faculdade de Comunicação da mesma universidade, além de Diretor do Departamento de Projetos Jornalísticos. Um dos maiores especialistas em webjornalismo do mundo, é professor convidado em diversas universidades em todo o mundo. Entre seus livros, destacamos: *Periodismo integrado: convergencia de medios y reorganización de redacciones* (Barcelona: Editorial Sol 90, 2008), *Redacción periodística en Internet* (Pamplona: Eunsa, 2005) e *Manual de redacción ciberperiodística* (Barcelona: Editorial Ariel, 2003).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Você teve contato com o relatório *Jornalismo pós-industrial* produzido pelo Tow Center, de Columbia? Acredita que as observações feitas no relatório dão conta**

**dos dilemas que o jornalismo vive em nível mundial?**

**Ramón Salaverría** – Sim. Penso que é uma boa interpretação para alguns problemas que atualmente

afetam o jornalismo internacional. De início, o próprio título do relatório é bem acertado porque, basicamente, aborda uma alteração no processo de produção da informação. Isso é algo

que não é considerado em muitas ocasiões, mas neste relatório se coloca de maneira destacada como fator essencial das mudanças em curso. Concordo bastante com esta visão.

O principal não é que os hábitos de consumo estejam mudando ou nem sequer que as próprias tecnologias de produção e de função informativa estejam passando por uma evolução tão rápida. O fundamental é que está mudando todo o processo de apropriação da informação por parte da sociedade contemporânea. Nesse sentido, penso que uma boa maneira de denominar esta nova situação é “jornalismo pós-industrial”, devido aos novos processos de produção e difusão de conteúdos informativos.

**IHU On-Line – No relatório de estratégia digital do *The New York Times*<sup>1</sup>, vazado há algumas semanas, existem apontamentos que indicam a necessidade de buscar a aproximação com a lógica do compartilhamento nas redes sociais. Diversos jornais brasileiros já têm seguido o modelo *Buzzfeed*<sup>2</sup> ou *Huffington Post*<sup>3</sup> de produção de conteúdo: galeria de GIFs animados, listas e histórias edificantes que vão “mudar sua vida” – especialmente com a chegada das versões em português desses sites<sup>4</sup>. Render-se à estrutura dos blogs e redes sociais é a melhor alternativa para o jornalismo na internet?**

**Ramón Salaverría** – No relatório, o *New York Times* efetivamente coloca estes sites nativos digitais como referências de uma nova forma de consumo de informação que seriam oportunas ao *NYT*, mas não para que todo o jornal adote esta estrutura e modelo de composição informativa. Na verdade, me parece que a proposta é aproveitar tudo que seja útil e eficiente desses modelos, ao mesmo tempo preservando alguns valores e características de conteúdos que esses meios nativos digitais não tenham. Não sig-

“Não significa que o *New York Times* tenha que se tornar o *Buzzfeed*, mas que algumas peculiaridades do *Buzzfeed* podem ser aproveitadas pelo *NYT*”

nifica que o *New York Times* tenha que se tornar o *Buzzfeed*, mas que algumas peculiaridades do *Buzzfeed* podem ser aproveitadas pelo *NYT*.

Nesse sentido, penso que muitos meios que vêm de uma trajetória ou tradição analógica, e que estão acostumados com um tipo de edição e de relacionamento com a audiência muito determinadas, têm muito a aprender com os meios nativos digitais – os quais são muito mais ágeis e adaptativos à mudança das formas de acesso e de consumo informativo dos usuários na internet. As redes sociais e os meios nativos digitais nos mostram que há formas de apresentar e distribuir a informação que permite multiplicar a influência, o acesso e a importância dessas notícias. Parece-me que o grande desafio, para os meios tradicionais, é tratar de manter seu prestígio informativo e suas características de fonte principal de informação e, ao mesmo tempo, adaptar-se a modelos muito mais apropriados as formas de consumir a informação por parte dos usuários da internet.

**IHU On-Line – Dentro dessa lógica, como evitar o sensacionalismo, visto que conteúdos com essas características sempre atraíram público e são, portanto, facilmente convertíveis em *pageviews* e compartilhamentos?**

**Ramón Salaverría** – Penso que conteúdo e forma são duas questões distintas. Obviamente que é preciso

combiná-las, mas há características formais dos meios nativos digitais que podem ser aproveitadas para fazer um tipo de jornalismo absolutamente fiel às características do conteúdo de máxima qualidade. A questão é saber adaptar-se aos modelos de consumo informativo, às linguagens, aos ritmos, aos dispositivos que estão demandando os usuários da informação nas redes digitais, mas colocando essas características a serviço de uma informação compreendida como de absoluta qualidade. Nesse sentido, penso que pode haver uma informação que apele ao interesse das pessoas sem necessariamente cair em um jornalismo sensacionalista.

**IHU On-Line – Ainda que o resultado para fins de compartilhamento seja alto, por outro lado há ainda muitas respostas negativas de usuários que simplesmente não reconhecem o que está sendo publicado como notícia. Se o leitor não reconhece como tal, ainda é notícia?**

**Ramón Salaverría** – Penso que algo que está sendo revisto e revisitado é o próprio conceito de notícia. No âmbito do jornalismo, o termo notícia se refere, classicamente, a dois sentidos: ao *acontecimento informativo*, como em “ocorreu uma notícia”, e ao *relato informativo*, o gênero jornalístico, a notícia que se escreve sobre determinado acontecimento. Do meu ponto de vista, essas duas concepções de notícia estão sendo revisitadas no jornalismo contemporâneo.

Por um lado, estamos assistindo a uma revisão de conceito de *acontecimento informativo*, porque as novas coordenadas temporais e espaciais que aportam na internet fazem com que esse conceito de informação seja modificado. Vemos isso claramente, por exemplo, nas redes sociais. Hoje, para pequenos grupos de amigos, um acontecimento ocorrido nessa esfera limitada será notícia. Uma notícia reduzida a um grupo limitado de pessoas com algum tipo de vínculo entre si. Desse ponto de vista, essas pessoas atuam diante deste acontecimento noticioso como atuariam diante de notícias tradicionais.

É como no caso do nascimento de um bebê; há toda uma série de pessoas – familiares, conhecidos, ami-

1 O Nieman Lab, de Harvard, fez uma análise ponto a ponto do relatório. Acesse o texto em <http://bit.ly/nytnieman> (Nota da IHU On-Line)

2 Acesse o *Buzzfeed* em [www.buzzfeed.com](http://www.buzzfeed.com) (Nota da IHU On-Line)

3 Acesse o *Huffington Post* em [www.huffingtonpost.com](http://www.huffingtonpost.com) (Nota da IHU On-Line)

4 Acesse o *Brasil Post* em [www.brasilpost.com.br](http://www.brasilpost.com.br) (Nota da IHU On-Line)

gos – que, diante desta notícia, atuam de determinada maneira e utilizam os meios digitais para informar-se e responder a ela. Por outro lado, da mesma maneira que o conceito de notícia pode ser reduzido a um nível menor, também podem ser expandido a um nível macro. Os usuários de internet estão acostumados a conviver em um contexto internacional, onde não há barreiras espaciais. Portanto, o que acontece em um país muito distante pode ser bastante relevante para mim – caso eu esteja interessado.

O conceito de *acontecimento noticioso* experimentou uma amplificação no âmbito da internet, mas ao mesmo tempo se produz uma reconfiguração do conceito *de notícia como relato*, como gênero jornalístico. A notícia tradicional, dos meios impressos, é baseada na lógica da pirâmide invertida, com características formais, com um tipo de tamanho, de titulação, etc. Mas no âmbito da internet o relato noticioso se multiplica. E como se multiplica? Por meio da hipertextualidade; da multimídia – isto é, a possibilidade de combinar elementos textuais, gráficos e sonoros; e da interatividade – a possibilidade de que o público intervenha e contribua com seus próprios aportes informativos. Portanto, efetivamente, acredito que a notícia no âmbito da internet está se reconfigurando nesse duplo sentido.

**IHU On-Line – O maior capital do jornalismo é a credibilidade? No jornalismo pós-industrial também seria?**

**Ramón Salaverría** – Certamente o que garante a um meio de comunicação, ou mesmo a um usuário na rede, a capacidade de atrair o interesse e a confiança por parte dos públicos é a credibilidade. A credibilidade informativa é algo muito difícil de construir, que necessita grandes esforços e tempo para tal, mas, curiosamente, é algo que se pode romper muito rapidamente. Quando alguém comete algum tipo de deslize, de erro na hora de difundir a informação, pode romper rapidamente com toda a credibilidade que custou meses e anos para construir. Penso que hoje em dia o valor fundamental para que um meio digital alcance a reputação e

“Sou muito pouco partidário da palavra ‘fim’ em jornalismo. Se existe algo que a história do jornalismo nos ensina é que esta é uma profissão cíclica”

o apoio por parte do público ainda é o fator da credibilidade.

**IHU On-Line – Em época de globalização, o jornalismo passa a compartilhar mais do que nunca características transnacionais. No entanto, a conectividade e a articulação em rede permite o surgimento de diversas iniciativas independentes de mídia, que investem na produção de conteúdos hiperlocais, dando voz a comunidades e grupos sociais com uma proximidade que o jornalismo dificilmente conseguiria. Como estes dois polos tensionam um ao outro?**

**Ramón Salaverría** – A rede possui várias características e uma delas é efetivamente a ruptura dos limites espaço-temporais. Quanto ao tempo, apesar de se dizer que a internet é o espaço do instantâneo, ela também é a plataforma onde podemos recuperar conteúdos mais antigos, então ela é enormemente elástica do ponto de vista temporal. Ocorre o mesmo no caso dos limites espaciais: no âmbito da rede, podemos acessar os conteúdos geograficamente mais próximos e os conteúdos geograficamente mais distantes sem nenhum tipo de diferença. O que acontece na rede é a criação de uma série de comunidades cujo denominador comum já não é geográfico, mas temático e, em outros casos, linguístico. Uma vez conseguida a condição linguística, isto é, que os membros de um determinado tipo

de audiência sejam capazes de entender os conteúdos distribuídos neste idioma, o único limite é de caráter temático; é ter interesse nesse tipo de conteúdo.

Isto possibilitou, por uma parte, o surgimento de meios hiperlocais – pois podemos criar uma audiência muito próxima não apenas do ponto de vista geográfico, mas que tenham interesse no conteúdo daquele local mesmo que não estejam fisicamente presentes. Deste ponto de vista, se multiplicam as possibilidades de composição informativa, mas também os desafios para os editores desse tipo de conteúdo que devem saber se situar diante destas audiências cada vez mais diversas.

**IHU On-Line – Alguns pesquisadores falam de um “jornalismo líquido”. Como você vislumbra esta ideia? Seria este que representaria um emergente pós-jornalismo?**

**Ramón Salaverría** – O termo jornalismo líquido tem a ver, fundamentalmente, com a questão temporal. Quer dizer, o conceito está associado ao de fechamento contínuo, de que não há um trabalho cíclico, mas que o conteúdo jornalístico está sendo atualizado constantemente. Do meu ponto de vista, esta visão do jornalismo líquido é uma visão reduzida, limitada da verdadeira dimensão desse conceito.

Uma das facetas sobre as quais incide o jornalismo líquido é o processo de difusão informativa que, efetivamente, pode vir a ser um tipo de produção informativa temporalmente informativa. Mas ele deveria ser entendido em outros âmbitos, como, por exemplo, o de multiplataformas. É o fato de que o jornalismo pode ser acessível por dispositivos distintos ao mesmo tempo, fazendo com que o conteúdo seja líquido entre todas as plataformas.

**Liquidez dos produtos**

Também penso ser oportuno interpretar a liquidez do jornalismo do ponto de vista das formas de produção informativas. Até agora, os padrões de produção de conteúdo jornalístico eram muito determinados. Havia uma série de esquemas no acesso, na elaboração e na distribuição dos con-

teúdos jornalísticos. Agora passamos a estruturas onde encontramos, por exemplo, redações descentralizadas, conectadas por meio da tecnologia – ao invés de uma disposição física – com modelos de teletrabalho por parte dos jornalistas.

Parece-me que todos estes elementos e mais alguns outros compõem o verdadeiro conceito de jornalismo líquido. Mas, atualmente, quando se fala deste conceito, entende-se de uma maneira limitada como uma questão restrita ao ciclo editorial, e penso que esta é uma visão um pouco reducionista.

**IHU On-Line – Em entrevistas, você já defendeu a circulação de jornais impressos apenas três dias na semana – especialmente sexta, sábado e domingo. No entanto, em termos de análise e reportagem em profundidade, as revistas semanais também têm caído constantemente de circulação. Mudar o paradigma de publicação não seria o início do fim?**

**Ramón Salaverría** – Sou muito pouco partidário da palavra “fim” em jornalismo. Se existe algo que a história do jornalismo nos ensina é que esta é uma profissão cíclica, em que aspectos que parecem perder a vigência, em condições distintas, alcançam uma nova vida, um novo desenvolvimento. Desse ponto de vista, penso que a informação da internet e, muito particularmente, as publicações diárias têm, efetivamente, um novo cenário informativo e um novo cenário editorial.

Vejamos alguns exemplos: Nos Estados Unidos existem periódicos que anteriormente eram editados sete dias por semana, mas que hoje possuem edições distintas. É o caso do *Times Picayune*<sup>5</sup>, de New Orleans, que, após 175 anos, hoje circula quatro dias em versão impressa e três dias em versão digital. Já em Lisboa, por exemplo, há cerca de um mês o semanário *Expresso* lançou uma edição diária<sup>6</sup> e vespertina

para tablets, chamada *Expresso Diário*; temos então uma revista impressa semanal que passa a ter uma edição diária digital. Vemos como as duas linhas de evolução tendem a se sobrepor, o que permite pensar uma adaptação dos ciclos editoriais para os hábitos de consumo do público.

Isso quer dizer que os jornais diários impressos vão desaparecer? Eu, particularmente, não acredito nisso. A Associação Mundial de Periódicos (World Association of Newspapers and News Publishers), em seu relatório *World Press Trends*, aponta que ainda há um aumento da circulação dos jornais em territórios como a Ásia e a América Latina, enquanto na América do Norte e na Europa Ocidental estão caindo. Penso ser mais provável que vejamos essa diminuição, mas não o desaparecimento, dos diários impressos, e o fortalecimento dessas novas formas editoriais em que se compatibilize o impresso com o digital.

<sup>5</sup> Acesse o *Times Picayune* em [www.nola.com/t-p/](http://www.nola.com/t-p/) (Nota da IHU On-Line)

<sup>6</sup> Acesse as edições diárias do *Expresso*

em <http://leitor.expresso.pt/> (Nota da IHU On-Line)

## Acompanhe o IHU no Blog

The screenshot shows a blog post from the Instituto Humanitas Unisinos (IHU) website. The post is titled "@segundasemcarne por tudo e todos" and is dated "EM 15 ABRIL 2013". The main text discusses the "Meatless Monday" campaign, which encourages people to skip meat on Mondays to help combat global warming. Below the text is a graphic with the text "SEGUNDA SEM CARNE descubra novos sabores" and illustrations of four cartoon animals: a cow, a pig, a chicken, and a rabbit. Below the graphic is the slogan "Pelos pessoas. Pelos animais. Pelo planeta." and a small text block at the bottom stating that producing meat is inefficient and polluting.

**INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS**

**@segundasemcarne por tudo e todos**

EM 15 ABRIL 2013 COMENTAR

Um dia por semana sem comer carne pode ajudar a combater o aquecimento global. Você sabia? Surgido nos Estados Unidos, movimento que procura diminuir o consumo de carne ganha adeptos em vários lugares do mundo, inclusive no Brasil. A campanha Meatless Monday ("Segunda sem Carne") surgiu nos Estados Unidos em 2003, com o objetivo de incentivar as pessoas a consumir menos carne.

**SEGUNDA SEM CARNE**  
descubra novos sabores

Pelos pessoas. Pelos animais. Pelo planeta.

Já há quase 7 bilhões de pessoas na Terra e, para produzir carne para esta população, é preciso criar bilhões de animais que consomem água, comida e recursos energéticos, demandam espaço, produzem grande quantidade de excrementos, contaminam os mananciais, causam erosão e geram poluição atmosférica. A criação de animais para abate é uma forma ineficiente de produzir alimentos: para cada quilo de proteína animal são necessários de 3 a 25 kg de proteína vegetal (milho, soja e outros).

Pesquisar

Categorias

Selecione categoria

Conheça o site do IHU

RSS

Assine nosso feed

Tags

Análise de conjuntura  
Bastidores Cinema  
Congresso de Teologia Dica de leitura Economia Economia Solidária Educação **Enquetes**  
Entrevistas do dia  
espiritualidade **Eventos**  
Forum Social Mundial Fórum Social Mundial  
2011 **Geral IHU** Indígenas

# Midiático por natureza – A construção do ciberacontecimento

Ronaldo Henn aborda os acontecimentos no âmbito digital que, ao serem articulados em redes públicas, carregam a potencialidade do compartilhamento sem a necessidade de uma mediação *a priori* do jornalismo

POR ANDRIOLLI COSTA

**E**m jornalismo, a noção de notícia é frequentemente vinculada com a de fato, de acontecimento. Um eixo no qual o repórter se baseia para a construção noticiosa. Especialmente no modelo ocidental de jornalismo, que possui grande influência de paradigmas norte-americanos de objetividade e factualidade, a relação do acontecimento com o “Real” – no sentido de concreto e palpável – é ainda mais forte. No entanto, como compreender a lógica de acontecimentos organizados, articulados e executados em âmbito digital? Ainda existe razão, afinal, para pensar uma dicotomia entre real e virtual?

Para responder a estas inquietações, o professor e pesquisador Ronaldo Henn propõe o conceito de ciberacontecimento. Saliência, no entanto, que este não se diferencia do acontecimento tradicional apenas pelo ambiente em que se desenrola, mas nas lógicas constitutivas: “são acontecimentos que, por se articularem em redes, que são públicas, já são potencialmente compartilhados publicamente, sem uma necessária mediação, *a priori*, do jornalismo”. São, desta forma, midiáticos por natureza.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-line**, Henn esclarece sua visão sobre ciberacontecimento, discute a emergência cada vez maior de uma crise sistêmica no jornalismo e reflete sobre o papel da imprensa na contemporaneidade. Diante de um universo ruidoso de intensas informações, o pesquisado acredita que “o jornalismo ainda teria o que ofertar como instituição que age na produção de sentidos, mas já trazendo dentro de si os tensionamentos e disputas, ampliando as possibilidades desses sentidos”.

Ronaldo Henn é graduado em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Unisinos, com mestrado e doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos, coordena o projeto de pesquisa *A produção do acontecimento nas redes sociais: a emergência do ciberacontecimento*. Henn é autor de *Os fluxos da notícia* (São Leopoldo: Unisinos, 2002) e *Pauta e notícia, uma abordagem semiótica* (Canoas: Ulbra, 1996).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Em que consiste um ciberacontecimento? É apenas no ambiente no qual se desenrola que está sua diferença do acontecimento tradicional?**

**Ronaldo Henn** – O ciberacontecimento é um conceito que estamos propondo a partir de pesquisa que

investiga a produção de acontecimentos jornalísticos nas redes sociais digitais<sup>1</sup>. Desde 2009, com a eclosão de

<sup>1</sup> São duas pesquisas: *As transformações do acontecimento no webjornalismo* - já finalizada - e *A produção de acontecimento nas redes sociais: a emergência do ciberacontecimento* - em andamento. Ambas formaram a base para a configuração

um protesto no Irã, fruto de uma provável fraude na eleição daquele país – todo ele tramado e difundido através de apropriações dos dispositivos móveis e dos sites de redes sociais na

ção do grupo LIC - Laboratório de Investigação do Ciberacontecimento, cadastrado no CNPq. (Nota do entrevistado)

internet – e com uma série de pautas que começaram a ocupar os portais de notícia, também na área do entretenimento, comecei a compreender que já havia um modo constitutivo de acontecimentos jornalísticos que trazem fortes marcas da cultura digital em construção no mundo contemporâneo. A diferença não está apenas no ambiente, mas nas lógicas constitutivas: são acontecimentos que, por se articularem em redes, que são públicas, já são potencialmente compartilhados publicamente, sem uma necessária mediação, *a priori*, do jornalismo. São midiáticos, por natureza, e produzem narrativas específicas que, dependendo do grau de conectividade e compartilhamento que geram, transformam-se em pautas para o jornalismo.

**IHU On-Line – A construção da notícia a partir de um cibercontecimento ocorre da mesma forma que aquela a partir de um acontecimento tradicional? Ou os processos (apuração, checagem, etc.) são menos rígidos?**

**Ronaldo Henn** – Essa é uma questão bem importante para aquilo que o jornalismo ainda tem a oferecer como legado de uma instituição que se coloca na condição de um mediador social fundamental no processo de construção de uma realidade pública: a credibilidade fundada num esforço de apuração e precisão. A eclosão de acontecimentos que fogem de uma lógica até então conhecida e razoavelmente dominada traz uma série de dificuldades exatamente no quesito da confiabilidade. Por conta disso, uma série de supostos acontecimentos que se proliferam pelas redes digitais são narrados sem a necessária apuração, gerando o que chamamos, no jargão jornalístico, de barrigas, ou seja, notícias falsas, fruto, muitas vezes, de trollagem<sup>2</sup>. A diferença é que, quando isso acontece, rapidamente o erro é apontado, porque a repercussão é instantânea: o cibercontecimento está dentro dessa nova lógica. Nesse sentido, há algo nele de auto-

<sup>2</sup> Trollagem: termo utilizado na internet para se referir ao ato de propositalmente perturbar, irritar ou enganar alguém. (Nota da IHU On-Line)

corretivo, por conta da participação mais ativa dos públicos.

**IHU On-Line – Os movimentos de junho passado surpreenderam por terem deixado a alçada do virtual para “ir pra rua”. Antes deles, mobilizações exclusivamente virtuais, como a campanha “Guarani-Kaiowa” no Facebook, eram bastante desdenhadas pela falta desta materialidade das ações. Faz sentido pensar ainda na distinção entre “real” e “virtual”? Ações de natureza simbólica também não teriam efeito de concreto?**

**Ronaldo Henn** – Penso que hoje não faz mais muito sentido pensar o real e o virtual como coisas que se opõem, ou o virtual como algo falso, fantasioso. Do ponto de vista semiótico, então, essa distinção é mais problemática na medida em que as linguagens, nas suas diversas configurações, estão entranhadas desde sempre nas nossas vidas e constituem uma dimensão significativa daquilo que entendemos como realidade.

No que diz respeito especificamente à cultura digital, as coisas que acontecem em rede hoje são de uma concretude incontestável e as mobilizações são prova contundente disso. O que as jornadas de junho reiteram no Brasil, na sequência de movimentos como o *Occupy Wall Street*<sup>3</sup>, os Indignados<sup>4</sup> da Espanha, a Primavera Árabe<sup>5</sup> e outras mobilizações de tex-

<sup>3</sup> *Occupy Wall Street*: protesto iniciado em 15-10-2011, a partir da ocupação de *Wall Street*, nos Estados Unidos, dando origem ao movimento *Occupy*. A rua *Wall Street* está localizada na Ilha de Manhattan e é o coração histórico do distrito financeiro da cidade de Nova Iorque, cuja bolsa de valores é considerada a mais importante dos Estados Unidos e do mundo. Os manifestantes opunham-se à especulação financeira e à ganância econômica. (Nota da IHU On-Line)

<sup>4</sup> *Indignados*: um dos nomes dados às manifestações de 2011 na Espanha, também chamadas de Movimento 15 de Maio (por terem se iniciado no dia 15-05-2011). É uma série de protestos espontâneos de cidadãos, inicialmente organizados pelas redes sociais e pela plataforma civil e digital *¡Democracia Real Ya!* (“Democracia Real Já!”). (Nota da IHU On-Line)

<sup>5</sup> *Primavera Árabe*: os protestos no mundo árabe ocorridos de 2010 a 2012 foram uma onda revolucionária de manifestações e protestos, compreendendo o Oriente Médio e o Norte da África. Houve revoluções na Tunísia e no Egito, uma guerra civil na Líbia e na Síria, grandes protestos na Argélia, Bahrein, Djibuti,

tura global, é a integração do espaço público com as conexões online. Esses movimentos reafirmam a praça pública como espaço simbólico de ocupação de demandas e, consequentemente, de confrontos. Isso não quer dizer que as mobilizações que se dão exclusivamente pelas redes digitais não tenham potência para gerar transformações. O ambiente digital também é um espaço de apropriações e ocupações, basta ver as questões que são colocadas hoje, como o marco civil da internet (recentemente aprovado no Congresso e sancionado pela presidente da República), por sinal, uma vitória dos ciberativistas brasileiros atentos a esses problemas.

**IHU On-Line – Existe uma crise do jornalismo ou uma crise do modelo de negócios do jornalismo?**

**Ronaldo Henn** – Defendo que existe uma crise nos fundamentos do jornalismo, como sistema semiótico de representação da realidade social, que está colada à crise como modelo de negócios. Acredito que os grandes conglomerados de mídia saberão encontrar encaminhamentos para que o jornalismo continue sendo um negócio viável, mesmo que muitos dos seus processos se transformem.

Quanto à crise sistêmica, da qual falo, ela não é necessariamente uma coisa ruim, muito pelo contrário. Ela permite que se aflorem questões fulcrais do jornalismo que não eram evidentemente enfrentadas publicamente, como a autoridade e legitimidade do jornalista, os aspectos construcionistas que fazem parte da narrativa jornalística, a falta de visibilidade, silenciamentos ou visibilidades enviesadas que o jornalismo historicamente impôs a diversos segmentos segregados da sociedade. Enfim, há um conjunto de temas que vem à tona nesse

Iraque, Jordânia, Omã e Iêmen e protestos menores no Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental. Os protestos têm compartilhado técnicas de resistência civil em campanhas sustentadas envolvendo greves, manifestações, passeatas e comícios, bem como o uso das mídias sociais, como Facebook, Twitter e YouTube, para organizar, comunicar e sensibilizar a população e a comunidade internacional em face de tentativas de repressão e censura na Internet por partes dos Estados. (Nota da IHU On-Line)

ambiente crítico. E isso que estamos chamando de cibercontecimento é um agente ativo desse processo na medida em que, potencialmente, sua inserção no sistema jornalístico aumenta a pluralidade de vozes e de visibilidades.

### **IHU On-Line – Qual o papel do jornalismo neste contexto pós-industrial?**

**Ronaldo Henn** – O jornalismo vai ter que incorporar nas suas dinâmicas essas transformações, não apenas como estratégia para dialogar com seus públicos ou fidelizá-los, mas de forma mais radical, assumindo suas precariedades e vulnerabilidades. Em contrapartida, penso que o jornalismo pode se fortalecer exatamente naquilo que é da sua natureza: a construção de narrativas fundadas na apuração, na checagem. Diante de um universo ruidoso de intensas informações, o jornalismo ainda teria o que ofertar como instituição que age na produção de sentidos, mas já trazendo dentro de si os tensionamentos e disputas, ampliando as possibilidades desses sentidos. Também é necessário um investimento acentuado em base de dados, tanto na perspectiva de geração de narrativas mais inventivas, efetivamente interativas, como no tratamento de informações armazenadas em diversas bases que podem se converter em notícias importantes.

### **IHU On-Line – Frente ao ambiente de crise, quais fatores colaboram para tensionar o próprio jornalismo aos seus limites?**

**Ronaldo Henn** – A grande questão hoje é que os limites do jornalismo ficaram, de forma muito interessante, bastante porosos. Tudo é muito instantaneamente e intensamente compartilhado: a narrativa do jornalismo expandiu-se, dentro de uma lógica próxima daquilo que Henry Jenkins<sup>6</sup>, junto a outros autores, chama de *Spreadable Media*. Ou seja, existe hoje uma espécie de transnarrativa jornalística que escapa

## “Existe uma crise nos fundamentos do jornalismo como sistema semiótico de representação da realidade social”

dos portais de notícias e é agregada pelos compartilhamentos e comentários nas redes sociais digitais que também se agregam ao que é construído nos portais. Estamos diante de uma “narratividade espraiada” corroborada com acontecimentos que já possuem natureza narrativa: entendo que esse seja o grande foco de tensão do jornalismo. Os movimentos de ocupação, como os protestos de junho, formam instâncias em que essas tensões ficam à flor da pele. Por isso os considero configurações importantes para o desenho dessa crise.

### **IHU On-Line – Deste tensionamento, como você vislumbra a emergência de um pós-jornalismo, que resulte de uma resolução destes tensionamentos (sendo o “pós” não necessariamente algo melhor)?**

**Ronaldo Henn** – Não sei se dá para falar de um pós-jornalismo. Já fui um entusiasta dessa designação, mas acho que passamos da fase “pós”: estamos em fase de construção de coisas novas no mundo, imbuídas de identidades próprias e não necessariamente coladas como refração ou desdobramentos de ruptura com modelos anteriores. E isso não quer dizer que esses modelos anteriores desconstruíram-se por completo. A concentração de riqueza, por exemplo, que é a marca do capitalismo desde sempre, continua firme e forte. Mas acredito que os ambientes culturais contemporâneos, fortemente conectados ou integrados à cultura digital, no qual o jornalismo se insere, são, em grande medida, inaugurais, não são mais pós. Mas, ao mesmo tem-

po, reiteram problemas atávicos da humanidade.

### **Outra questão**

Existe um nó de conexão emblemático nas formas de expressão em redes sociais digitais com as narrativas jornalísticas que está na fronteira entre o que é da ordem do radicalmente privado com o que é público. No livro que recentemente finalizei e que deverá sair ainda este ano (*El cibercontecimiento: producción y semiosis*, Editora da UOC, Universidad Oberta da Catalunya), cheguei a seis categorias de cibercontecimentos: mobilizações globais, protestos virtuais, exercícios de cidadania, afirmações culturais, entretenimentos e subjetividades. Desse conjunto de categorias, a que diz respeito às subjetividades é a que mais me intriga. Como no caso de Betty Simpson, uma senhora estadunidense de 80 anos que luta contra um câncer no pulmão. Seu neto decidiu registrar aqueles que podem ser os últimos dias da avó, postando fotos no Instagram. Ela aparece bem humorada nas imagens, fazendo caretas e sem sinais aparentes de sofrimento. A iniciativa transformou-se em hit na internet e a conta criada para Betty bombou. O apelo mimético das imagens esparramou-se por várias plataformas da rede, com direito a um vídeo no Youtube que, em uma semana, já batia na casa dos 25 mil acessos. A situação que o caso desenha é absolutamente do âmbito privado: uma família às voltas com a avó portadora de um câncer terminal. No momento em que esse périplo é compartilhado, o que é privado ganha dimensão pública, mas não só isso. Aquilo que é vivido no privado tem grande potencial de afetação: de fazer parte da experiência do outro. Os modos de subjetivação contemporâneos, tecidos na textura das redes digitais, são todos, potencialmente, acontecimentos públicos, e isso dinamiza a cultura, transformando-a: o jornalismo precisa dar conta disso, com narratividades que tocam delicadamente aquilo que eu entendo como campo do sensível. E saber narrar o outro, com toda a complexidade que isso comporta, é, para mim, um dos principais desafios do jornalismo, em qualquer modalidade.

<sup>6</sup> Henry Jenkins III (1958): pesquisador de mídia norte-americano. Um dos grandes nomes da pesquisa em cultura da convergência, é atualmente professor da University of Southern California. (Nota da IHU On-Line)

# Telejornalismo pós-industrial – Drones, ninjas e jornalismo imersivo

Para Antonio Brasil, nem toda inovação se resume à tecnologia, e a contemporaneidade exige não apenas estar aberto a novas tecnologias, mas a novas ideias e narrativas

POR ANDRIOLLI COSTA

**D**urante as manifestações que tomaram o país em junho passado, foi possível perceber dois importantes movimentos do ponto de vista midiático. As grandes organizações jornalísticas que buscavam cobrir os acontecimentos eram elas próprias alvo não apenas da truculência da polícia, mas também do repúdio dos manifestantes. Questionando a isenção e os interesses da grande mídia, alguns revoltosos quebraram fachadas de empresas jornalísticas, queimaram carros de redação, ofenderam e mesmo agrediram repórteres. Para proteger suas equipes, muitos veículos tradicionais optaram por realizar uma cobertura a distância: com teleobjetivas do alto dos prédios, imagens de helicópteros ou mesmo com o uso de drones.

Enquanto a imprensa foi levada ao distanciamento, os próprios manifestantes e iniciativas independentes de mídia (como a N.I.N.J.A) gravavam, fotografavam e transmitiam do epicentro dos acontecimentos, produzindo, dessa forma, importante material noticioso, ainda que sem os preceitos clássicos da narrativa jornalística. Se é informativo, seria este então, um novo tipo de jornalismo? Ou ainda, seria relevante discutir se estas iniciativas são ou não jornalismo, ou é mais produtivo pensar nas formas como sua existência tensiona os antigos modos produtivos?

“Essas questões de nomenclatura não me interessam. Jornalismo é tudo aquilo que determinada pessoa pensa que é jornalismo”, defende o professor e pesquisador em telejornalismo Antonio Brasil. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ele trata das inovações nas práticas jornalísticas, da evolução de modelos e formatos e daquilo que leva à desumanização do jornalismo.

O professor afirma que as novas mídias, a produção independente, a interatividade e as

redes sociais “não alteraram o maior e mais fundamental preceito do jornalismo: contar uma boa história baseada em fatos”. A constatação não vem no sentido de propor que nada muda, mas sim que a própria história da imprensa mostra que o jornalismo está sempre em transformação. Para Brasil, o jornalista exagera na autocrítica e no autoflagelamento. “Utilizar drones ou subir no telhado são alternativas para continuar a investigar os fatos e contar boas histórias, as verdadeiras essências do jornalismo.”

Antonio Cláudio Brasil Gonçalves é graduado em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio, com mestrado em Antropologia Social pela London School of Economics e doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Atuou como jornalista e correspondente da Rede Globo, tendo participado dos programas-piloto do Fantástico e do Globo Repórter. Trabalhou ainda como produtor de diversas redes de notícias internacionais, como ABC News, CBS, CTV, RAI, entre outras.

Foi professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, onde fundou a primeira TV universitária na Internet do Brasil, e professor visitante da Rutgers, na State University of New Jersey. Atualmente é professor da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e faz pesquisa de pós-doutorado na Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3. Desde 2006 é coordenador acadêmico do Instituto de Estudos de Televisão – IETV. Brasil é autor, entre outros livros, de *Telejornalismo Imaginário – Memórias, estudos e reflexões sobre o papel da imagem nos noticiários de TV* (Florianópolis: Insular, 2012) e de *Telejornalismo, Internet e Guerrilha Tecnológica* (Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2002).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Como você compreende o jornalismo imersivo? Em que ele se distingue do jornalismo tradicional?**

**Antonio Brasil** – Penso o jornalismo imersivo como uma apropriação dos métodos etnográficos utilizados há muitos anos pela Antropologia. Assim como é necessário que o antropólogo “mergulhe” nas culturas que pesquisa, o jornalista também precisa “imersão” nas suas pautas. Sempre acreditei que há grande convergência entre a Antropologia e o Jornalismo e que deveríamos pensar em uma convergência de interesses, ou seja, em um “Antropojornalismo”. A grande diferença atual do “jornalismo imersivo” em relação ao que chamamos de “jornalismo tradicional” é o acesso maior a tecnologias digitais e espaços virtuais que permitem ao profissional praticar esse ideal de “mergulho mais profundo” ou investigação mais intensa de suas histórias. Não devemos cometer o erro de confundir “jornalismo imersivo” simplesmente com a possibilidade de utilização de novas tecnologias para a produção de notícias. A profundidade dessa “imersão” é muito maior e mais complexa.

**IHU On-Line – A presença física do repórter de TV sempre foi um determinante para a construção do sentido de imersão e imediatez. No entanto, durante as manifestações, percebemos que boa parte da mídia tradicional recorreu ao uso de imagens de drones, helicópteros ou topos de prédios, enquanto os próprios manifestantes gravavam e transmitiam do epicentro dos acontecimentos. O que representa, para os modos tradicionais, esta opção pelo distanciamento?**

**Antonio Brasil** – Cada vez que ouço ou leio referências ao “sempre” ou ao passado do jornalismo, fico surpreso com o nosso desconhecimento da nossa própria história. Jornalismo, durante muitos anos, em seus primórdios, era simplesmente especulativo, opinativo, ideológico e, principalmen-

“Nem toda inovação se resume à tecnologia. O que precisamos são de novas tecnologias com novas ideias ou novas narrativas”

te, partidário. Jornalistas escreviam sobre os fatos sem a preocupação de “investigar” ou fazer “reportagem”. Essa é uma técnica relativamente recente do jornalismo moderno com grande influência do modelo norte-americano.

Enviar um repórter para “imersão” nos fatos representa uma evolução das técnicas jornalísticas. Isso não significa que o jornalismo utilizará essa técnica para sempre. O jornalismo, assim como a vida, evolui. Não precisa substituir métodos investigativos do passado para sobreviver no presente e continuar sendo relevante no futuro. As técnicas do jornalismo tradicional coexistem com as novas oportunidades investigativas do jornalismo imersivo. Uma coisa não elimina a outra. Elas se complementam e são ajustadas para as realidades específicas de cada história, de cada época ou de cada veículo de comunicação.

O jornalismo e seus profissionais sempre foram muito criativos e adaptativos para sobreviverem durante tantos anos. Se um profissional não consegue cobrir protestos de rua no Brasil, utilizar “drones” ou “subir no telhado” são alternativas para continuar a investigar os fatos e “contar boas histórias”, as verdadeiras essências do jornalismo.

**IHU On-Line – Pensando na cobertura por drones, é possível compreender que esta mediação entre repórter e acontecimento pela tecnologia desumaniza a cobertura jornalística?**

**Antonio Brasil** – Não creio. O que “desumaniza” a cobertura jornalística é a falta de talento, de preparo adequado (educação/treinamento apropriados) e principalmente falta de “humanidade” da parte dos jornalistas. Ou seja, não são as tecnologias que “desumanizam” os jornalistas. Elas são meros instrumentos de acesso aos fatos. O que desumaniza o profissional de jornalismo é o individualismo ou egoísmo exacerbados, a ambição desmedida, a falta de objetivos sociais e principalmente a falta de empatia ou de generosidade em relação aos demais seres humanos. Mas essas são questões pessoais, éticas e filosóficas que demandam uma formação muito acima das possibilidades dos cursos de jornalismo.

**IHU On-Line – Faz sentido discutir se iniciativas como a Mídia N.I.N.J.A são ou não são jornalismo? Não seriam estas novas propostas um convite a repensar modelos engessados de grandes organizações?**

**Antonio Brasil** – Essas questões de nomenclatura não me interessam. Jornalismo é tudo aquilo que determinada pessoa pensa que é jornalismo. Qualquer tentativa de aprisionamento ou restrições ao conceito de jornalismo me parece mais “corporativismo”, tentativas de controle ou mesmo “censura”. Grandes organizações não são necessariamente “engessadas”. Talvez esse seja o caso de alguns setores das grandes organizações brasileiras. O Google ou o Facebook ou mesmo a Mídia NINJA são exemplos de grandes organizações que preservam a criatividade e a ousadia. Nem tudo que é grande é necessariamente tradicional, ruim ou engessado.

**IHU On-Line – O relatório Jornalismo Pós-Industrial, produzido pelo**

**Tow Center de Columbia, concentra-se na análise do atual momento do jornalismo impresso e online. Pensando no telejornalismo, como você percebe a relação com os novos meios e a sociedade midiaticizada, imersa em uma lógica conectiva?**

**Antonio Brasil** – A TV, o Telejornalismo e principalmente os telejornais lutam para sobreviver. Em outros tempos, havia cinejornais, era um espaço importante, relevante e obrigatório em todas as sessões de cinema no mundo. Mas o mundo mudou, os cinejornais deixaram de existir, ninguém sentiu falta e o jornalismo continuou existindo e migrando para novos suportes, como a TV. De impresso para o mundo virtual, o jornalismo continua sendo altamente criativo, adaptativo e relevante. Uma sociedade midiaticizada imersa em uma lógica conectiva tem interesse, apoia e patrocina a investigação jornalística “de qualidade”. O problema é identificar o que ainda é considerado “relevante e de qualidade”. O New York Times ou a BBC e tantas outras grandes organizações midiáticas e jornalísticas, apesar das dificuldades e crises recorrentes, vão muito bem, obrigado!

**IHU On-Line – Tendo em vista a relação não hierarquizada e não linear das redes, que constrói outra identificação com o público, você percebe uma perda da glamourização do telejornalismo? Ainda se sonha em ser apresentador, correspondente, etc.?**

**Antonio Brasil** – O glamour do jornalismo sobrevive a todas as crises. Ser um apresentador de TV ou de telejornal e principalmente ser um “correspondente internacional” ainda faz parte do imaginário de muitos jovens. Algo parecido com o glamour de ser um grande ator, escritor, celebridade da TV, jogador de futebol ou mesmo super-herói. Jornalismo ainda é uma profissão glamourosa. Segundo certo escritor famoso que teve o privilégio de ganhar um prêmio Nobel e que morreu recentemente, “Jornalismo é a melhor profissão do mundo”<sup>1</sup>. Eu subscrevo.

1 Referência a Gabriel García Márquez.

## “Temos de aprender a conviver com o presente e nos prepararmos para o futuro”

**IHU On-Line – É possível pensar que a emergência de novas tecnologias leva a um processo de desconcentração midiática, que está migrando para uma dispersão mais democrática?**

**Antonio Brasil** – É possível, mas não é compulsório ou obrigatório. Desconcentração midiática não garante dispersão mais ou menos democrática. Acredito muito mais na “educação” como forma de aprimoramento da democracia.

**IHU On-Line – Do ponto de vista do storytelling, de que forma as novas mídias, a produção independente, a interatividade e as redes sociais alteraram ou tornam obsoleta a narrativa jornalística audiovisual?**

**Antonio Brasil** – As novas mídias, a produção independente, a interatividade e as redes sociais não alteraram ou tornam obsoleto o maior e mais fundamental preceito do jornalismo: “contar uma boa história baseada em fatos”. Todos os recursos disponíveis para um jornalista “talentoso” e bem preparado contar uma boa história baseada em fatos ainda são e sempre serão úteis e relevantes. A máquina de escrever não acabou com o jornalismo literário, por exemplo. Temos de aprender a conviver com o presente e nos prepararmos para o futuro.

Poucos profissionais do mundo se autocriticam ou se autoflagelam

(Nota da IHU On-Line)

tanto quanto os jornalistas. Nada contra a reflexão e a crítica que pensa e orienta, mas temos de oferecer alternativas, ou seja, precisamos acreditar, investir e prestigiar as “inovações” no jornalismo. Em outros tempos, enviar um repórter para cobrir os fatos, fazer uma entrevista, tirar fotos ou simplesmente investigar a realidade foram “inovações” fundamentais para a consolidação, aprimoramento e prestígio do jornalismo. Nem toda inovação se resume à tecnologia. O que precisamos são de novas tecnologias com novas ideias ou novas narrativas!

**IHU On-Line – Por outro lado, de que forma inovações como os hologramas da CNN, a realidade aumentada, entre outros, realmente tensionam os formatos tradicionais?**

**Antonio Brasil** – Creio que essa questão já foi respondida acima. “Formato tradicional” é bom e importante enquanto se mantém relevante e competente. Corremos o risco de confundir “tradicional” com bom formato. Ele pode ser simplesmente tradicional, obsoleto e desnecessário. Mas, igualmente, temos a tendência a acreditar que todas as novas tecnologias são melhores, mais úteis ou ameaçadoras. Precisamos pensar em uma constante reflexão e avaliação sobre a utilização do novo e a preservação do “tradicional”. O mundo já existiu durante muitos anos sem o jornalismo e sem os seres humanos. Precisamos pensar e agir para continuarmos sendo relevantes para o planeta e para a sociedade. Senão, viramos “dinossauros”. Todos se lembram, mas ninguém sente muita falta!

**IHU On-Line – Deseja acrescentar mais alguma coisa?**

**Antonio Brasil** – Para compreender melhor as crises do presente e pensar em alternativas para o futuro, o jornalismo precisa conhecer melhor o seu passado, sua história. Se não for por nada, para termos a coragem e ousadia de cometermos erros “novos”!

# Entretenimento e informação no envolvimento da audiência

John Pavlik trata dos esforços para promover a interatividade e capturar a atenção do público em direção ao terceiro estágio do jornalismo online

POR ANDRIOLLI COSTA / TRADUÇÃO: ANDRIOLLI COSTA

**E**m 2001, John Pavlik descreveu o que seriam os três estágios de evolução do jornalismo digital. O primeiro se caracterizaria, basicamente, pela replicação do mesmo conteúdo da edição impressa na versão online. O segundo pelo uso de hiperlinks, da produção de conteúdo diferenciado e de uma interatividade básica com o leitor. O terceiro, por fim, seria aquele jornalismo de conteúdo original, com narrativas não lineares e experiências únicas.

Hoje, 13 anos depois, o pesquisador acredita que ainda vivemos o segundo estágio, com a emergência de conteúdos *digital first* e novas experiências proporcionadas pelo jornalismo de base de dados. “No entanto, a maior parte do conteúdo atual ainda não está adequadamente otimizada para utilizar as capacidades do ambiente digital em rede.”

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ele considera que envolver a audiência é um dos imperativos do jornalismo nos dias de hoje. Dessa forma, o chamado infotainment – união de informação e entretenimento – direciona boa parte dos esforços da redação. “Para chamar a atenção das pessoas, muitas vezes é necessário produzir notícias agradáveis e, por vezes, divertidas. O problema ocorre quando histórias importantes perdem espaço para notícias de celebridades e fofocas.”

Pesquisador do impacto das novas tecnologias na mídia, Pavlik desenvolveu, ainda nos anos 1990, diversos softwares para comunicação, como o *Fire! and Fatal!*, um simulador de notícias para DOS; o *Native Voices*, um diretório de mídia de indígenas americanos; e o *Media Technology Chronology*, uma base de dados para a evolução de novas tecnologias. Já nos anos 2000, foi cocriador do *Documentário Situado*, que une dispositivos móveis e realidade aumentada para construir narrativas hiperlocais, revelando as informações conforme o usuário passeia a câmera pelo local do acontecimento (veja em <http://bit.ly/docsitihu>).

John V. Pavlik é graduado em Jornalismo e Comunicação de Massas pela University of Wisconsin-Madison, com mestrado e doutorado em Comunicação de Massas pela University of Minnesota. É professor do Departamento de Jornalismo e Estudos de Mídia da Escola de Comunicação e Informação na State University of New Jersey e professor assistente na Columbia Institute for Tele-Information (CITI). Atuou em diversas instituições dos Estados Unidos, tendo sido inclusive pesquisador associado da Northwestern University, no Qatar. Entre suas publicações destaca-se *Journalism and new media* (New York: Columbia University Press, 2001) e o mais recente, *Converging Media* (Oxford: University Press, 2012).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Quais as características do atual momento do jornalismo digital?**

**John Pavlik** – Esta é uma boa pergunta, mas também é muito ampla.

Poderíamos escrever um livro inteiro sobre este tópico. Para responder de maneira sucinta, eu diria que há três características gerais do jornalismo digital. Primeiramente, o **crescimento**

**da interação**, com *inputs* do público na forma de repórteres cidadãos e mídias sociais. Com relação a isso, percebemos que as notícias da era digital são muito rápidas, quase sempre em

tempo real, e muitas vezes carecem de apuração.

Em segundo lugar, temos o **crecimento da multimídia**, com áudio, vídeo e outras formas de conteúdo emergentes – como a realidade aumentada. Em terceiro, é o crescimento do jornalismo orientado por **base de dados** (*data-driven*), com Big Data e algoritmos empregados via códigos de computador para identificar e relatar histórias, produzindo visualizações baseadas em dados e semelhantes.

Este jornalismo digital é normalmente desenvolvido por profissionais do fazer jornalístico que sejam éticos e capazes de, cada vez mais, colocar as histórias em um contexto mais amplo. Ainda assim, a incerteza do estado financeiro do jornalismo digital é uma grande preocupação da área.

**IHU On-Line – Você diria que vivemos um terceiro estágio do jornalismo digital, como descrito em *Journalism and new media*? Ou a emergência das redes sociais, do jornalismo semântico, entre outras inovações, dão indícios de um novo estágio?**

**John Pavlik** – Eu diria que estamos principalmente vivendo no segundo estágio do jornalismo digital, com a abordagem geral das publicações sendo a produção de conteúdo original voltado primeiramente para o digital (*digital first*). No entanto, a maior parte do conteúdo atual ainda não está adequadamente otimizada para utilizar as capacidades do ambiente digital em rede.

**IHU On-Line – De que formas as narrativas jornalísticas vêm sendo alteradas pelas novas mídias? Quais exemplos você destacaria?**

**John Pavlik** – Um dos melhores exemplos de como a narrativa está evoluindo por causa da nova mídia, ou permitida pelo uso inovador das novas mídias, é a narrativa orientada por base de dados (*data driven*). A seção *The Upshot*<sup>1</sup>, recentemente lançada

1 Inaugurada em abril de 2014, *The Upshot* é uma nova iniciativa do *The New York Times*. Busca usar o jornalismo de dados em informativos bastante visuais, para contextualizar as notícias publicadas no diário em uma linguagem mais informal. Acesse o site em <http://www.nytimes.com/upshot/>. (Nota da IHU On-Line)

## “Newsgames são uma oportunidade cada vez mais interessante para que jornalistas inovadores envolvam a audiência”

pelo *The New York Times*, é um bom exemplo disso.

**IHU On-Line – De que forma os novos meios e modos de contar histórias e a emergência de uma sociedade midiaticizada promovem uma outra relação do cidadão com a democracia?**

**John Pavlik** – Os cidadãos ao redor do globo não são mais receptores passivos de mídia. Pelo contrário, são participantes ativos e contribuintes de um discurso público animado sobre grandes e pequenos assuntos. E isto se deve muito às mídias sociais e aos dispositivos de mídia móvel.

**IHU On-Line – Narrativas como os *newsgames* ou o documentário sitiado permitem dizer que, em tempos de conectividade, a experiência é mais relevante que a informação?**

**John Pavlik** – *Newsgames* são uma oportunidade cada vez mais interessante para que jornalistas inovadores envolvam a audiência com a notícia por meio de técnicas interativas. A proposta ainda está em fase inicial, mas é muito promissora – especialmente como modo de envolver cidadãos mais jovens e usuários de dispositivos móveis.

**IHU On-Line – O futuro do jornalismo é o infotimento?**

**John Pavlik** – Isto é inevitável, uma vez que os cidadãos não precisam se envolver com o noticiário. Dessa forma, para chamar a atenção das pessoas, muitas vezes é necessário produzir notícias agradáveis e,

por vezes, divertidas. O problema ocorre quando histórias importantes perdem espaço para notícias de celebridades e fofocas. Existe, é claro, um lugar para estas notícias de “veja que cachorrinho bonitinho”, mas isso não deve superar o relato de histórias com implicações importantes para o mundo.

**IHU On-Line – De que forma o pensamento de Marshall McLuhan se atualiza neste novo ecossistema midiático?**

**John Pavlik** – As ideias de McLuhan são bastante relevantes para o jornalismo digital. Talvez o mais relevante seja sua noção de *aldeia global*. Hoje, com 5 bilhões de pessoas conectadas via redes de comunicação digital em todo o mundo, as notícias e informações também podem ressonar globalmente – sobretudo por meio das mídias sociais e dispositivos móveis. Veja o caso do *#bringbackourgirls*<sup>2</sup>, na Nigéria, por exemplo.

**IHU On-Line – Em um contexto de aldeia global, como explicar a força emergente de um jornalismo hiperlocal?**

**John Pavlik** – Este é um ótimo exemplo do adágio “Pense globalmente, aja localmente”. Usar as redes de mídia para relatar e explorar histórias locais, mas conectadas a temáticas e comunidades mais abrangentes, potencialmente globais, farão com que o jornalismo digital torne-se mais importante e que implique em mais consequências no século XXI.

**IHU On-Line – Deseja acrescentar alguma coisa?**

**John Pavlik** – Fazer boas perguntas e manter a inovação, mas de maneira ética e por meio do envolvimento do público, com comprometimento com a liberdade de expressão. Este deve ser o mantra do jornalista digital.

2 Cerca de 300 meninas foram raptadas de sua escola na Nigéria por militantes do grupo Boko Haram. Os clamores de amigos e familiares se tornaram o movimento *Bring Back Our Girls*, ganharam as redes sociais e geraram rapidamente apoio internacional. (Nota da IHU On-Line)

# Jornalismo, pós-jornalismo e protojornalismo. Uma imprensa de múltiplas camadas

Luiz Martins da Silva faz a distinção entre categorias teóricas de compreensão do jornalismo que coexistem, por vezes, até na mesma página

POR ANDRIOLLI COSTA

A história da imprensa mostra que o jornalismo, tal qual o conhecemos hoje, não foi sempre assim. Formatos que hoje facilmente seriam atribuídos à imprensa, como a entrevista ou a manchete de primeira página, instituíram-se principalmente a partir do século XIX. O mesmo se pode dizer sobre características como objetividade, factualidade ou isenção. Até meados de 1800, a imprensa nos Estados Unidos era fundamentalmente partidária e parcial. Mais tarde, na chamada *penny press*, apelava a boatos e ao sensacionalismo para chamar a atenção do público. É notória, por exemplo, a cobertura feita pelo *The Sun* em 1835 sobre a descoberta de homens-morcego vivendo na lua – além de toda uma vasta fauna digna de clássicos da ficção científica.

Este jornalismo sensacionalista, no entanto, não deixou de existir com a emergência de novos formatos e valores para o fazer jornalístico. Em verdade, ainda hoje encontra espaço no ecossistema midiático, coexistindo com um jornalismo objetivo e factual, ou com aquele que busca o serviço e a contextualização. Por vezes no mesmo jornal, ou mesmo em uma única página. Com isso em vista, o professor e pesquisador Luiz Martins da Silva fundamenta a divisão em três categorias teóricas de compreensão de orientações enunciativas: protojornalismo, jornalismo e pós-jornalismo.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ele esclarece que, atualmente, em

um universo de informações disponíveis na rede, não basta mais oferecer ao público o factual. “É preciso agregar serviço, utilidade, interpretação, análise, dicas, contatos, seção de ‘para saber mais’, infografias”, entre outros. Para ele, os jornalistas alinhados ao pós-jornalismo arvoram-se “à condição e ao dever de missionário”, fornecendo o contexto necessário para que o cidadão use as informações disponibilizadas como produto básico para gerir o cotidiano. Mas complementa: “na nossa análise, o que mais marca o pós-jornalismo é uma nova forma de engajamento. Se nos primórdios da imprensa havia um engajamento político-partidário, hoje esse engajamento está mais para temas novos e legitimadores, como cidadania, ecologia, sustentabilidade, etc.”.

Luiz Martins da Silva é graduado em Jornalismo pela Universidade de Brasília – UnB, com mestrado em Comunicação e doutorado em Sociologia pela mesma universidade. Desde 1988 é professor da UnB, onde coordena atualmente o Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Silva coordena, ainda, o Grupo de Pesquisa *Jornalismo e Sociedade* e desenvolveu uma série de projetos de pesquisa com apoio do CNPq, entre eles *A ideia do pós-jornalismo* (2010-2013). É autor, entre outros livros, de *Teorias da Comunicação no século XX* (Brasília: Casa das Musas, 2009) e *Ética na Comunicação* (Brasília: Casa das Musas, 2008).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Você faz uma distinção entre protojornalismo, jornalismo e pós-jornalismo, que conviveriam no mesmo ecossistema midiático.**

**Como você as compreende e como elas se apresentam na imprensa?**

**Luiz Martins da Silva** – São mais categorias teóricas de compreen-

são de orientações enunciativas do que propriamente estruturas puras e estanques. Podemos, no entanto, identificá-las por meio de três formas

de enunciação: sensação, informação e comunicação. A presença do sensacionalismo no jornalismo marcou toda uma etapa, digamos, de uma fase primitiva do jornalismo, em que a informação era muito mesclada à sensação, a um formato, digamos, de “encantamento” do mundo no que ele tem de mágico, mítico e até de bizarro. A segunda fase corresponde a um momento em que o jornalismo quer se diferenciar desse seu lado próximo ao fantástico (leia-se “conto maravilhoso”<sup>1</sup>). Trata-se do advento de uma ideologia jornalística, aquela segundo a qual o jornalismo trabalha com fatos e não com ficção ou opinião.

**IHU On-Line – Você descreve o pós-jornalismo<sup>2</sup> como aquele que supera a função informativa para envolver também os contextos e serviços. Neste modelo, os jornalistas “arvoram-se à condição e ao dever de missionário”. Tendo em vista que a imagem do jornalista como *watchdog* da sociedade e do jornalismo como um quarto poder, que equilibra os demais, se manifesta desde o início do século XX, até que ponto esta proposta ainda não pertence ao modelo tradicional de jornalismo?**

**Luiz Martins da Silva** – A partir do momento em que o jornalismo procura ultrapassar o fato enquanto valor-notícia e procura se diferenciar em termos de fornecimento de um produto, produto esse que passa a contar com um valor-agregado. Não basta mais oferecer ao público a informação factual. É preciso agregar serviço, utilidade, interpretação, análise, dicas, contatos, seção de “para saber mais”, infografias, contexto e, por vezes, toda uma “tradução” do acontecimento, às vezes meramente geográfica [o típico

## “Os jornalistas ainda mantêm muito da sua competência, enquanto especialistas, na embalagem da informação jornalística”

quadrado no *mapa mundi*]. Mas, na nossa análise, o que mais marca o pós-jornalismo é uma nova forma de engajamento. Se nos primórdios da imprensa havia um engajamento político-partidário, hoje esse engajamento está mais para temas novos e legitimadores, como cidadania, ecologia, sustentabilidade, etc.

**IHU On-Line – Se o jornalismo é fruto da modernidade nos séculos XVII–XVIII, de que maneira o pós-jornalismo dialoga com a pós-modernidade?**

**Luiz Martins da Silva** – No sentido da hibridização de gêneros – profissionais e redacionais – e no sentido da própria embalagem do produto jornalístico: mix de linguagens e de suportes, hipermidiáticos, hipertextuais, etc. E também uma hibridização entre informação, educação e diversão. O radiojornalismo, por exemplo, mescla-se, hoje, com outros suportes e linguagens. A TV, por sua vez, espera que o telespectador interaja, que obtenha mais detalhes no site da emissora e até vote em favor de algum tipo de preferência.

**IHU On-Line – Dentro desta lógica (do pós), para que serve e a quem serve o jornalismo?**

**Luiz Martins da Silva** – Para que a informação seja o produto básico a partir do qual o consumidor e o cidadão poderá mais facilmente ge-

rir o seu cotidiano: clima, impostos, trânsito, finanças, concursos públicos e todo um tipo de assessoramento, por exemplo, de saúde. Há, hoje, um fenômeno que já foi denominado de mídia consultório. A informação factual, sozinha, ficou ainda mais descartável. A parte de serviço serve mais à gestão do cotidiano (conscientização em torno de participação, direitos e deveres). A segmentação dos temas funciona também como um cardápio: da política aos esportes, passando por ciência, tecnologia e, claro, toda a herança antiga que ainda sobrevive (crimes, sexo, fofocas, etc.).

**IHU On-Line – Como você percebe a influência das novas mídias, tecnologias e redes sociais no modo de fazer jornalismo?**

**Luiz Martins da Silva** – O jornalismo, enquanto profissão, prossegue sendo uma atividade própria e apropriada, com relação aos jornalistas. Lidar com a informação e com a circulação da informação, local, nacional e globalmente, há muito deixou de ser um monopólio dos jornalistas e dos aparatos jornalísticos. O jornalista não é mais o senhor e o principal protagonista dos cenários midiáticos. Em algumas circunstâncias, diria, os indivíduos e os coletivos até são mais profícuos em termos de criação e difusão de acontecimentos midiáticos e de fatos (impregnados de valor-notícia).

**IHU On-Line – Qual o papel a ser assumido pelo jornalista, que deixa de ser o *gatekeeper*<sup>3</sup> em um contexto de ranço contra as grandes organizações midiáticas, do surgimento de iniciativas de mídia independente e da proliferação de múltiplas vozes pela internet?**

**Luiz Martins da Silva** – Eu diria que o papel de *gatekeeper* até ficou mais fortalecido, pois os editores continuam como peritos institucionais na seleção e na hierarquização

1 Referência à obra de Vladimir Propp, formalista russo e autor de *Morfologia do Conto Maravilhoso* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006). (Nota da IHU On-Line)

2 Ver o artigo *Jornalismo e pós-jornalismo, trabalho e sobretrabalho* publicado na ESFERAS, revista interprogramas de Pós-graduação em Comunicação do Centro Oeste, disponível em <http://bit.ly/lmsposjor>. (Nota da IHU On-Line)

3 **Gatekeeper**: termo que nos estudos em jornalismo designa aquele que define o que será ou não noticiado, de acordo com uma série de critérios. (Nota da IHU On-Line)

dos acontecimentos midiáticos e dos fatos jornalísticos. A comunicação à base do *few to many* já não é predominante, mas a comunicação à base do *many to many* ainda é muito caótica. Os jornalistas ainda mantêm muito da sua competência, enquanto experts, não só temáticos, mas na embalagem da informação jornalística. O seu lastro institucional, do passado e do presente, contribui, é claro, com maior credibilidade, quando a narrativa é procedente de uma fonte jornalística profissional e empresarial, embora se saiba de grandes barrigas desse jornalismo juramentado e de megatendências políticas, nacionais e internacionais.

**IHU On-Line – No contexto das redes, onde as fronteiras entre emissor e receptor são borradas, a notícia escapa aos meios jornalísticos? Ou para ser notícia é preciso que o fato seja interpretado por um profissional de imprensa?**

**Luiz Martins da Silva** – Há toda uma apropriação mútua, mas eu diria que a maior apropriação ainda se dá dos fatos a partir, digamos, da chamada “grande imprensa”. Os fatos originalmente carimbados como “jornalísticos” passam por todo um reaproveitamento por parte das redes sociais. A própria mídia não vive, hoje, sem essa sua extensão, que são as redes sociais. Ultimamente, no entanto, há toda uma guerra de tendências de opinião e militância nas redes sociais. Sabe-se que em Brasília, por exemplo,

## “A própria mídia não vive, hoje, sem essa sua extensão, que são as redes sociais”

há equipe de “profissionais” de comunicação trabalhando a serviço de candidatos, cuja tarefa básica consiste em fazer “bombar” o que há de positivo em torno de um candidato e “queimar” o filme do concorrente.

**IHU On-Line – Em 1690, Tobias Peucer<sup>4</sup> escreve *Os Relatos Jornalísticos*, texto considerado seminal para a Teoria do Jornalismo. Nele, aponta ainda no surgimento da imprensa características presentes como: atualidade, novidade, utilidade, as pressões econômicas do negócio e a necessidade de satisfazer a curiosidade humana. É possível compreender as mudanças estruturais no jornalismo mais como atualizações do que como novidades?**

**Luiz Martins da Silva** – Tobias Peucer continua atual e necessário,

<sup>4</sup> Tobias Peucer: intelectual alemão, estudou teologia e medicina. Defendeu em 1690 sua tese de doutorado na Universidade de Leipzig, intitulada *De relationibus Novellis* (os relatos de novidades), onde discorre sobre os jornais e as mudanças sociais ainda no surgimento da imprensa. (Nota da IHU On-Line)

pois falar de jornalismo e de produtos jornalísticos é, ao mesmo tempo, discorrer ainda sobre *categorias* de informação: desde as últimas novidades até as novidades últimas (o necrológio<sup>5</sup>). Desde as informações descartáveis ou imediatamente percíveis até o colunismo que se esmera em ser o oráculo de Delfos. Há, portanto, o jornalismo que se ocupa do que já foi noticiado. Coisas do tipo: “às dez horas da noite você já está informado, mas precisa saber mais”. Há de se perguntar sobre que tipo de iluminismo faz com que os jornalistas sejam capazes de dar explicações adicionais sobre a ‘realidade dos fatos’. É uma espécie de metajornalismo, jornalismo sobre jornalismo, metalinguagem jornalística.

**IHU On-Line – Deseja acrescentar mais alguma coisa?**

**Luiz Martins da Silva** – O jornalismo, os jornalistas e o negócio jornalístico nunca passaram por mudanças estruturais tão radicais, tão próximas e tão impactantes. O jornalismo, no entanto, é uma categoria social, tanto quanto a arte, a literatura, o folclore. E é por isso que ele sobrevive e sobreviverá. O cotidiano precisa de uma representação de si próprio, ainda que na aldeia todos já saibam o que aconteceu. A representação midiática é tão importante para a compreensão da realidade quanto a própria.

<sup>5</sup> **Necrológio:** apego às coisas mortas do passado; elogio a pessoas falecidas. (Nota da IHU On-Line)

# LEIA OS CADERNOS IHU

## NO SITE DO IHU

### WWW.IHU.UNISINOS.BR

# O lugar da informação no ecossistema midiático

Para Joshua Benton, a ideia de uma organização de notícias universal estará limitada a um pequeno número de grandes atores

POR ANDRIOLLI COSTA / TRADUÇÃO: MOISÉS SBARDELOTTO

**A**o traçar um panorama do ecossistema midiático contemporâneo, o relatório *Journalismo Pós-Industrial* afirma ser impossível olhar para instituições tão diferentes como o *Texas Tribune*, o blog da Suprema Corte dos Estados Unidos e as redes sociais e enxergar alguma coerência. Da mesma forma, é igualmente impossível lançar os olhos sobre iniciativas de jornalismo sem fins lucrativos, financiamentos via Kickstarter ou cobertura de protestos via telefone celular e convencer-se de que “tornar informações públicas ainda pode ser feito somente por profissionais e instituições”.

Neste contexto de pluralidade de emissores, em que o monopólio da difusão de informação escapa aos meios tradicionais, qual seria o papel do jornalismo? Fazer a curadoria de informações relevantes? Congregar o debate público? Atuar como mediador da sociedade? Para Joshua Benton, diretor do *Nieman Lab*, o jornalismo sempre exerceu diversos papéis, não apenas o de informar, e continuará a de-

sempenhá-los. “Esse purismo em busca do fato não é útil para as publicações de notícias que tentam sobreviver à transição.”

Em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, Benton fala da relação que sempre existiu entre jornalismo e emoção e sobre o modo como cada veículo encara suas próprias definições de “interesse público” e “interesse do público”. Trata ainda do relatório de Inovação do *The New York Times*, que descreveu como “um dos documentos mais importantes desta era midiática”.

Joshua Benton é graduado em História pela Yale University. Possui 10 anos de experiência como jornalista profissional, passando por veículos como o *The Dallas Morning News*. É fundador e diretor do *Nieman Journalism Lab*, laboratório de qualidade no jornalismo na era digital da Universidade de Harvard criado em 2008. Entre os projetos que desenvolve no Nieman está o *Fuego*, um bot que rastreia no Twitter o que se fala sobre o futuro do jornalismo (<http://bit.ly/fuegonlab>).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – O Nieman Lab existe desde 2008, com uma equipe dedicada a pensar o jornalismo em tempo integral. De lá para cá, você percebeu mudanças na relação do jornalismo com as novas mídias? O projeto Riptide<sup>1</sup> foi capaz de dar bons insights sobre isso?**

**Joshua Benton** – Muitas mudanças. De modo geral, as empresas de

notícias perceberam que seus modelos antigos não funcionarão para sempre e que o ajuste a um futuro digital não é uma opção, é uma necessidade. É claro que essas mudanças estão acontecendo em velocidades diferentes entre países, entre meios de comunicação e entre publicações, mas estão acontecendo em todos os lugares. Há também uma nova classe de organizações noticiosas nativas digitais que não existiam na mesma quantidade em 2008. Essas organizações estão traçando uma série de caminhos a seguir que podem ser sustentáveis.

**IHU On-Line – Em texto publicado no Nieman Lab, você descreve o relatório vazado do *New York Times* como “um dos documentos mais importantes desta era midiática”<sup>2</sup>. Em que o relatório é tão revelador?**

**Joshua Benton** – É revelador porque ele não era para consumo público (ou mesmo para o consumo da redação do *Times*), por isso ele é incomumente honesto em detalhar as questões cul-

<sup>1</sup> Projeto de entrevistas em profundidade, com herdeiros de grandes redes de mídia e com gestores de meios nativos digitais, produzido pelo Nieman Lab, de Harvard. [www.niemanlab.org/riptide/](http://www.niemanlab.org/riptide/) (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> Ver o artigo *The leaked New York Times innovation report is one of the key documents of this media age*, publicado em 15-05-2014, disponível em <http://bit.ly/nytنيeman>. (Nota da IHU On-Line)

turais no cerne de qualquer organização noticiosa tradicional que tenta se tornar mais digital. As lutas pelo poder, as regras antigas que permanecem inflexíveis, os fluxos de trabalho e as prioridades de natureza centrada na imprensa – tudo isso existe em milhares de redações ao redor do mundo. O relatório pode servir como consultoria gratuita para as redações do mundo.

**IHU On-Line – No relatório do Times, descobrimos que a maioria dos acessos do jornal não vem mais da homepage. Buscar a “primeira página”, como na lógica do impresso, ainda faz algum sentido? Em que isso pode implicar no fluxo de trabalho das redações?**

**Joshua Benton** – Os números variam de site para site, mas, em termos gerais, a distribuição social está aumentando, e isso acontece no nível da página do artigo com mais frequência. Então, certamente não há nenhuma garantia de que o seu leitor está acessando todo o pacote que você montou para ele. Isso sempre foi verdade – mesmo na imprensa, havia pessoas que pulavam direto da capa para a seção de esportes, por exemplo – mas, no ambiente online, isso é cada vez mais verdadeiro. O relatório do Times tem uma boa seção sobre a tirania da página 1 impressa como uma força organizadora do dia – a página inicial do site [homepage] não tem exatamente o mesmo impacto, mas ainda é uma força organizadora, cuja importância varia da redação para a audiência. Cada história, até certo ponto ao menos, luta pela sua própria vida.

**IHU On-Line – Pensando nos compartilhamentos sociais como determinantes para a circulação e recirculação dos conteúdos, e tendo em vista sites como BuzzFeed e Upworthy, perceber-se que o engajamento se dá mais pelas emoções geradas<sup>3</sup> (tanto positivas**

**quanto negativas) do que pelo valor-notícia do acontecimento. O jornalismo dos novos tempos deve redefinir seu conceito de notícia para se enquadrar na lógica do compartilhamento?**

**Joshua Benton** – Primeiramente, é falso acreditar que a emoção não era uma grande impulsionadora de notícias antes da web. Basta ler qualquer jornal tabloide ou assistir a um gato sendo resgatado de uma árvore em um programa de televisão. Sempre houve uma audiência que quer sua notícia de forma direta e sem emoção, mas essa audiência também sempre foi menor do que a audiência que quer algo mais. Cada organização de notícias decidirá por si mesma onde quer ficar nesse espectro. Mas, de um modo geral, a postura “objetiva” e reservada de algumas organizações tradicionais de notícias é mais propensa a ser desafiada no ambiente online. Isso não significa que todo mundo se torne *Upworthy*, mas significa, sim, que vale a pena assisti-los.

**IHU On-Line – Se informar prova-se insuficiente, qual o papel do jornalismo hoje? Fazer a curadoria de informações relevantes? Congregar o debate público? Atuar como mediador da sociedade?**

**Joshua Benton** – Eu não concordo com esta premissa. O jornalismo sempre fez um monte de coisas e desempenhou muitos papéis. Ele vai continuar a fazer um monte de coisas e a desempenhar muitos papéis, inclusive os que você menciona. Esse purismo em busca do fato não é útil para as publicações de notícias que tentam sobreviver à transição.

**IHU On-Line – Equalizar “interesse público” e “interesse do público” sempre foi uma constante na imprensa. É mais difícil realizar esta equação no ambiente digital com as métricas de pageviews? Como escapar da redução ao sensacionalismo, às soft news e aos fait divers?**

**Joshua Benton** – Novamente, eu não concordo com a premissa. Ela nem sempre tem sido uma constante.

Diferentes organizações de notícias, incluindo diferentes organizações de notícias muito boas, tiveram ideias muito diferentes sobre o que era de “interesse público” ou de “interesse do público”. Os jornais publicavam horóscopos, dicas de jardinagem, anúncios classificados, receitas, colunas esportivas, histórias em quadrinhos, reportagens investigativas, relatórios de vigilância. Cada publicação terá que definir o valor que proporciona à sua audiência.

**IHU On-Line – Com a pluralidade de vozes da internet – muitas destas de especialistas em seus respectivos nichos – que alcance resta a uma imprensa que ainda busca realizar uma comunicação massiva?**

**Joshua Benton** – A mídia de massa não está morta, mas está sendo concentrada em novas formas. A geografia, por muito tempo uma restrição para a distribuição de ambos os modelos, impresso e de radiodifusão, está diminuindo em importância, o que incentiva novos atores de nichos nacionais e globais. Em grande parte, isso é uma coisa boa, uma vez que os interesses de um indivíduo são definidos para além da sua latitude e longitude. A ideia de uma organização de notícias universal estará limitada a um pequeno número de grandes atores.

**IHU On-Line – Quais ações de inovação você tem acompanhado para o jornalismo para TV ou para rádio? O futuro é a convergência para os meios digitais?**

**Joshua Benton** – A TV e o rádio não foram tão afetados quanto os jornais, por isso tem havido menos inovação por lá. E as primeiras gerações da web favoreceram o texto como formato, de modo que os maiores inovadores online tinham mais em comum com uma herança impressa do que com a da radiodifusão. A televisão também é protegida por um custo mais alto de acesso para a produção de vídeo de qualidade e por uma complexa rede de relações de negócios com anunciantes e plataformas de distribuição. Os próximos cinco a dez anos serão fundamentais.

<sup>3</sup> Ver o artigo *13 ways to make something go viral*, publicado no sítio *Facebook Stories* por Jonah Peretti, fundador do BuzzFeed, em 11-04-2013. Disponível em <http://bit.ly/13wviral>. (Nota da IHU On-Line)

# Mídias massivas e pós-massivas no fluxo das redes

Pesquisador de cibercultura, André Lemos defende uma distinção entre funções midiáticas para compreender a complexidade do atual ecossistema de mídia

POR ANDRIOLLI COSTA

**R**eferência brasileira na pesquisa em cibercultura, André Lemos aponta ser impossível compreender o atual ecossistema midiático tendo em vista apenas a visão tradicional de comunicação de massas. Afinal, como seria possível observar, sob a mesma ótica, um jornal impresso, um programa de TV, um canal do Youtube e um perfil do Facebook? Certamente os padrões não seriam os mesmos.

“Não se trata de uma mídia necessariamente contra a outra”, esclarece ele, “embora tensões e investimentos publicitários possam vir a matar uma ou outra, mas de uma expansão do ecossistema midiático”. Lemos fala, dessa forma, de mídias de *função massiva* e de *função pós-massiva*. As primeiras, normalmente concessão do Estado, controlam o fluxo da informação – “que deve passar pelos mediadores profissionais”. São mantidas por verbas publicitárias, grande empresas e grupos políticos.

Já as de função pós-massiva, potencializadas pela articulação e globalização das redes telemáticas, descentralizam o fluxo informativo (que escapa aos profissionais institucionalizados). “A emissão é aberta, sem controle, mais conversacional”. A distinção, no entanto, vai além da simples antítese entre analógico e digital. “Podemos encontrar função pós-massiva em fanzines e rádios-pirata, e função massiva em usos do Facebook ou do Twitter por empresas jornalísticas, por exemplo.”

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, André Lemos discorre sobre a incor-

poração da função pós-massiva pelos meios tradicionais, os formatos de associação (como o crossmídia e o transmídia), a inteligência coletiva das redes e a necessidade de qualificar as associações, sob o risco do surgimento de uma estupidéz coletiva. Trata ainda da internet das coisas e o modo como sua emergência gera mudanças tectônicas no jornalismo. “Com a expansão da internet para os mais diversos objetos, vamos ver uma ampliação de formatos jornalísticos usando Big Data”, acredita. E finaliza: “Estamos caminhando para um fluxo gigantesco e em tempo real de dados sobre o mundo, e o jornalismo deve adaptar-se a esta nova situação”.

André Lemos é graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, com mestrado e doutorado em Sociologia pela Université Paris Descartes – Paris 5. É professor da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA e coordenador do Grupo de Pesquisa em Cibercidade (GPC). Atualmente debruça-se sobre a pesquisa *A comunicação das coisas: Internet das coisas, big data e smart cities*. Entre diversos livros, Lemos é autor de *A Comunicação das Coisas. Teoria Ator-Rede e Cibercultura* (São Paulo: Annablume, 2013), *O Futuro da Internet. Em direção a uma ciberdemocracia planetária* (São Paulo: Editora Paulus, 2010), que escreveu junto com Pierre Lévy, e *Cultura das Redes. Ciberensaios para o século XXI* (Salvador: Edufba, 2002).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Você propõe uma distinção entre mídias de função massiva e pós-massiva. Em que consiste cada uma?**

**André Lemos** – Como é dito, trata-se mesmo de uma função. As mídias de função massiva são, em

sua maioria, concessão do Estado, controlam o fluxo da informação que deve passar pelos mediadores profissionais, instituem e alimentam um público (audiência, consumidores, massa) e são mantidas por verbas publicitárias, grandes empresas e

grupos políticos. Estas mídias criaram a esfera e a opinião públicas modernas. São mídias de informação. As mídias de função pós-massiva surgem com as possibilidades ampliadas de circulação da informação com a globalização das redes telemáticas.

O fluxo é descentralizado, típico de uma rede heterogênea, sem centro. A emissão é aberta, sem controle, mais conversacional. São pequenas, médias e grandes empresas que funcionam sem, no entanto, serem concessão do Estado. Embora as funções remetam para uma diferença entre mídias analógicas e digitais, podemos encontrar função pós-massiva em fanzines e rádios-pirata, e função massiva em usos do Facebook ou do Twitter por empresas jornalísticas, por exemplo.

### **IHU On-Line – De que forma a emergência de uma tensão a outra no ecossistema midiático?**

**André Lemos** – O que estamos vendo hoje é uma remediação (para usar o termo de Bolter e Grusin<sup>1</sup>) de uma estrutura sobre a outra. Não se trata de uma necessariamente contra a outra, embora tensões e investimentos publicitários possam vir a matar uma ou outra, mas de uma expansão do ecossistema midiático com formas ampliadas de mediação massiva e pós-massiva. Novos formatos de associação emergem, como os ditos crossmídia ou transmídia e novas práticas conversacionais e informacionais surgem.

### **IHU On-Line – Com os leitores/usuários exigindo conteúdo e tratamento cada vez mais personalizado e individual, ainda faz sentido produzir na lógica da comunicação de massas?**

**André Lemos** – Sim, temos lógicas de massa em mídias digitais como Twitter e Facebook. Muitas empresas jornalísticas e políticos usam estas mídias sociais como se estivessem usando a televisão, o rádio ou o jornal. Falam para uma massa, passam “informações” e não querem muita conversa. É uso de função massiva em mídias que pode desempenhar funções pós-massivas, já que em redes

## “A rede é sempre, em sua estrutura mesma, ecumênica”

telemáticas. Querem apenas se fazer presentes no novo ambiente, mas o usam de forma tradicional. Por outro lado, o uso massivo é importante para criar a esfera e a opinião públicas mais homogêneas, menos fragmentadas e mais comunitárias, locais. Embora as novas mídias sejam sempre um reforço da experiência de localização da informação, as mídias tradicionais de função massiva ainda fazem isso muito bem. Acredito que mais rico será este ecossistema se mantivermos fluxos massivos e pós-massivos livres, cada um na sua modalidade de liberdade.

### **IHU On-Line – Tendo em vista a ubiquidade da tecnologia, a facilidade de cada vez maior de produção e distribuição de conteúdo por qualquer pessoa e o acesso ao big data, qual a participação do usuário na produção noticiosa atual? E quais as perspectivas para este envolvimento no futuro?**

**André Lemos** – Temos uma expansão de fontes de informação pela ampliação da esfera conversacional, como mostrei mais acima. Cada pessoa hoje pode produzir e distribuir informação ao vivo de forma intencional. E cada pessoa hoje gera muitos dados de forma também involuntária, pelo simples fato de usar tecnologias e serviços digitais (*Big Data*). E os objetos também passam a gerar muitos dados, a trocar informações de forma autônoma entre eles. Os dados (todos estes três tipos) podem gerar notícias no que se chama de *Data-Driven Journalism* (o *The Guardian* é um dos pioneiros no uso dos dados para produzir as narrativas) ou *Database Journalism* (que é o uso dos dados para organizar a informação, sendo *BBC*, *The New York Times* e *The Guardian* exemplos interessantes).

Com a expansão da internet para os mais diversos objetos, vamos ver uma ampliação de formatos jornalísticos usando *Big Data*. Os dados gerados pelos usuários de forma intencional (vídeos no YouTube, posts no Twitter e Facebook, queixas em sites de relacionamento com empresas, fotos no Flickr ou Instagram) serão importantes, mas não tanto quanto os dados gerados involuntariamente por eles, ou em fluxo contínuo pelas coisas (estradas, pontes, carros, posts de luz, eletrodomésticos). Estamos caminhando para um fluxo gigantesco e em tempo real de dados sobre o mundo, e o jornalismo deve adaptar-se a esta nova situação.

### **IHU On-Line – Em que consiste pensar a inteligência coletiva das redes? Quais os avanços e limites desta inteligência no que tange à informação?**

**André Lemos** – A coletividade pode ser emancipadora ou muito conservadora e retrógrada. A rede é sempre, em sua estrutura mesma, ecumênica, colocando em princípio todos e tudo em contato com todos e tudo (vejam a nova dimensão da internet das coisas<sup>2</sup>). Inteligência, para existir, precisa ser sempre coletiva ou fruto de “pontualizações” de uma coletividade. Isto dito, muito há de ser feito para transformar potência em realização. Produzir inteligência requer muito esforço. É preciso proporcionar e cultivar boas associações, ou seja, aquelas que serão produtoras de processos de emancipação e sustentabilidade. A internet é uma rede que ampliou de forma planetária as formas e qualidades de associações. Precisamos qualificá-las e valorizá-las, ou tudo pode desaguar apenas em estupidez coletiva.

### **IHU On-Line – A desconfiança em relação aos meios tradicionais, junto à articulação conjunta de usuários, apontou diversos equívocos e**

<sup>2</sup> *The Internet of Things*: projeto do MIT que recorre ao uso de radiofrequência e sensores wireless para criar um sistema global de registro de bens, com objetos interligados de maneira inteligente. (Nota da IHU On-Line)

<sup>1</sup> Jay David Bolter, professor da Escola de Literatura, Mídia e Comunicação do Georgia Institute of Technology e Richard Grusin, diretor do Center for 21st Century Studies - C21, da University of Wisconsin-Milwaukee. Autores de *Remediation: Understanding New Media* (Cambridge: MIT Press, 2000). (Nota da IHU On-Line)

incongruências em matérias veiculadas no jornalismo diário. No entanto, por vezes, estes mesmos grupos de usuários da rede fazem circular e recircular informações falsas e conclusões precipitadas<sup>3</sup>. Quais os perigos da inteligência coletiva das redes quando todos não apenas se tornam emissores, mas também assumem o papel de “especialistas”?

**André Lemos** – A pluralidade de vozes é sempre algo bom, e os que estão em uma determinada ação ou polêmica podem e devem falar até mais do que os especialistas. São eles que sabem dos problemas, e não os especialistas. Devemos estar sempre com os pés no chão e deixar falar os que estão envolvidos sem passar sempre por tradução dos experts. A internet possibilita esta explosão de vozes e permite visualizar as diversas associações de pessoas e coisas. Veja, por exemplo, as diversas formas existentes hoje de mapeamento de dinâmicas sociais em redes (pelas mídias ditas “sociais” – e aqui voltamos a primeira questão: para ser “mídia social” deveria estar desenvolvendo funções pós-massivas, o que nem sempre é o caso), com imagens muito interessantes das mediações (grafos e plotagens as mais diversas, mostrando as topologias sociais das redes sociais). Estas imagens mostram (não sem problemas e vieses) o social se fazendo nas associações. O que vai nos ajudar a compreendê-lo em sua dinâmica. Agora em relação ao jornalismo, que parece ser o específico da sua questão, voltamos à dinâmica do massivo e do pós-massivo. O trabalho especialista, profissional é muito importante e deve ser valorizado.

**IHU On-Line – De que formas a mídia locativa tem sido utilizada para a produção jornalística? O que**

<sup>3</sup> Usuários do 4chan apontaram levemente o jovem Sunil Tripathi (entre outros) como suspeito do atentado a bomba durante uma maratona em Boston, fazendo suas fotos serem compartilhadas milhares de vezes. No final, a investigação provou que o responsável era outra pessoa. Veja mais em <http://bit.ly/4chanbomb>. (Nota da IHU On-Line)

## “A integração vem desde as primeiras técnicas que fizeram e continuam a fazer a mediação e construir a relação do homem com o mundo”

**ela pode agregar do ponto de vista informativo?**

**André Lemos** – Informação é o que “dá forma” a algo que só faz sentido se for localizado e localizável, por e para quem produz, distribui e consome. Os novos dispositivos e redes sociais produzem e distribuem cada vez mais informações localizadas (um post no Twitter ou no Facebook, um “check in” no Foursquare, uma foto no Instagram...). Ora, os veículos jornalísticos sempre fizeram isso. Produzem informações locais e veiculam informações globais. As mídias locativas só ampliam os instrumentos para o exercício do jornalismo. Jornalismo em base de dados e jornalismo com mídias locativas estão em desenvolvimento com veículos (o *The Guardian*, por exemplo), explorando as novas possibilidades, como dissemos acima.

**IHU On-Line – É possível pensar que esta integração entre espaços físicos e virtuais – promovida pelo documentário situado, a realidade aumentada e outros formatos – representa um novo tipo de experiência de mundo mediada pela técnica?**

**André Lemos** – A Amazon acaba de lançar o seu smartphone<sup>4</sup> que será uma espécie de leitor do mundo para comprar coisas na megaloja vir-

tual. Parece ser um excelente equipamento com o que há de mais avançado na tecnologia dos celulares, com tela 3D inclusive. Mas o que mais me chamou a atenção foi o *Firefly*, um sistema que permite ao *smartphone* identificar qualquer coisa para a qual ele aponte: um QR Code, um número de telefone ou qualquer objeto. Ora, esta integração é mesmo algo fantástico, pois parece ser mesmo o que faltava para este dispositivo, que está sempre colado ao nosso corpo: criar uma interface total para com o mundo.

Olho para uma árvore e aponto para saber que árvore é esta, para um objeto exótico e descobrir seu nome, para um monumento e ver a sua história, sem precisar ter aplicativos específicos que fazem isso, mas que requerem diversas ações até chegar à informação. Vejam que isso foi construído por uma megaloja que vende desde clips de papel a submarinos de brinquedo. Assim sendo, ao apontar para alguma coisa, posso achar rapidamente esta coisa para comprar na Amazon. Mas o que está em jogo é o princípio de mediação e conexão entre o mundo real e o informacional.

A integração vem desde as primeiras técnicas que fizeram e continuam a fazer a mediação e construir a relação do homem com o mundo. Esta mediação produz o mundo. E isso não é ligado ao falso, ao simulacro, ao desvio nefasto do artifício. O que devemos perguntar é se a construção pela mediação é boa ou não. Mas é real o que é produzido na mediação. Hoje, com as técnicas informacionais, estamos vendo a integração ampliada das informações do mundo sobre o mundo. E devemos destacar duas coisas aqui: que não sabemos o que é o mundo, e este definitivamente não é apenas o que a nossa mente produz e acessa sobre ele (a fenomenologia clássica, ou a epistemologia científica). E outra que a informação nunca é uma visão total do objeto, já que é a produção de uma “in-formação”, de uma “formação”. É, portanto, uma narrativa que deve ser sempre remetida em causa, politizada.

<sup>4</sup> Leia mais sobre o Fire Phone, da Amazon, em <http://bit.ly/firephonezh>. (Nota da IHU On-Line)

# Memética, multidão e midialivrismo – A comunicação pós-mídia de massas

Para Ivana Bentes o midialivrista é um corpo da multidão, que a expressa e a organiza pela comunicação

POR ANDRIOLLI COSTA

**P**esquisadora e professora de Comunicação, Ivana Bentes relembra que o termo “pós-industrial” vem no lastro de transformações mais amplas no próprio campo da economia. É o próprio Capitalismo que se torna pós-industrial, que, desta forma “co-evolui com os processos de comunicação de massas”. Segunda ela, o modelo industrial fordista, fabril, mecanicista “vem dando lugar a uma problematização do vivo e das redes, paradigma biotecnológico que incide nos processos de produção de conhecimento, entre eles o jornalismo”.

Pensar que o modelo tradicional produziu e impôs uma cultura e estética próprias, implica em pensar também que o pós-industrial tem igualmente seus próprios valores. “O modelo da comunicação pós-mídia de massas é a conversação e/ou a memética, ideias replicantes, memes que buscam se reproduzir e para os quais somos meros vetores”.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Bentes analisa o portal colaborativo recém-lançado da Mídia NINJA, as diferenças entre o posicionamento ideológico das mídias tradicionais e das emergentes, uma

compreensão de mídia Multidão (a partir de Negri) e de seu interesse no prefixo *pós* em jornalismo: “apontar para a emergência desse campo aberto e desconfigurado de experiências heterogêneas e díspares de midialivrismo e midiativismo que emergiram nas redes sociais, assim como essa conversação e interconexão incessante”. Um movimento que, para ela, os conceitos clássicos de jornalismo não dão conta.

Ivana Bentes é professora e pesquisadora da linha de Tecnologias da Comunicação e Estéticas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ. É Doutora em Comunicação pela UFRJ, ensaísta do campo da Comunicação, Cultura e Novas Mídias. Foi Diretora da Escola de Comunicação da UFRJ de 2006 a 2013. É coordenadora do Pontão de Cultura Digital da ECO/UFRJ. Atualmente desenvolve as pesquisas: “Estéticas da Comunicação: Novos Modelos Teóricos no Capitalismo Cognitivo” (pesquisa CNPQ) e “Periferia Global” sobre o imaginário e as ações vindas das favelas e periferias na cultura brasileira e no cenário global e suas redes de articulação.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Em que consiste pensar uma comunicação pós-mídia de massas? Quais paralelos você percebe com o conceito de jornalismo pós-industrial, produzido pelo Tow Center de Columbia?**

**Ivana Bentes** – O campo da comunicação e da produção de conteúdos é estruturante no capitalismo do conhecimento. Estamos falando de transformações mais amplas no próprio campo da economia no chamado capitalismo cognitivo ou pós-industrial que co-evolui com os processos de comunicação de massa. O modelo industrial fordista, fabril, mecanicista (da produção em série, da repetição, homogeneização) que produziu uma cultura, um pensamento e uma estética, vem dando lugar a uma problematização do vivo e das

redes, paradigma biotecnológico (com seus processos viróticos, por contaminação), que incide nos processos de produção de conhecimento, entre eles o jornalismo.

Não que esse modelo de produção fordista deixe de existir, mas perde a centralidade com a disseminação das redes sociais, plataformas, dispositivos de publicação e difusão de conteúdos. Até a memética, teoria inspirada nos memes<sup>1</sup> replicantes proposta por Richard Dawkins<sup>2</sup>, vem da biologia. Essa

<sup>1</sup> **Memes:** Para Richard Dawkins, é considerado como uma unidade de informação que se multiplica de cérebro em cérebro ou entre locais onde a informação é armazenada. No contexto da internet, é conteúdo que, após apropriado, é viralizável ou compartilhável. (Nota da IHU On-Line).

<sup>2</sup> **Richard Dawkins** [Clinton Richard

**Dawkins**] (1941): zoólogo, etólogo, evolucionista e escritor britânico, nascido no Quênia. Catedrático da Universidade de Oxford, é conhecido principalmente pela sua visão evolucionista centrada no gene, exposta em seu livro *O gene egoísta*, publicado em 1976. O livro também introduz o termo “meme”, o que ajudou na criação da memética. Em 1982, realizou uma grande contribuição à ciência da evolução com a teoria, apresentada em seu livro *O fenótipo estendido*. Desde então escreveu outros livros sobre evolução e apareceu em vários programas de televisão e rádio para falar de temas como biologia evolutiva, criacionismo, religião. Por sua intransigente defesa à teoria de Darwin, recebeu o apelido de “rottweiler de Darwin”, em alusão ao apelido de Thomas H. Huxley, que era chamado de “bulldog de Darwin” (*Darwin's bulldog*). Esteve envolto em grande polêmica por conta das ideias contidas em sua obra *Deus, um delírio* (São Paulo: Cia das Letras, 2007), publicada em 2006 sob o

produção instantânea realizada por uma multidão heterogênea desloca os intermediários clássicos: a corporação jornalística, o jornalista profissional, as agências de notícias, põe em xeque a “reserva de mercado” que existia para os formadores de opinião corporativos. Aponta para outros modelos e campos, expandidos.

A discussão que interessa é como as redes sociais, com sua miríade de singularidades e processos de subjetivação rompem com a lógica da reprodução através da informação e da comunicação que neutraliza e domestica os acontecimentos, reduzindo a imprevisibilidade, conformando ao já sabido. Essa proliferação e disseminação pós-mídias de massa já está acontecendo e criando uma nova ecologia midiavivista, uma quantidade muito de grande de coletivos, redes, grupos e também “perfis”.

Pessoas que individualmente comecem a se ver e assumir como produtores relevantes de conteúdos. Essa percepção de que a mídia somos nós, esse conjunto de singularidades que podemos acessar, com quem podemos interagir e trocar realmente é uma mutação antropológica. E, mais do que isso, não é o jornalismo que se tornou o modelo das trocas nas redes. O modelo da comunicação pós-mídia de massas é a conversação e/ou a memética, ideias replicantes, memes que buscam se reproduzir e para os quais somos meros vetores.

**IHU On-Line – De que forma pensar em uma explosão de singularidades, e não na unidade da ideia de “massa”, altera ontologicamente o jornalismo?**

**Ivana Bentes** – As modernas teorias da informação e da comunicação não se deram conta que a conversação é à base de uma nova erótica do contato, da contaminação, da experiência da insurgência em fluxo. Temos que compreender essa outra lógica do sentido, esse cooperação entre muitos, entre singularidades quaisquer que estabeleçam uma “conversa infinita” como propunha Blanchot<sup>3</sup>, uma outra comunicação, quando ela escapa ao poder.

título *The God delusion*. Confirma o debate sobre diversas de suas ideias na edição 245 da *IHU On-Line*, de 26-11-2007, intitulada *O novo ateísmo em discussão*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon245>. (Nota da *IHU On-Line*)

<sup>3</sup> **Maurice Blanchot** (1907-2004): filósofo, romancista, crítico literário e jorna-

lista francês, autor de *O espaço literário* (Rio de Janeiro: Rocco, 2000), *Pena de morte* (Rio de Janeiro: Imago, 1991) e *El paso (no) más Allá* (Barcelona: Paidós, 1994). (Nota da *IHU On-Line*)

Não se trata de se “informar” no sentido jornalístico, mas efetivamente experimentar uma prática dialógica, em que a conversação entre muitos cria pensamento. É uma experiência que altera ontologicamente o jornalismo pensado como prática de poder, que se esconde sob o manto do informar, “reportar”, reproduzir. Estamos vendo um deslocamento da comunicação para sua função expressiva e de invenção, nessa conversação de muitos com muitos. Não que essas funções clássicas desapareçam. Mas do que nos serve estar “informado” se não temos autonomia ou meios para criar conhecimentos derivados, para fazer da informação potência de transformação dos desejos e das crenças?

A mídia de massa, na sua prática pseudocientífica ou “neutra” e “imparcial” funciona com palavras de comando ou de ordem, como colocam Deleuze<sup>4</sup> e Guattari<sup>5</sup>. O jornalismo e a publicidade massivos trabalham com comandos: “ordenar, interrogar, prometer, afirmar, não é informar” (...) “a informação é apenas o mínimo estritamente necessário para a emissão, transmissão e observação das ordens consideradas como comandos”, dizem de forma certa, pois essas informações trazem pressupostos implícitos, não discursivos, obrigações sociais.

A questão hoje é menos nos informar, do que entender justamente que “palavras de ordem” e mundos estão embarcados na informação e nas controvérsias. Mapear essas controvérsias,

lista francês, autor de *O espaço literário* (Rio de Janeiro: Rocco, 2000), *Pena de morte* (Rio de Janeiro: Imago, 1991) e *El paso (no) más Allá* (Barcelona: Paidós, 1994). (Nota da *IHU On-Line*)

<sup>4</sup> **Gilles Deleuze** (1925-1995): filósofo francês. Assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bergson, Nietzsche e Espinosa, poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou ideias como as de devir, acontecimentos, singularidades, conceitos que nos impelem a transformar a nós mesmos, incitando-nos a produzir espaços de criação e de produção de acontecimentos-outros. (Nota da *IHU On-Line*)

<sup>5</sup> **Pierre-Félix Guattari** (1930-1992): filósofo e militante revolucionário francês. Colaborou durante muitos anos com Gilles Deleuze, escrevendo com este, entre outros, os livros *Anti-Édipo*, *Capitalismo e Esquizofrenia* e *O que é Filosofia?*. Félix Guattari, dotado de um estilo literário incomparável, é, de longe, um dos maiores inventores conceituais do final do século XX. Esquizoanálise, transversalidade, ecosofia, caosmose, entre outros, são alguns dos conceitos criados e desenvolvidos pelo autor. (Nota da *IHU On-Line*)

como propõe Bruno Latour<sup>6</sup>, mas para arrancar, explicitar, as palavras de ordem que as habitam. Para criar outros possíveis e sensíveis. O que entendo como comunicação “massiva” é tudo o que nos rouba a potência de efetuar outros mundos e pensamentos.

A distinção pode ser feita também nesses termos: existe um jornalismo massivo que funciona buscando a unificação e a centralização, a homogeneização, a diminuição da polifonia, que desconsidera a ruidocracia e a heterogeneidade das falas. Buscar essa unidade na variedade tem seu preço e é diferente de buscar a multiplicidade e as diferenças em si mesmas. São pressupostos realmente distintos.

**IHU On-Line – Como você compreende o pós-jornalismo? O Mídia NINJA e demais experiências de midiativismo seriam suas manifestações?**

**Ivana Bentes** – O prefixo “pós” é uma comodidade que indica que estamos problematizando um campo, a modernidade ou no caso o próprio jornalismo, como regime discursivo. O que me interessa no “pós” é apontar para a emergência desse campo aberto e desconfigurado de experiências muito heterogêneas e díspares de midiativismo e midiativismo que emergiram nas redes sociais, assim como essa conversação e interconexão incessante. É um momento em que os conceitos clássicos de jornalismo não dão conta das experiências que estão sendo feitas.

**IHU On-Line – De que forma essas novas articulações midiáticas espontâneas e temporárias, como nos protestos de junho passado, dialogam com o conceito de multidão de Negri?**

<sup>6</sup> **Bruno Latour** (1947): filósofo francês, é um dos fundadores dos chamados Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT). É reconhecido, entre outros trabalhos, por sua contribuição teórica - ao lado de outros autores como Michel Callon e John Law - no desenvolvimento da *ANT - Actor Network Theory* (Teoria ator-rede) que, ao analisar a atividade científica, considera tanto os atores humanos como os não humanos, estes últimos devido à sua vinculação ao princípio de simetria generalizada. (Nota da *IHU On-Line*)

<sup>7</sup> **Antonio Negri** (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000 publicou o livro-manifesto *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Em seguida, publicou *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/

**Ivana Bentes** – O conceito de Multidão de Negri não esgota as possibilidades e matrizes conceituais que podemos invocar para pensar o midiativismo, o midiativismo, ou a reconfiguração pós-mídias de massas do campo da comunicação. Mas podemos usar o conceito de Multidão para entender como pode haver sinergia e cooperação entre singularidades, entre diferentes, e distinguir multidão cooperante de uma massa amorfa e “irracional” ou do conceito de “povo” (domesticado e referente a um Estado-Nação).

Gosto da definição do Gabriel de Tarde<sup>8</sup> que diz belamente: “a sociedade é a posseção recíproca, sob as mais variadas formas, de todos por cada um”. A leitura que Maurizio Lazzarato<sup>9</sup> faz de Tarde também nos ajuda a dar carne a Multidão: “essa captura mútua estabelece fluxos de crença e de desejo que constroem imanentemente o mundo, se estabelece uma maneira diferenciada de pensar o social, pois a cooperação e a coordenação entre cérebros precede as relações entre trabalhador e capitalista, explorado e explorador, relações estas que são fundadas na primeira relação de cooperação e coordenação.”

Pensando na mídia livre, podemos dizer que o sujeito qualquer, o mídiavista, diferente do jornalista corporativo, não está em um protesto, ato, manifestação, apenas para fazer o registro (ou reportar) dentro de uma relação de trabalho. Ele é um corpo da multidão e a comunicação é uma das formas de mobilizar e organizar, expressar, essa Multidão.

São Paulo: Record, 2005), também com Michael Hardt - sobre esta obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da IHU On-Line, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior e foi apresentado na primeira edição do evento *Abrindo o Livro*, promovido pelo IHU em abril de 2003. no mesmo ano em que Negri esteve na América do Sul em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, vive entre Paris e Veneza e escreve para revistas e jornais de todo o mundo. (Nota da IHU On-Line)

<sup>8</sup> Jean-Gabriel de Tarde (1843-1904): filósofo, sociólogo, psicólogo e criminologista francês. (Nota da IHU On-Line)

<sup>9</sup> Maurizio Lazzarato: Sociólogo e filósofo italiano que vive e trabalha em Paris, onde realiza pesquisas sobre a temática do trabalho imaterial, a ontologia do trabalho, o capitalismo cognitivo e os movimentos pós-socialistas. Escreve também sobre cinema, vídeo e as novas tecnologias de produção de imagem. É um dos fundadores da revista *Multitudes*. (Nota da IHU On-Line)

## Público

Tarde concebe também outra noção absolutamente pertinente que é a ideia de público, sublinhada por Maurizio Lazzarato. Para ele o público (a Multidão, poderíamos dizer no sentido negriano) não é nem a massa amorfa e nem um conjunto de diferentes grupos ou classes (de pertencimento exclusivo e único). Para ele o público se compõe de indivíduos que podem pertencer “simultaneamente a diferentes públicos”, caracterizando um multipertencimento.

Muitas vezes o conceito de Multidão parece abstrato e incapaz de dar conta, por exemplo, de comportamentos francamente fascistas nos protestos. Também poderíamos continuar perguntando, essa foi uma das questões trazidas por Junho de 2013, mas como uma Multidão pode se organizar sem liderança? Essa organização, para Gabriel Tarde, se dá por influência mútua. É o que permitirá que alguma ordem, ainda que não estável, apareça. Mas certamente existem outras formas de organização e auto-organização.

As questões que Negri traz com o conceito de Multidão já estavam presentes em Deleuze e Guattari no conceito de Rizoma e de Multiplicidade, em *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia* (São Paulo: Editora 34, 2011), igualmente disruptivos e inspiradores.

**IHU On-Line – É possível pensar em um jornalismo de multidão? Como seria?**

**Ivana Bentes** – Mídia Multidão para mim é a possibilidade de incluir o público na produção desse pós-jornalismo (que não descarta técnicas e práticas que sempre existiram como a apuração, reportagem, pesquisa, edição, etc.). Por exemplo, as informações trazidas pelas redes (cruzadas com as informações colhidas nas ruas) funciona, nas transmissões on-line da Mídia NINJA (no ao vivo do streaming) como um GPS humano, um novo circuito rede-rua. O chat da transmissão (onde todos comentam livremente) vira um lugar de atualização, contrafação, disputa, colaboração, uma real ruidocracia intensa e instigante. Mais do que isso, é parte de uma experiência de subjetivação coletiva singular, uma audiência que interage, comenta, informa, analisa, dialoga e interage com o cinegrafista/performer nas ruas, orienta espacialmente e subjetivamente (inclusive debochando, criticando, trazendo repertórios outros).

Esse pós-telespectador faz parte do ao vivo de forma distinta da audiência televisiva tradicional, apontando para uma televisão reversa, em que o chat de comentários, mas poderia ser uma outra câmera em diálogo, se constitui como parte de uma intensa demanda por sentido e montagem que ativa o “ex-pectador” tornado inter-ator. As transmissões ao vivo funcionam como um “material bruto” que vai sendo editado, montado, coletivamente e ao vivo. Podemos pensar esse potencial nas redes sociais também, as conversas infinitas e diálogos que se dão junto às postagens originais e que rivalizam, complementam, perspectivam o dito. Conceitos como o de polifonia em Mikhail Bakhtin<sup>10</sup>, a teoria P2P, o perspectivismo são arsenais conceituais para pensarmos essas experiências no que tem de potenciais e radicais. Pois obviamente podem também se apresentar como novos processos de massificação, centralização e homogeneização.

**IHU On-Line – Recentemente, o Mídia NINJA estreou um portal colaborativo. Em junho passado, a cobertura feita pelo grupo foi criticada por fugir de preceitos do jornalismo – não apenas em termos de imparcialidade, mas também quanto à própria forma. Fotos e vídeos sem edição, áudios ruidosos, streamings infinitos, sem necessariamente a preocupação com o relato jornalístico. Por outro lado, esta estética foi aplaudida por outros grupos que enxergavam nela uma “anti-narrativa”, diferente do padrão de qualidade das mídias tradicionais – sendo inclusive incorporada por estas em sua cobertura. Em seu portal atual, no entanto, percebe-se texto enxutos e informativos, fotos bem editadas, etc. Como você entende estas aproximações inevitáveis entre dois modelos tão distintos e por vezes conflitantes?**

**Ivana Bentes** – A principal diferença a meu ver é entre uma mídia que monopoliza e controla a produção de mundos e os processos de subjetiva-

<sup>10</sup> Mikhail Bakhtin (1895-1975) - Filósofo e pensador russo, teórico da cultura europeia e as artes. Bakhtin foi um verdadeiro pesquisador da linguagem humana, Seus escritos, em uma variedade de assuntos, inspiraram trabalhos de estudiosos em um número de diferentes tradições (o marxismo , a semiótica , estruturalismo , a crítica religiosa) e em disciplinas tão diversas como a crítica literária, história, filosofia, antropologia e psicologia. (Nota da IHU On-Line)

ção e outras práticas e conceitos que apontem para a emergência de uma “intelectualidade de massa” e uma cultura popular digital, ou seja, a distribuição da inteligência humana, com as transformações na forma de sentir, ser e conhecer.

Concretamente, vejo que as postagens da Mídia N.I.N.J.A e de outros coletivos, mesmo quando não vem assinadas, explicitam sua parcialidade e de onde se fala. Funcionam muito mais como crônicas, parciais e subjetivas, do que textos informativos. Carregam mundos possíveis dentro de cada enunciado. Cada “matéria” traz uma causa, um afeto, um horizonte de mundos em torno da “notícia”. Essa comunicação por afetação e não por discurso de verdade é uma distinção. Buscam essas diferentes modulações subjetivas por isso a Mídia NINJA vem enfrentando o desafio de produzir narrativas plurais, alternando perspectivas, o que mesmo certo ativismo não admite. Ficam prisioneiros de um discurso de verdade.

Por exemplo, em plena Copa das Confederações, em 2013, no auge dos movimentos e protestos que explodiram no Brasil, a Mídia NINJA cobriu as manifestações anti-Copa, foi pra linha de frente entender a linguagem da violência dos Black Bloc, mas também fez a etnografia reversa mostrando os mundos fabulados pela Juventude católica que veio ao Brasil acompanhar a visita do Papa e se confrontou com outros valores, por exemplo, ao cruzar a Marcha das Vadias que fazia um uso erótico de cruces e signos católicos, podendo [essa juventude] se deixar contaminar ou não por essas derivas. Narrar esse “choque” de mundos, perspectivar é realmente sair da prisão dos guetos.

Ou seja, vejo um midiativismo que não se fechou em uma narrativa “monolingüística” que só fala para um grupo, atravessou mundos apontando como grupos distintos veem-se a si mesmos e aos outros no mundo. A troca de pontos de vista entre singularidades em luta podendo constituir um Comum, além de apontar, de fato, para a “possibilidade de sermos outros do que somos”, como no perspectivismo de Eduardo Viveiros de Castro<sup>11</sup>.

11 Eduardo Viveiros de Castro (1951): antropólogo brasileiro, professor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Concedeu a entrevista *O conceito vira grife, e o pensador vira proprietário de grife* à edição 161 da **IHU On-Line**, de 24-10-2005, disponível em <http://bit.ly/ihuon161>.

Essa mobilidade subjetiva, esse colocar-se em outro “ponto de existência” me parece decisivo para um novo ativismo. A nova plataforma da Mídia NINJA trouxe esse respiro, conseguindo expressar com a intensidade necessária. A disputa de mundos contida no enunciado necessário e provocador do #NãoVaiTerCopa e a palavra de ordem do #VaiTerCopa efetuando diferentes possíveis. A Mídia NINJA imbricou e implicou, nas crônicas e coberturas em rede, perspectivas aparentemente inconciliáveis entre manifestantes e torcedores na Copa do Mundo de 2014 em curso, mostrando que o dilema manifestar ou torcer era redutor e empobrecedor. Essa mobilidade, essa capacidade de entrar e sair das contravérsias construindo lugares Comuns de lutas me parece decisiva para o midiativismo. Essas ideias sugerem uma possibilidade de redefinição relacional de dualismos estéreis a partir do conceito de perspectiva ou ponto de vista. Ou seja, particularmente acho a teoria do perspectivismo do Viveiros de Castro, muito mais inspiradora que o conceito (quando usado de forma abstrata) de Multidão.

**IHU On-Line – Embora os modos tradicionais de fazer jornalismo estejam, de alguma forma comprometidos com o mercado e seus anunciantes, iniciativas “independentes” também dependem, por sua vez, de financiamento governamental, de grupos ou de entidades filantrópicas. Em última instância dependem, ao menos, do interesse do público em acessar sua produção. O que muda na ideologia das novas possibilidades de produção jornalística?**

**Ivana Bentes.** A Mídia Livre e o midiativismo é resultado do trabalho de seus colaboradores. A Mídia NINJA, por exemplo, que acompanho de perto e da qual sou uma entusiasta, conta com a estrutura e força de trabalho da rede Fora do Eixo para realizar suas atividades, além de organizações internacionais que se interessam em custear a formação de novos agentes de comunicação e a produção de conteúdos

ly/ihuon161.” Entre outras publicações, escreveu *Arawete: O Povo do Ipixuna* (São Paulo: CEDI, 1992), *A inconstância da alma selvagem (e outros ensaios de antropologia)*. (São Paulo: Cosac & Naify, 2002) e *Métaphysiques cannibales. Lignes d’anthropologie post-structurale* (Paris: Presses Universitaires de France, 2009). (Nota da IHU On-Line)

ligados às questões socioambientais e culturais. Ou seja, tem autonomia conceitual, política e financeira, em relação aos poderes econômicos.

Não existe financiamento ou alinhamento ideológico com nenhum partido político, o compromisso é com a luta por direitos fundamentais e mais do que direitos é uma luta para dar visibilidade e efetuar a infinidade de mundos possíveis que precederam e ultrapassaram o que chamamos hoje de capitalismo. As causas se transformam em pautas e vice-versa. É um esforço enorme para a construção de um Comum, de um solo de lutas, que não “centraliza”, nem unifica, mas potencializa diferenças. Isso é criar autonomia. A palavra independente é um equívoco porque tudo se comunica e somos co-dependentes uns dos outros. A ecologia midiativista e esse outro jornalismo só existem porque emergiu uma miríade de mídias e coletivos em todo o Brasil e no mundo.

Mas, se formos radicalizar, o que financia o novo jornalismo ou midiativismo? A própria vida de cada um. Pois se trata de atividades que excedem e rompem a relação trabalhista ou de subordinação a um patrão ou centralidade. A cooperação entre cérebros, a transferência de conhecimentos e a produção entre pares, a cooperação livre, a gestão compartilhada com a comunidade de produtores de conteúdos. Essas são as características de um pensamento e cultura P2P (peer to peer), entre pares, que ai sim podemos dizer que é “alternativa” ao modelo fordista.

Sobre modelos de financiamento, existe toda uma nova economia do comum e das redes que vai desde o financiamento coletivo, crowdfunding, doações, cooperativismo. Mas é preciso pressionar por políticas públicas para a Mídia Livre. Os grandes veículos de comunicação sobrevivem com alto investimento público, tanto em publicidade quanto com crédito e financiamento, assim como renegociações de dívidas tributárias. Por outro lado, não existe nenhum tipo de política pública que democratize investimentos destinados às redes, blogs, sites, plataformas de Mídia Livre. É preciso que a Mídia Livre se constitua como campo e como sujeito político novo reivindicando políticas específicas para fortalecer essa. A distribuição dos desejos mudou. O possível foi criado, ou seja, novas possibilidades de vida estão se expressando e se trata de efetuar-las.

# O jornalista-autor e a mediação do real – Para além de novas ou velhas gramáticas

Para Cremilda Medina, independentemente do meio em que é veiculada, a reportagem densa e tensa é resultado de um autor preparado para lidar com o real, com equipamento técnico eficiente, sensibilidade dialógica ou cumplicidade ética e narrativa inovadora

POR ANDRIOLLI COSTA

**E**m uma tentativa de responder à imediatez da informação nas redes sociais, organizações jornalísticas perseguem o relato em tempo real, reinventando práticas e formatos e investindo em inovações tecnológicas. Por outro lado, outras iniciativas de mídia apostam no retorno à grande reportagem e à pesquisa jornalística – práticas que perderam espaço nos veículos tradicionais devido ao alto custo e à precarização das redações. Com duas visões aparentemente conflitantes, quais características deveriam ser resgatadas e quais deveriam ser superadas no jornalismo do futuro?

Para a professora Cremilda Medina, independentemente das frentes de trabalho, empresas, instituições, redes digitais ou iniciativas autônomas, o decisivo da prática jornalística não é outra coisa que não o contato vivo do repórter, os diálogos e os afetos. Como, afinal, “nomear de comunicador aquele indivíduo que não está afeto a seu povo?”, questiona, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Para Medina, o repórter não é apenas aquele que informa, mas um autor que desvela a complexidade do real e a materializa em palavras, na forma de narrativa jornalística. É o profissional “preparado para lidar com o real com equipamento técnico eficiente, sensibilidade dialógica ou cumplicidade ética e narrativa inovadora”.

Em um contexto de fragmentação de informações promovida pelas redes, esta

figura do jornalista-repórter-autor, “com presença legitimada, para criar a articulação complexa dos sentidos da realidade imediata, com consciência identitária e sensibilidade estética” torna-se ainda mais fundamental. E é esta característica que o distingue dos demais produtores de conteúdo. “Esse autor de formação contínua, movido pela responsabilidade social, pode ou não registrar em sua narrativa a voz coletiva, significados e comportamentos no embate dos diferentes de uma sociedade democrática”, destaca ela. “Orquestrar tudo isso foi, é e será a autoria criativa dessa difícil e conflitiva mediação que, sem dúvida, nas sociedades autoritárias, torna-se um perigoso ato de resistência cultural.”

Cremilda Celeste de Araújo Medina é graduada em Jornalismo e Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, com mestrado e doutorado em Comunicação pela Universidade de São Paulo – USP. Professora aposentada da Escola de Comunicações e Artes da USP, é autora e organizadora de cerca de 60 livros. Dentre estes, destacamos: *Entrevista, o diálogo possível* (São Paulo: Ática, 1986), *A arte de tecer o presente – Narrativa e cotidiano* (São Paulo: Summus Editorial, 2003) e o recém-lançado e autobiográfico *Atravessagem – Reflexos e Reflexões na Memória de Repórter* (São Paulo: Summus, 2014).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – No Brasil, a Agência Pública<sup>1</sup> é um dos grandes exemplos de projetos que, em um modelo sem fins lucrativos, recusam a cobertura em tempo real para promover um retorno à grande reportagem e à interpretação. As matérias da Agência possuem grande visibilidade por meio dos replicadores, e ela coleciona exemplos de financiamento bem-sucedido via *crowdfunding*. O que permitiu o surgimento destas iniciativas? Por que elas foram tão bem recebidas pelos leitores?**

**Cremilda Medina** – O tempo real não é incompatível com a reportagem, se a consideramos não pelo tamanho ou tempo de exibição. A reportagem densa e tensa é resultado de um autor preparado para lidar com o real com equipamento técnico eficiente, sensibilidade dialógica ou cumplicidade ética e narrativa inovadora. É claro que um produto elaborado com mais tempo pode avançar na profundidade interpretativa. Mas o que para mim é decisivo é o contato vivo do repórter, e não o isolamento sentado ou em pé operando máquinas, ou estático, vítima da inércia das facilidades claustrofóbicas das redações.

**IHU On-Line – O retorno à reportagem, a apuração cuidadosa e o interesse público são respostas suficientes para o jornalismo dos novos tempos? O que deve ser resgatado e o que deve ser superado no jornalismo do futuro?**

**Cremilda Medina** – Ao longo de cinco décadas venho afirmando, na prática e na teoria (indissolúveis para mim), o lugar de aperfeiçoamento contínuo do mediador-autor na comunicação social. Não há princípio nem fim – não acredito em “genesismos” ou fim da história –, a luta, ou saga, ou aventura, prazerosa ou dolorosa, é um processo em que se conquista a legitimidade desse autor das mediações sociais capaz de dar

1 Pública - Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo: fundada em 2011 por três jornalistas mulheres, a Pública aposta num modelo de jornalismo sem fins lucrativos, com produção de reportagens com direito livre para compartilhamento. Confira nossa entrevista *O jornalismo na era dos creative commons*, com Natália Viana, uma das diretoras da Pública, em <http://bit.ly/ihu280114>.

“As gramáticas estão permanentemente em crise porque correm atrás do prejuízo: a formação contínua do jornalista vai muito além de velhas ou novas gramáticas”

respostas aos desafios da narrativa da contemporaneidade. Independentemente das frentes de trabalho, empresas, instituições, redes digitais ou iniciativas autônomas, esse autor de formação contínua, movido pela responsabilidade social, pode ou não registrar em sua narrativa a voz coletiva, significados e comportamentos no embate dos diferentes de uma sociedade democrática. Orquestrar tudo isso foi, é e será a autoria criativa dessa difícil e conflitiva mediação que, sem dúvida, nas sociedades autoritárias, torna-se um perigoso ato de resistência cultural.

**IHU On-Line – Como você vislumbra a emergência de um possível pós-jornalismo?**

**Cremilda Medina** – Não parto da concepção evolucionista (caricatura darwinista) dos pré, durante e pós. Como disse antes, o processo é mais complexo do que essa grade mental da linearidade. A história nos diz – como, aliás, o dizem cientistas das exatas – que as recorrências convivem com a linha do progresso, ou a seta do tempo com o ciclo do tempo. Estamos, pois, mergulhados num processo histórico de longa e curta duração. Se trabalhamos com a atualidade e a atualização da aventura humana, emergem a todo o momento recor-

rências que nos espantam. É caso da erupção de todo o tipo de violência no horizonte social que se comprometa com a civilização e os direitos humanos. Pelo menos era a grande promessa dos “progressistas” do final do século XIX.

**IHU On-line – Pensando na participação cada vez mais ativa do jornalismo cidadão e em iniciativas como a Mídia N.I.N.J.A, de que forma eles estabelecem novas gramáticas para o fazer jornalístico como um todo?**

**Cremilda Medina** – Não há novidade por aí. Quem for à história do jornalismo, sobretudo ao período inaugural do rádio e da televisão, encontrará o debate e as experiências que ensaiaram deslocar o papel consagrado do jornalista na sociedade para todos os cidadãos. Com a fragmentação alucinada das informações, devido às facilidades tecnológicas da distribuição, mais do que nunca carecemos do jornalista-autor-repórter, com presença legitimada, para criar a articulação complexa dos sentidos da realidade imediata, com consciência identitária e sensibilidade estética. As gramáticas estão permanentemente em crise porque correm atrás do prejuízo: a formação contínua, insisto, do jornalista vai muito além de velhas ou novas gramáticas. A sociedade sabe reconhecer a importância e os desafios do comunicador social, profissionalizado e escolarizado. Porque essa mesma sociedade, a não ser os que cedem a impulsos juvenis, ainda não inventou outra forma de socializar e preparar profissionais de qualquer área a não ser por meio da Escola, da experiência inovadora da pesquisa.

**IHU On-line – Se o jornalismo ocidental tradicional está imerso em empirismo factual e objetividade, amparado pela lógica cientificista, em que se ampara esta outra produção espontânea que tem surgido nas redes?**

**Cremilda Medina** – Já contamos com uma massa crítica considerável que desconstruiu o tecnicismo, a lógica cientificista e os pressupostos da objetividade. Aliás, tenho a oportunidade de citar um dos meus livros em faço esse exercício: *Ciência e jornalis-*

mo, da herança positivista ao diálogo dos afetos (São Paulo: Summus Editorial, 2008). Verifiquei, nos estudos, que essas questões não são exclusivas do jornalismo (ocidental), e sim de uma herança que perpassa todos os saberes disciplinados. Gosto de citar, na prática interdisciplinar que venho desenvolvendo de 1990 em diante, que a medicina traz muita lenha para o fogo desses debates.

Daí a importância da pesquisa que se consagrou em todas as áreas, mas em particular nas ciências da comunicação. Um autor de narrativas da contemporaneidade (ou Reportagem), filiado a um processo de pesquisa, não se entrega cego ao reducionismo técnico tradicional nem ao espontaneísmo da liberdade de expressão. Procura constituir um repertório, atuar com noções complexas, estudar a dialogia e se inspirar nos artistas com sensibilidades muito sintonizadas com o povo para então criar uma narrativa de escuta profunda. Daí o jornalista democrático migrar da Era da Liberdade de Expressão Individual para o Direito Social à Informação. Este percurso possível já está documentado, muito antes da atual euforia com as redes digitais.

**IHU On-Line – No início deste ano, o QuakeBot, do LA Times, foi o primeiro a escrever uma notícia sobre um terremoto nos Estados Unidos. O HomicideReport, no mesmo jornal, escreve sobre todos os homicídios ocorridos na cidade. Como você encara esta “virada não humana” que o jornalismo semântico e de base de dados, entre outros, traz para a prática jornalística?**

**Cremilda Medina** – Os dados e informações equacionados em gráficos, estatísticas, respondem a uma

## “O jornalista, o repórter, não pode se entregar à epiderme das bases de dados”

mentalidade que pretendia controlar os acontecimentos por meio das aparências quantitativistas. A cobertura econômica, por exemplo, padece com essa concepção exclusiva da mensuração. Não que os números e o factual esquemático sejam descartáveis numa narrativa humanizada no cotidiano, mas serão sempre informações complementares.

O jornalista, o repórter, não pode se entregar à epiderme das bases de dados: já aprendeu, na solidez histórica dos valores editoriais, que é preciso dar vida a essa pele e fazer a leitura interpretativa das estatísticas. Ou seja, levar a informação quantitativa para a vida e o protagonismo pretensamente representado em um determinado número. Dados em si não expressam social e individualmente as histórias humanas marcadas pela diferença. Podemos apelar para os historiadores que, na crise de paradigmas contemporânea, agregaram, à objetividade documental, histórias de vida, testemunhos e outras ricas leituras do acontecimento. Ora, o jornalismo sempre alimentou a polifonia e a polissemia de seu discurso com esses recursos.

**IHU On-Line – Ao ser mediada pela tecnologia, com foco em núme-**

**ros e dados objetivos, quais os perigos da desumanização da produção jornalística? Qual o espaço para o diálogo dos afetos?**

**Cremilda Medina** – Na medida em não formos afetados pelas *neopatias* (doença ou delírio com a novidade), continuaremos afetos ao Outro e não nos encarceramos no Ego. Problema que se põe para nossos netos como para todos os profissionais. O diálogo médico-paciente, paciente-médico atesta esse desafio. E afinal, como nomear de comunicador aquele indivíduo que não está afeto a seu povo? Salvem-nos os artistas que não abdicaram dessa comunhão poética.

**IHU On-Line – Buscando se adequar à lógica dos *pageviews* e do compartilhamento que privilegia as emoções, o *storytelling*, e as histórias de interesse humano, o jornalismo se rende cada vez mais a formatos típicos das redes sociais. Como equalizar relevância informativa e interesse público sem se render ao sensacionalismo?**

**Cremilda Medina** – O lúdico, a emoção prazerosa é o grande ato emancipatório do ser humano. Dolorosamente descobrimos isso na arte do inconsciente que, no hospício, é a maneira sublime de transcender à internação, à esquizofrenia. Por que então “censurar” o lúdico, o emocional. Sempre provoqueei essa questão em termos pedagógicos para que a narrativa jornalística conjugasse o drama social à experiência lúdica. Excessos ditos sensacionalistas é outra questão: a voz íntima e humana do repórter pode alertar para a quebra dos limites. Difícilmente os códigos de ética ou as regulações jurídicas falam mais alto do que a voz interior de um profissional consciente desses limites.

LEIA OS CADERNOS **TEOLOGIA PÚBLICA**  
NO SITE DO **IHU**  
**WWW.IHU.UNISINOS.BR**

Tema  
de  
Capa

**Destques  
da Semana**

IHU em  
Revista

# Destques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela **IHU On-Line** no período de 23-06-2014 a 27-06-2014, disponíveis nas **Entrevistas do Dia** do sítio do IHU ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)).

## “Não estamos caminhando para uma sociedade homogênea, medianizada, mas para uma sociedade mais polarizada”

Entrevista com Márcio Pochmann, doutor em Economia, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp  
Publicada no dia 27-06-2014  
Acesse o link <http://bit.ly/ihu270614>

O cenário econômico e social brasileiro “repete o que ocorreu no pós-guerra nos países desenvolvidos”, assinala Márcio Pochmann ao analisar as políticas públicas que favoreceram a ascensão econômica de uma parcela da população. “O que está acontecendo no país é a pauta que o novo sindicalismo foi construindo desde as greves dos anos 1970, ou seja, crescimento dos salários de acordo com a produtividade mais a inflação, melhora nas políticas de renda, etc. Tudo isso permitiu uma ampliação do acesso ao consumo, melhorou a renda, o emprego”, aponta o economista. Na avaliação dele, o crescimento do setor de serviços com base em baixos salários e a queda da participação do setor industrial no Produto Interno Bruto (PIB) são fatores que impedem a transição de uma classe trabalhadora para uma classe média assalariada no país. “O que se tem visto no Brasil desde a primeira década deste século é uma difusão de empregos não vinculados à indústria, mas aos serviços – pessoais, sociais, de distribuição –, cujo emprego é de menor qualidade do que aquele vislumbrado na indústria. Tanto é que, dos 22 milhões de empregos que o Brasil gerou, 95% são relacionados à faixa de até dois salários mínimos mensais”, destaca.

## A ecologia econômica como alternativa às desigualdades

Entrevista com Gaël Giraud, padre jesuíta francês, economista, professor associado na ESCP-Europe, membro do Centro de Economia da Sorbonne e da Escola de Economia de Paris

Publicada no dia 25-06-2014  
Acesse o link <http://bit.ly/ihu250614>

“A ecologia econômica parece estar atualmente numa via mais promissora. Ela não é nem marxista, nem neoliberal. O seu objeto é a realidade de um planeta que nós estamos em vias de destruir. E não temos outro. A maior parte dos economistas dos dias de hoje já compreendeu que a transição ecológica é inseparável de uma transição social”, sustenta o professor Gaël Giraud. Para ele, os mais ricos, independentemente dos países, são os que mais poluem o planeta, causando, portanto, a destruição do clima e da biodiversidade, o que resulta em um processo de desumanização. “A miséria afunda os mais pobres num inferno e a ultrarriqueza isola os mais ricos num gueto separado do resto da humanidade, em pânico de perderem o seu conforto, incapazes de participar de um projeto histórico e político que ultrapasse as dimensões que são próximas da sua vida de luxo. Praticar a justiça é uma libertação não somente das vítimas como também dos carrascos”, aponta.

## Reciclagem de resíduos sólidos: a propaganda é bonita, mas o processo explora os catadores

Entrevista com Alex Cardoso, membro do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e integrante da Coordenação do Fórum de Catadores de Porto Alegre – FCPOA  
Publicada no dia 24-06-2014  
Acesse o link <http://bit.ly/ihu240614>

Quatro anos depois da publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, “menos de 40 municípios contrataram catadores para realizar a coleta seletiva” e apenas 34% deles fizeram um Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, informa Alex Cardoso. Na avaliação dele, a implantação da PNRS está caminhando a passos lentos, “porque os gestores municipais e estaduais não estão enxergando os benefícios ambientais e sociais que a política traz”. Além disso, pontua, “as prefeituras subestimam as pessoas, pensando que

a pobreza está interligada à questão da inteligência. Elas pensam que, porque as pessoas estão em uma situação de exclusão e de extrema pobreza, são burras". Ele mesmo completa: "a prefeitura de Porto Alegre entrega a coleta seletiva para uma empresa privada pela bagatela de meio milhão de reais por mês, enquanto outros municípios, a exemplo de Caxias do Sul, pagam 400 mil reais por mês para uma empresa fazer a coleta seletiva, sem enxergar o trabalho que os catadores podem desenvolver com muito mais qualidade e eficiência".

## Demanda energética brasileira e a necessidade de um sistema hidrotérmico

Entrevista com Claudio Sales, engenheiro industrial, presidente do Instituto Acende Brasil, Observatório do Setor Elétrico Brasileiro  
Publicada no dia 23-06-2014  
Acesse o link <http://bit.ly/ihu230614>

Uma análise da situação financeira do setor elétrico brasileiro possibilita chegar à conclusão de que ela "não é sustentável, porque a receita que o setor obtém não está sendo suficiente para arcar com todos os seus custos". Esta é a avaliação de Claudio Sales, que aponta entre os fatores causadores desta situação "a questão do armazenamento de energia, que está impondo que o Operador Nacional do Sistema Elétrico decida por acionar praticamente a totalidade do parque termelétrico de forma contínua. Isso traz um sobrecurso muito grande para o setor, que, no limite, se reflete nesse desbalanço que atualmente já atinge a casa de muitos bilhões de reais". Conforme ele, tendo em vista que a demanda de energia vem aumentando nos últimos anos e que a quantidade de hidrelétricas não pode aumentar no mesmo ritmo, é preciso investir "mais e melhor" na construção de termelétricas. "É possível pensar em usinas de maior porte, com gás natural, ciclo combinado, até mesmo carvão", para abastecer de maneira mais econômica, social e ambiental a energia de que o país precisa, afirma o engenheiro.

### Acesse o facebook do Instituto Humanitas Unisinos - IHU e acompanhe nossas atualizações [facebook.com/InstitutoHumanitasUnisinos](http://facebook.com/InstitutoHumanitasUnisinos)

The screenshot shows the Facebook profile of Instituto Humanitas Unisinos. At the top, there's a search bar and navigation links. The main header features a cover photo of a hand holding three lit candles and a profile picture of a hand holding a signal icon. Below the header, the name 'Instituto Humanitas Unisinos' is displayed with 9,267 likes and 1,510 comments. There are buttons for 'Curtiu' and 'Mensagem'. Below this, there are several tabs: 'Mídia/Notícias/Publicação', 'Fotos', 'Opções "Curtir"', 'Eventos', and 'Promoções'. The 'Mídia/Notícias/Publicação' tab is active, showing a post about the annual 'Festa das Luzes' event. To the right, there are promotional banners for 'MBA FGV' and 'Academia Social'. At the bottom, there's a 'Destaques' section showing a post from 'Instituto Humanitas Unisinos' and a '25 Amigos' section with a grid of profile pictures.

## Entrevista da Semana

# O que é o medo da morte? “Apenas um artefato psíquico”. A resposta da filosofia da mente e da neurociência

O físico e filósofo Osvaldo Pessoa Jr. explica as pesquisas realizadas pela filosofia da mente na tentativa de compreender a natureza humana

POR PATRICIA FACHIN

Qual é a natureza da mente e como podemos conhecê-la são, entre outros, problemas filosóficos que a filosofia da mente se propõe a resolver. Entre as respostas, por exemplo, à pergunta “O que é a mente?”, contemporaneamente destacam-se ao menos três posições: o materialismo reducionista, que “considera que a nossa vivência subjetiva, consciente, é idêntica a algum processo cerebral”; o materialismo emergentista – central nos estudos de neurociência, de biologia e de física –, o qual “considera que a mente é produzida pelo corpo, mas que ela não se reduz a este”; e, por fim, o dualismo de propriedades, para o qual “há uma única substância na natureza (idêntica a Deus)”, que tem diferentes atributos, “sendo que um deles é a materialidade e o outro a mentalidade”, explica o professor Osvaldo Pessoa Jr., em entrevista concedida à **IHU On-Line** por e-mail. Segundo ele, a concepção materialista, forte na psicologia científica e nas neurociências, “passou a ser aceita de forma bastante difundida na filosofia de língua inglesa, a partir dos anos 1960. A contrapartida, porém, foi a rejeição que boa parte desta comunidade passou a ter em relação ao ‘reducionismo’. Assim, podemos dizer que o projeto da maior parte da filosofia da mente de tradição anglofônica é articular um materialismo antirreducionista, ou ‘emergentista’”.

A filosofia da mente está em constante diálogo com outras áreas do conhecimento, como a psicologia e a neurociência, na tentativa de compreender o funcionamento da mente e suas implicações em relação ao entendimento da natureza humana.

Apesar disso, ela “ainda não articulou uma nova visão do ser humano e do seu ‘eu’ que tivesse um impacto em nossa cultura”, avalia o filósofo. Para ele, “uma grande revolução na neurociência e na filosofia da mente ainda está por vir”, e “alterará a concepção que temos de nós mesmos”. Entre as mudanças a serem geradas por essa “grande revolução”, pontua, “neutralizaremos nosso medo da morte, percebendo que este medo é apenas um artefato psíquico que evoluiu por seleção natural, pois teria aumentado as chances de sobrevivermos e de deixarmos descendentes (que por sua vez também teriam medo da morte)”.

Osvaldo Pessoa Jr. acrescenta ainda que as atuais discussões filosóficas sobre a mente substituem o debate moderno acerca da dualidade entre alma e corpo. “Parece-me que o debate atual retoma as questões clássicas de uma perspectiva melhor informada pelos avanços de neurociência e da psicologia. Boa parte das discussões contemporâneas já foi feita no passado, só que aquelas discussões antigas tendem a ser esquecidas hoje em dia”, frisa.

Osvaldo Pessoa Jr. é graduado em Física e em Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP, mestre em Física Experimental pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp e doutor em História e Filosofia da Ciência pela Indiana University. Atualmente é professor Associado no Departamento de Filosofia da USP. Também faz parte do Grupo de Pesquisa CNPq “A cognição em mentes sociais: aspectos biológicos, semânticos e culturais”, coordenado pela professora Sofia Stein.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Quais são as bases epistemológicas e ontológicas da filosofia da mente?**

**Oswaldo Pessoa Jr.** – Esta é uma pergunta sobre como a mente é conhecida (epistemologia) e sobre qual é a sua natureza (ontologia). A mente é conhecida, antes de tudo, pela introspecção. Olhamos para o jardim e vemos uma bétula, que de fato está no jardim. Mas sabemos que a imagem colorida da bétula é produzida dentro de nosso corpo: ao prestarmos atenção na imagem da bétula como um produto de nosso cérebro, estamos enfocando a nossa mente. Vivenciamos o mundo de uma perspectiva subjetiva, e esta vivência nos faz conhecer nossa própria mente. Fechamos os olhos e a imagem da bétula se esvai: vemos um fundo escuro com algumas manchas discretas; ouvimos o rufar de folhas; lembramos vagamente do aspecto da bétula; sentimos um pouco de fome; percebemos que estamos pensando. Essas são vivências da mente.

Qual é a natureza da mente? Hoje em dia, é comum a concepção de que a minha mente é um produto do meu corpo, e que na minha morte, minha consciência desaparecerá. Esta é a chamada visão “materialista”, que se opõe ao que pode ser chamado “espiritualismo”, a tese de que a alma sobrevive à morte do corpo, e mantém algum dos aspectos da mente individual.

É plausível supor que a nossa atividade mental ocorre mesmo quando não prestamos atenção nesta atividade. Neste caso, pode-se falar em atividade mental “subconsciente”, que seria facilmente acessível à nossa consciência, mas que acaba não entrando em nosso foco de atenção. Postula-se também que há atividade mental “inconsciente”, como foi feito por Sigmund Freud. Não há dúvida de que existe atividade cerebral que influencia o nosso comportamento sem que percebamos, mas a questão é saber se tal atividade deve ser chamada de “mental”, ou meramente “cerebral”. Afinal, o que significa “mente”? Uma estratégia para adiar este problema da natureza do inconsciente é restringir nossa discussão à “consciência”, que corresponde às experiências subjetivas que vivenciamos, e (se qui-

“Hoje em dia,  
é comum a  
concepção de que  
a minha mente  
é um produto do  
meu corpo, e que  
na minha morte,  
minha consciência  
desaparecerá”

sermos estender um pouco a definição) seu entorno subconsciente.

**IHU On-Line – Quais são hoje as visões epistemológicas predominantes na filosofia da mente?**

**Oswaldo Pessoa Jr.** – Para responder à questão sobre as visões epistemológicas, devemos fazer referência ao debate entre concepções realistas e antirrealistas (fenomenistas). Na filosofia da ciência, “realismo” é a tese de que podemos conhecer a realidade *inobservável*. Como isso seria possível? Ora, se houver uma teoria que é reconhecida como a melhor em uma certa área, e ela postula a existência de entidades que não podem ser observadas (exemplos na física seriam o espaço-tempo curvo de Albert Einstein<sup>1</sup>, ou partículas virtuais que

desaparecem antes de serem medidas), o realista considera justificável que se acredite na existência dessas entidades. Em oposição a isso, o antirrealista considera que esta crença é mera especulação, e não deveria fazer parte da ciência. Para ser segura, a ciência deve se basear apenas em fatos observados (como diriam os positivistas).

Esta divisão aparece na psicologia a partir da ascensão do *behaviorismo* ou comportamentalismo, no início do século XX. Para garantir a cientificidade da psicologia, John Watson<sup>2</sup>, Burrhus Skinner<sup>3</sup> e outros consideravam que a ciência psicológica não deveria usar conceitos relacionados com os estados subjetivos das pessoas para descrever seu comportamento. Isso era claro no “behaviorismo radical” de Skinner e debatido em versões mais brandas, como a de Edward Tolman<sup>4</sup>. Na versão radical, os únicos conceitos que deveriam ser usados seriam aqueles que correspondessem às respostas comportamentais (visíveis, objetivas) do indivíduo, a partir de sequências de estímulos bem controlados, e de considerações sobre sua herança genética e história de vida. Em suma, falar sobre a consciência ou os estados mentais de um indivíduo estaria fora do escopo científico.

Isso ia contra a psicologia experimental anterior à Primeira Guerra Mundial, que se baseava em larga medida na introspecção, o método pelo qual os sujeitos relatavam suas experiências subjetivas, diante de estímulos sensoriais controlados, experimentos de memória e atividades cognitivas variadas. Ia contra também as diferentes teorias psicológicas que postulavam uma estrutura interna para a mente, como as teorias psicanalíticas. A análise filosófica da lingua-

<sup>1</sup> **Albert Einstein** (1879-1955): físico alemão naturalizado americano. Premiado com o Nobel de Física em 1921, é famoso por ser autor das teorias especial e geral da relatividade e por suas ideias sobre a natureza corpuscular da luz. É, provavelmente, o físico mais conhecido do século XX. Sobre ele, confira a edição nº 135 da Revista *IHU On-Line*, sob o título *Einstein. 100 anos depois do Annus Mirabilis*, disponível em <http://bit.ly/ihuon130> e a edição 141, de 16-05-2005, chamada *Terra habitável: um desafio para a humanidade*, disponível em <http://bi.ly/ihuon141>. A Unisinos produziu, a pedido do IHU, um vídeo de 15 minutos em função do *Simpósio Terra Habitável*, ocorrido de 16 a 19-05-2005, em homenagem ao cientista alemão, do qual o professor Carlos Alberto dos Santos participou, concedendo uma entrevista. (Nota da *IHU On-Line*)

<sup>2</sup> **John Broadus Watson** (1878 - 1958): Psicólogo estadunidense, fundador do behaviorismo. Con (Nota da *IHU On-Line*)

<sup>3</sup> **Burrhus Frederic Skinner** (1904-1990): psicólogo estadunidense. Conduziu trabalhos pioneiros em psicologia experimental e foi o proponente do Behaviorismo Radical, abordagem que busca entender o comportamento em função das inter-relações entre história filogenética e ambiental do indivíduo. (Nota da *IHU On-Line*)

<sup>4</sup> **Edward Tolman** (1886-1959): Psicólogo norte-americano da corrente behaviorista. (Nota da *IHU On-Line*)

gem se aliou a essa perspectiva, no chamado “behaviorismo lógico” de Gilbert Ryle<sup>5</sup> (1951), que incluiu estados mentais na descrição psicológica, enquanto “disposições para a ação”, mas acusando outros filósofos de cometerem o “erro categorial” de considerar a mente como uma coisa. Neste contexto fortemente influenciado pelo positivismo lógico, o debate entre as teses realistas do materialismo e do espiritualismo era considerado sem sentido, pois não haveria como verificar o que acontece após a morte.

Na década de 1950, a psicologia cognitiva ressurgiu como rival ao behaviorismo, postulando uma estrutura interna à mente baseada em conceitos provindos da área da computação. Esta atitude epistemológica se enquadra no realismo. A partir dos anos 1960, com a ascensão da neurociência, visões realistas passam a imperar também na filosofia da mente. Outro marco ocorreu nos anos 1990, quando a neurociência passou a aceitar o estudo da consciência como um tema legítimo dentro da ciência.

Hoje em dia, na filosofia da mente, domina uma epistemologia realista, sendo que os debates são mais de natureza ontológica. Mas há posições herdeiras da tradição antirrealista, como as de Daniel Dennett<sup>6</sup>. Algumas posições “externalistas”, como o realismo direto, que afirma que as cores (entendidas como qualidades subjetivas, ou *qualia*) estão nas próprias coisas (e não em nosso cérebro), acabam sendo antirrealistas com relação aos detalhes dos mecanismos cerebrais.

**IHU On-Line – Quais seriam então as visões ontológicas predominantes na filosofia da mente?**

**Oswaldo Pessoa Jr.** – A discussão ontológica tende a pressupor uma visão epistemológica realista. Já mencionamos a divisão entre o materialis-

“É muito difundida no cristianismo, no islamismo e no hinduísmo a tese de que a alma individual sobreviveria à morte, carregando consigo as memórias e os traços de personalidade do indivíduo”

mo e o espiritualismo. As concepções espiritualistas são tipicamente articuladas no âmbito das religiões oficiais ou do circuito esotérico. É muito difundida no cristianismo, no islamismo e no hinduísmo a tese de que a alma individual sobreviveria à morte, carregando consigo as memórias e os traços de personalidade do indivíduo, para um domínio fora do tempo, ou para uma posterior reencarnação (transmigração da alma). Algumas correntes do espiritismo kardecista falam de um “periespírito”, que seria um componente material mas sutil que faria a intermediação entre alma e corpo.

Algumas correntes budistas postulam uma sobrevivência sem a manutenção da individualidade. No âmbito da psicologia, a visão de Carl Jung<sup>7</sup> é espiritualista, ao postular um inconsciente coletivo, uma espécie de memória coletiva de vivências de indivíduos do passado, que poderiam

emergir nos nossos sonhos e em outros momentos em que o inconsciente se manifesta. Eventos que o materialista chamaria de “acaso”, como o encontro improvável de duas pessoas que acaba transformando suas vidas, são considerados pelos junguianos como significativos, seguindo uma espécie de teleologia (causa final). Muitos espiritualistas defendem a realidade de fenômenos parapsicológicos, como a premonição, a telepatia, a experiência fora do corpo, a ocorrência de milagres ou mesmo a astrologia, e buscam realizar experimentos que confirmem essas teses. Tais afirmações são rejeitadas pela maioria dos cientistas “ortodoxos”, cujas visões se encaixam num materialismo realista ou num positivismo antirrealista. O misticismo quântico é uma corrente espiritualista bastante difundida nos circuitos esotéricos, tendo sua origem na Califórnia de meados dos anos 1970, especialmente no Instituto Esalen.

Por outro lado, a concepção materialista, que é forte na psicologia científica e nas neurociências, passou a ser aceita de forma bastante difundida na filosofia de língua inglesa, a partir dos anos 1960. A contrapartida, porém, foi a rejeição que boa parte desta comunidade passou a ter em relação ao “reduccionismo”. Assim, podemos dizer que o projeto da maior parte da filosofia da mente de tradição anglofônica é articular um materialismo antirreduccionista, ou “emergentista”.

## Materialismo x dualismo de propriedades

Imaginemos uma pizza cujos pedaços representem as grandes tradições da filosofia da mente, ao longo da história. Ela pode ser dividida em seis grandes pedaços, cujas fronteiras se mesclam. Os pedaços seguiriam a seguinte ordem: idealismo, sensacionismo, comportamentalismo (behaviorismo), materialismo, dualismo de propriedades e dualismo de substância (espiritualismo). No centro da pizza, um círculo representaria o funcionalismo (que é consistente com qualquer uma das outras visões). Hoje em dia, porém, as principais batalhas são travadas no terreno do materialismo e do dualismo de proprieda-

5 Gilbert Ryle (1900-1976): Filósofo inglês conhecido por sua crítica ao dualismo cartesiano. (Nota da IHU On-Line)

6 Daniel Clement Dennett (1942): filósofo norte-americano cujas pesquisas estão direcionadas à filosofia da mente e da biologia. Confira a entrevista concedida por Dennett à edição 300 da IHU On-Line, em 13-07-2009, intitulada *Não fomos criados à semelhança de Deus: ele é que foi criado à nossa semelhança*, disponível em <http://bit.ly/ihuon300>. (Nota da IHU On-Line)

7 Carl Gustav Jung (1875-1961): psiquiatra suíço. Colega de Freud, estudou medicina e elaborou estudos no campo da psicologia, discutindo os conceitos de introversão e extroversão. (Nota da IHU On-Line)

des. Como o materialismo se divide em uma tendência reducionista e em outra emergentista, podemos nos concentrar em três grandes abordagens contemporâneas ao problema mente-corpo.

### Materialismo reducionista

O materialismo reducionista considera que a nossa vivência subjetiva, consciente, é idêntica a algum processo cerebral. Por exemplo, um defensor da hipótese subcortical da consciência, como Wilder Penfield<sup>8</sup> ou Joseph Bogen<sup>9</sup>, poderia argumentar que a vivência visual que o eu está tendo agora, defronte de uma página de texto, é na verdade uma ocorrência no núcleo intralaminar do tálamo, cobrindo uma área de alguns milímetros do tecido que faz parte da formação reticular (em que neurônios e células gliais se ligam de maneira desordenada). A imagem visual colorida, com seu foco de atenção estabelecido, seria na verdade um processo cerebral bem delimitado no espaço e no tempo, e cuja natureza exata ainda não teria sido desvendada pela ciência. A matéria teria certas qualidades, não desvendadas pela física atual, que gerariam as cores subjetivas e outros *qualia*, que são vivenciadas pelo cérebro. A tarefa da ciência seria estabelecer leis de ponte entre configurações materiais e estados mentais, e a partir daí buscar simetrias e simplificações de tais leis de pontes. Com isso, teríamos a esperança de postular qual é a experiência subjetiva de um corvo da Nova Caledônia (cujas habilidades cognitivas se equiparam com as dos chimpanzés), mesmo que nunca possamos testar com segurança esta hipótese, dada a dificuldade de nos colocarmos na perspectiva de um corvo.

### Materialismo emergentista

O materialismo emergentista considera que a mente é produzida pelo corpo, mas que ela não se reduz a este. Em outras palavras, fixado o estado corporal nos mínimos deta-

8 Wilder Graves Penfield (1891-1976): Neurocirurgião canadense. (Nota da IHU On-Line).

9 Joseph E. Bogen (1926-2005): Neurofisiologista especializado em pesquisas de repartimento de cérebro e em teoria da consciência. (Nota da IHU On-Line)

“O cérebro (ou o inconsciente) toma a decisão antes de ela se tornar consciente, o que coloca em xeque a concepção filosófica de que temos livre-arbítrio, ou vontade livre, como imaginou Immanuel Kant”

lhes, fixa-se o estado mental, consciente e inconsciente, de maneira unívoca: esta é a chamada “tese da superveniência” (aceita também pelo reducionista); porém, haveria algo de “anômalo” na relação entre mente e corpo, como colocou Donald Davidson<sup>10</sup>, e seria impossível, em princípio, derivar ou deduzir um estado mental a partir do estado corporal. O emergentismo é uma corrente forte não só na filosofia da mente, mas também na neurociência, na biologia em geral e na física da matéria condensada (para não falar das ciências humanas). Na neurociência, ele se encaixa bem com a tese que a sede da consciência está distribuída no cérebro, sem localização específica; esta tende a ser, hoje em dia, a visão dominante na neurociência, como exprimiu o colombiano Rodolfo Llinás<sup>11</sup>: “É o diálogo entre tálamo e córtex que gera a subjetividade”. Filósofos que valorizam o livre-arbítrio compartilham com bió-

10 Donald Davidson (1917-2003): filósofo norte-americano, especialista em filosofia da mente e da linguagem. (Nota da IHU On-Line)

11 Rodolfo R. Llinás (1934): Neurocientista colombiano. (Nota da IHU On-Line)

logos organicistas a tese da “causação descendente”: a mente teria poderes causais que não podem ser atribuídos ao cérebro subjacente, e como um estado mental (“desejo sorvete”) causa outro (“decido sair”), pode-se dizer que é ele que causa uma alteração no estado cerebral (mantendo-se sempre a relação de superveniência).

Jaegwon Kim<sup>12</sup> argumentou, de maneira muito influente, que esta tese da causação descendente é inócua para o materialista reducionista (que atribui causas somente aos eventos cerebrais), e que o emergentismo seria uma posição instável, que ou recai na identidade mente-cérebro (do materialismo reducionista), ou se transforma em um “epifenomenismo”, posição para a qual a consciência é distinta do corpo, mas não tem poder causal algum. Um autor bastante influente, que pode ser classificado como emergentista, é John Searle<sup>13</sup>, com seu “naturalismo biológico”. Para ele, a subjetividade surge de nosso cérebro, mas não pode se reduzir às ciências objetivas. Atacou a visão “funcionalista”, que em sua forma mais forte defende que todos os atributos mentais surgem da organização das partes do cérebro, de forma que um robô feito de chips de silício poderia ter uma consciência como a nossa, com toda a vivência das qualidades subjetivas. Para Searle, há algo de essencial (para a emergência da consciência) na célula biológica que não seria capturado em um chip de silício.

### Dualismo de propriedades

A terceira grande corrente da filosofia da mente contemporânea (mas não da neurociência) é o dualismo de propriedades, ou de atributos. A sua versão clássica foi formulada por Baruch Spinoza<sup>14</sup>, que afirmava que

12 Jaegwon Kim (1934): Filósofo coreano conhecido por seu trabalho em causação mental e problema mente-corpo (Nota da IHU On-Line).

13 John Searle [John Rogers Searle] (1932): filósofo norte-americano, especialista em filosofia da linguagem e da mente. Seus trabalhos discutem os conceitos de verdade e de realidade. (Nota da IHU On-Line)

14 Baruch Spinoza (ou Espinosa, 1632-1677): filósofo holandês. Sua filosofia é considerada uma resposta ao dualismo da filosofia de Descartes. Foi considerado um dos grandes racionalistas do século XVII dentro da Filosofia Moderna e o

há uma única substância na natureza (idêntica a Deus), e que tal substância teria diferentes atributos, sendo que um deles é a materialidade e o outro a mentalidade. Qualquer alteração que ocorresse na substância se refletiria no corpo e na mente, explicando assim o paralelismo psicofisiológico. Tal concepção foi retomada no século XIX por Gustav Fechner<sup>15</sup>. Hoje em dia, ela é representada por filósofos como David Chalmers<sup>16</sup>, para quem há entidades não físicas no mundo, por exemplo, as qualidades subjetivas.

### IHU On-Line – Como os recentes desenvolvimentos da neurociência e da filosofia da mente geraram novas ontologias na área?

**Oswaldo Pessoa Jr.** – Um exemplo marcante de influência da neurociência sobre a filosofia da mente envolve os experimentos de Benjamin Libet<sup>17</sup>, nos anos 1980. Em seu primeiro grande resultado, trabalhando com pacientes que estavam com o cérebro exposto para cirurgia e acordados, confirmou que a formação de um estado de consciência demora em torno de meio segundo para emergir. Quando rebatemos uma bola de tênis, por exemplo, fazemos isso de maneira automática; demora cerca de meio segundo para tomarmos consciência do que aconteceu. Porém, quando isso acontece, “pré-datamos” a memória em meio segundo para trás, de forma que ela é colocada na ordem temporal certa das memórias.

Sua pesquisa subsequente foi ainda mais influente. Introduziu uma técnica de avaliação do instante em que uma decisão se torna consciente, por meio de um relógio que o sujeito

## “A questão mais espinhosa é como nossa vontade se forma, e o experimento de Libet sugere que ela se forma de maneira inconsciente”

fica olhando enquanto toma a decisão, por exemplo, de mover o dedo indicador da mão direita ou o dedo da mão esquerda. Mostrou que o instante em que a decisão livre é tomada de maneira consciente ocorre três décimos de segundo depois que um sinal é detectado no eletroencefalograma colocado sobre o córtex motor correspondente. Isso significa que o cérebro (ou o inconsciente) toma a decisão antes de ela se tornar consciente, o que coloca em xeque a concepção filosófica de que temos livre-arbítrio, ou vontade livre, como imaginou Immanuel Kant<sup>18</sup> e muitos outros filóso-

fos. A questão da “liberdade de ação” não traz problemas: temos liberdade de ação se a nossa vontade pode se transformar em ação. A questão mais espinhosa é como nossa vontade se forma, e o experimento de Libet sugere que ela se forma de maneira inconsciente. O próprio Libet procurou evitar esta solução, salientando que poderíamos exercer nosso livre-arbítrio “vetando” uma decisão consciente, mas tal manobra não foi bem aceita, já que o próprio veto poderia muito bem ter se originado anteriormente, de maneira inconsciente.

Esse é então um exemplo de um resultado neurocientífico que gerou um grande debate na filosofia, a respeito do livre-arbítrio. O caminho inverso, de influência da filosofia na ciência, não é tão comum, mas podemos mencionar a valorização que os neurocientistas passaram a dar para os estudos da consciência, na década de 1990, a partir de um artigo de Francis Crick<sup>19</sup> e Christof Koch<sup>20</sup>. Tal valorização já era comum na filosofia, desde a queda do behaviorismo na década de 1960.

### Novas ontologias

O surgimento de novas ontologias na filosofia da mente tem sido um processo lento, nas últimas décadas, pois não é simples passar de descobertas experimentais para novas teorias da mente. Uma nova ontologia que vem se firmando, em grande parte acoplada ao desenvolvimento da psicologia evolucionista, é a noção de que a mente é constituída de diversos módulos, que são em larga medida independentes uns dos outros.

Mais comum do que a criação de novas ontologias tem sido a formulação de modelos mais detalhados sobre a organização entre as partes

<sup>18</sup> Immanuel Kant (1724-1804): filósofo prussiano, considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, representante do Iluminismo. Kant teve um grande impacto no romantismo alemão e nas filosofias idealistas do século XIX, as quais se tornaram um ponto de partida para Hegel. Kant estabeleceu uma distinção entre os fenômenos e a coisa-em-si (que chamou *noumenon*), isto é, entre o que nos aparece e o que existiria em si mesmo. A coisa-em-si não poderia, segundo Kant, ser objeto de conhecimento científico, como até então pretendia a metafísica clássica. A ciência se restringiria, assim, ao mundo dos fenômenos, e seria constituída pelas formas a priori da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento. A IHU On-Line número 93, de 22-03-2004, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra do pensador com o título *Kant: razão, liberdade e ética*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon93>. Também sobre Kant foi publicado o *Cadernos IHU em Formação* número 2, intitulado *Emmanuel Kant - Razão, liberdade, lógica e ética*, que pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuem02>.

Confira, ainda, a edição 417 da revista IHU On-Line, de 06-05-2013, intitulada *A autonomia do sujeito, hoje. Imperativos e desafios*, disponível em <http://bit.ly/ihuon417>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>19</sup> Francis Crick [Francis Harry Compton Crick]: (1916-2004): Biólogo molecular, biofísico e neurologista inglês, mais conhecido por ser um dos descobridores da estrutura da molécula do DNA em 1953 com James Watson (Nota da IHU On-Line).

<sup>20</sup> Christof Koch (1956): Neurocientista americano conhecido por seu trabalho nas bases neurais da consciência. (Nota da IHU On-Line)

fundador do criticismo bíblico moderno. Confira a edição 397 da IHU On-Line, de 06-08-2012, intitulada *Baruch Spinoza. Um convite à alegria do pensamento*, disponível em <http://bit.ly/ihuon397>. (Nota da IHU On-Line).

<sup>15</sup> Gustav Theodor Fechner (1801-1887): Filósofo alemão, físico e psicólogo. Pioneiro dos estudos de psicologia experimental e fundador da psicofísica. (Nota da IHU On-Line)

<sup>16</sup> David John Chalmers (1966): Filósofo australiano e cientista cognitivo, especializado na área da filosofia da mente e da filosofia da linguagem (Nota da IHU On-Line)

<sup>17</sup> Benjamin Libet (1916-2007): Cientista pioneiro no campo da consciência humana (Nota da IHU On-Line)

do cérebro. Dentre essas propostas de arquiteturas cognitivas, uma das mais influentes é a teoria do espaço de trabalho global (*global workspace theory*), de Bernard Baars.

### **IHU On-Line – Quais são os principais problemas filosóficos abordados pela filosofia da mente?**

**Oswaldo Pessoa Jr.** – Há diversos problemas discutidos na área de filosofia da mente, tanto no passado quanto no presente. Ao invés de tentar listá-los, vou mencionar apenas um, levantado na forma de um experimento mental: o do “quarto de Mary”, formulado por Frank Jackson<sup>21</sup>, e que adaptamos a seguir.

Imagine que estamos no futuro, e que a grande revolução neurocientífica já tenha acontecido. A ciência está de posse das “leis de ponte”, conectando estados cerebrais e estados mentais, e já há uma teoria que prevê quais são os estados mentais de animais como o corvo da Nova Caledônia. Mary foi criada por seus pais, cientistas um tanto malucos, dentro de um quarto sem cores, mas apenas com tons de cinza. Ela tinha uma vida social normal para uma aluna estudiosa, mas ao sair do quarto precisava usar uns óculos especiais que impediam que ela visse quaisquer cores diferentes dos tons de cinza. Uma vez por mês, durante seu sono não-REM, cientistas estimulavam seu cérebro para não permitir a degeneração de sua capacidade de ver cores.

### **Conhecimento não físico**

Jackson afirma que Mary, em seus estudos, passou a ter todo o conhecimento físico possível a respeito das cores e da neurociência da percepção cromática. No entanto, quando fez 21 anos, Mary finalmente pôde sair de seu quarto sem óculos, e viu pela primeira vez uma mancha colorida azul no saguão de sua casa. A pergunta é: ela adquiriu conhecimento novo? Ora, agora ela sabe qual é a sensação subjetiva da azulidão, ou seja, ela teve a vivên-

<sup>21</sup> Frank Cameron Jackson (1943): Filósofo australiano. Seu trabalho concentra-se principalmente na filosofia da mente, epistemologia, metafísica e meta-ética. (Nota da IHU On-Line)

cia do “quale” da azulidão. Parece razoável considerar que ela adquiriu conhecimento novo. Mas antes ela tinha “todo conhecimento físico do mundo”. Logo, com a experiência dos *qualia*, ela teria adquirido conhecimento não físico. Ou seja, existe conhecimento não físico! Esta é a versão epistêmica do “argumento do conhecimento” de Jackson. Se supusermos que todas as entidades e processos físicos são passíveis de serem fisicamente conhecidos, somos levados então à versão ontológica do argumento do conhecimento: existem entidades ou processos não físicos no Universo (no caso, os *qualia*). Esta é a tese defendida pelo dualismo de propriedades (versão contemporânea), conforme mencionamos acima.

Há várias tentativas de contornar o argumento do conhecimento. Uma dessas distingue entre conhecimento por descrição e conhecimento por contato (*by acquaintance*). Dentro do quarto, Mary tinha apenas um conhecimento linguístico, matemático ou geométrico da neurociência das cores, mas não tinha tido ainda um contato direto com a azulidão, o que também deveria ser considerado parte do “conhecimento físico”. Ciência não seria apenas teoria, mas também vivência experimental.

### **IHU On-Line – De que forma as respostas da filosofia da mente ao problema “O que é a mente humana?” repercutem em nossa visão da natureza humana e explicam o que é o homem?**

**Oswaldo Pessoa Jr.** – Parece-me que a filosofia da mente ainda não articulou uma nova visão do ser humano e do seu “eu” que tivesse um impacto em nossa cultura. Acredito que uma grande revolução na neurociência e na filosofia da mente ainda está por vir, e que isso alterará a concepção que temos de nós mesmos. Acho, por exemplo, que neutralizaremos nosso medo da morte, percebendo que este medo é apenas um artefato psíquico que evoluiu por seleção natural, pois teria aumentado as chances de sobrevivermos e de deixarmos descendentes (que por sua vez também teriam medo da morte).

### **IHU On-Line – As discussões filosóficas contemporâneas sobre a mente substituem o debate moderno referente ao dualismo alma/corpo?**

**Oswaldo Pessoa Jr.** – Acredito que sim, ou seja, parece-me que o debate atual retoma as questões clássicas de uma perspectiva melhor informada pelos avanços de neurociência e da psicologia. Boa parte das discussões contemporâneas já foi feita no passado, só que aquelas discussões antigas tendem a ser esquecidas hoje em dia. Assim, é importante estudar as concepções filosóficas sobre a mente da Grécia antiga, da Índia antiga, da Idade Média, e dos diversos períodos a partir do século XVII. Hoje estamos em uma condição privilegiada, pois temos toda a tradição filosófica para consultar, e também os novos avanços da ciência.

A Filosofia da Mente é uma das grandes áreas da filosofia atual, e é preciso inseri-la nos currículos de nossos cursos de Filosofia, contratando professores especializados no assunto. A inserção da Filosofia da Mente enfrenta a dificuldade de que os departamentos no Brasil tendem a seguir a divisão tradicional das áreas, e há uma inércia que impede que esta divisão seja renovada. Vemos esta dificuldade de inserção do novo também na psicologia científica, onde a psicologia cognitiva tem dificuldade de abrir espaço no Brasil, e vemos isso também em outras áreas do conhecimento. Articular um grupo de pesquisa em ciência cognitiva fortemente ligada à filosofia, como está sendo feito na Unisinos, é na minha opinião uma decisão pioneira e importantíssima para o crescimento acadêmico no Brasil, propiciando também um maior diálogo entre as ciências naturais e humanas.

## **Leia mais...**

- *Física quântica: uma proposta para descrever a realidade?* Entrevista com Oswaldo Pessoa Jr. na edição 442 da **IHU On-Line**, de 05-05-2014. Disponível em <http://bit.ly/ihuon442>.

# Teologia Pública

## Mulheres: sujeitos femininos de saber teológico

A professora doutora Neiva Furlin reflete sobre o papel da mulher no ensino de teologia

POR RICARDO MACHADO E PATRICIA FACHIN

O ensino superior de Teologia no Brasil “se estruturou como um ‘não lugar’ para as mulheres, já que para elas o ministério ordenado lhes foi negado”, diz Neiva Furlin, autora da tese intitulada *Relações de Gênero, Subjetividades e Docência Feminina: Um estudo a partir do universo do Ensino Superior em Teologia Católica*, na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Segundo ela, a pouca participação das mulheres nas universidades, seja como docentes, seja como discentes, está relacionada com a origem dos cursos de Teologia, os quais surgiram “em vista da formação de homens ‘vacionados’ para o serviço do ministério presbiteral, na hierarquia eclesial”, os quais “deram legitimidade somente ao sujeito masculino e celibatário para ações nas instâncias de poder eclesial, tanto em relação à produção do saber como nas decisões sobre cargos e contratação de agentes do ensino”.

Neiva Furlin investigou como as mulheres “que ingressam no universo do saber teológico” desde os anos 1960 e 70 no país “se produzem e se legitimam sujeitos femininos de saber, em um espaço que, ao longo dos séculos, foi estruturado como um lugar não inteligível para as mulheres”. Na entrevista a seguir, ela comenta os principais resultados de sua pesquisa, que consiste em analisar a participação das mulheres nas universidades

católicas. Das 71 instituições que ofereciam o curso de Teologia no Brasil até o ano de 2005, 40 delas participaram da pesquisa. Entre as conclusões do estudo, pontua, “não se pode negar que a inserção de mulheres na docência, ainda que reduzida, desafia os códigos convencionais deste universo acadêmico. Ou seja, trata-se de uma presença que é, ao mesmo tempo, simbólica e política, porque transgride uma convenção social estabelecida, de um lugar estruturado, historicamente, como não inteligível para as mulheres, e politicamente elas podem se afirmar como sujeitos femininos também dotados de capacidade intelectual ou de razão teológica”.

Neiva Furlin é doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, com doutorado sanduíche pelo Centro de Investigações Interdisciplinares em Ciências y Humanidades – CEIICH da Universidade Nacional Autónoma de México – UNAM. Integrou a equipe de Assessoria Executiva da Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB – durante os anos de 2003-2006, contribuindo na formação de diferentes grupos. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Teoria Sociológica, Métodos e Técnicas de Pesquisa, Cultura e Sociedade, Trabalho e Relações de Gênero. É membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero da UFPR.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Quais são as principais temáticas abordadas na sua tese intitulada *Relações de Gênero, Subjetividades e Docência Feminina: Um estudo a partir do universo do Ensino Superior em Teologia Católica*?**

**Neiva Furlin** – Trata-se de um estudo sobre a docência feminina em instituições católicas de ensino superior. Um primeiro objetivo desse estudo foi evidenciar os índices da participação masculina e feminina

nos quadros da docência, no ensino da teologia. Isso nos possibilitou objetivar o mundo social dos sujeitos que atuam no universo do saber teológico. Contudo, o principal foco da pesquisa foi compreender como

as mulheres que ingressam o universo do saber teológico produzem-se e legitimam-se sujeitos femininos de saber, em um espaço que, ao longo dos séculos, foi estruturado como um lugar não inteligível para as mulheres. Nesse sentido, buscamos evidenciar como as dinâmicas de poder da lógica simbólica masculina atravessam os processos de inserção, de subjetivação e de construção da docência feminina. O estudo também revela as estratégias políticas que as docentes entrevistadas constroem no processo do seu *dever* sujeitos de saber, os espaços que ocupam, as iniciativas que conseguem inaugurar e até que ponto as suas práticas produzem ou não novos significados nas relações acadêmicas e na estrutura das instituições de ensino superior. Acredito que a relevância desse estudo, além de visibilizar as relações de gênero no universo acadêmico da teologia e a ação das mulheres no processo de se constituírem sujeitos de saber/poder, está em trazer à tona um tema pouco estudado no universo da sociologia e em contribuir com o rol dos estudos feministas sobre ciência e gênero e carreiras profissionais majoritariamente masculinas.

#### **IHU On-Line – De que maneira a pesquisa foi realizada?**

**Neiva Furlin** – A realização dessa pesquisa passou por grandes desafios de modo que considero importante relatar sobre as técnicas e a metodologia assumida para que este estudo fosse possível.

**a) Sobre as técnicas de pesquisa adotadas:** Para a coleta das informações e o levantamento dos dados empíricos necessários para atender aos objetivos da pesquisa exigiu-se uma combinação de técnicas, que incluiu pesquisa bibliográfica, consulta a páginas eletrônicas das instituições católicas de ensino teológico, aplicação de questionário, participação observante em congressos de teologia, análise de programas de ensino e a realização de entrevistas aprofundadas. Quando procuramos dados sobre participação de mulheres no ensino superior em teologia, encontramos na página do *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira* – INEP al-

gumas informações mais gerais, que incluíam 93 instituições de teologia de diferentes confissões religiosas – presbiterianas, luteranas, batistas – que, até o ano de 2005, tinham seus cursos de graduação em Teologia credenciados junto ao MEC, reconhecidos ou autorizados. Com esses dados, foi possível fazer uma comparação entre a teologia e as demais áreas de saber.

Como a pesquisa se referia ao ensino de teologia católica, foi necessário elaborar um questionário específico que foi enviado a todas as instituições católicas que ofereciam a graduação em teologia. Para isso, contamos com a ajuda da CNBB e da *Conferência dos Religiosos do Brasil* e tivemos o retorno de 40 questionários, ou seja, 56,3% das instituições existentes participaram da pesquisa, o que tornou possível estabelecer um quadro de evidência aproximado acerca da representação feminina e masculina na docência do ensino superior de teologia. Vale lembrar que nesse período havia em torno de 71 instituições que ofereciam o curso regular de teologia, reconhecido ou não pelo MEC<sup>1</sup>. Essa visão geral tornou possível a seleção de três instituições, nas quais buscamos as interlocutoras da pesquisa, isto é, em duas universidades e uma faculdade, situadas em diferentes Estados. Nesse processo, levamos em consideração as que tinham mais mulheres nos quadros da docência e que podiam responder aos critérios que estabelecemos para a investigação, ou seja: docentes com formação teológica, que ministrassem aulas no curso de graduação em Teologia<sup>2</sup>, que tivessem produção na perspectiva feminista ou de gênero ou que tivessem tido algum contato com as teorias de gênero e do feminismo<sup>3</sup> durante

o processo de formação acadêmica, que fossem professoras de instituições com o curso de Teologia, autorizado ou reconhecido pelo MEC. Desse modo, realizamos quatorze entrevistas, por meio das quais procuramos dar voz às mulheres e, a partir de suas narrativas, compreender as dinâmicas envolvidas no processo de inserção; visibilizar como as relações de gênero e de poder se articulam no universo do saber teológico; tornar explícita a forma como elas se compreendem e se constroem na profissão da docência, como criam as suas possibilidades de agência em um lugar que, ao longo da história, não foi pensado por e para elas.

**b) Sobre a metodologia assumida:** Priorizamos uma abordagem qualitativa, fundamentada na perspectiva hermenêutica, que permitiu a relação intersubjetiva entre a pesquisadora e as docentes no processo da produção do conhecimento. Essa perspectiva nos faz tomar consciência de que o resultado deste estudo é apenas uma interpretação entre tantas outras possibilidades que poderiam ser assumidas desde outros lugares teóricos ou hermenêuticos. Integrada a proposta hermenêutica, para o tratamento dos elementos históricos, assumimos a metodologia genealógica, inspirada nos estudos de Michel Foucault<sup>4</sup> e de Teresa de

tornou um critério importante, diante da proposta de nossa pesquisa.

**4 Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a “tomada de poder” proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-

**1 Nota da Entrevistada:** A pesquisa de campo foi realizada no final do ano de 2008 e início de 2009.

**2 Nota da entrevistada:** Isso porque nas Pontifícias Universidades Católicas existem docentes da área de teologia que ministram disciplinas de cultura religiosa, em diferentes cursos acadêmicos.

**3 Nota da Entrevistada:** Acredita-se que a pessoa que teve contato ou produz com essa perspectiva de conhecimento consegue perceber e problematizar melhor as dinâmicas de gênero que circulam no cotidiano das práticas sociais, e isso se

Lauretis<sup>5</sup>, uma vez que não se pretendia interpretar e compreender a história de maneira linear. Por meio da genealogia, buscamos compreender as condições nas quais os processos de subjetivação feminina ocorreram no universo do saber teológico. Assim, de um lado, tomamos os discursos teológicos tradicionais nos aspectos que remetiam às representações e imagens simbólicas de gênero, para perceber os seus efeitos na constituição da subjetividade feminina. De outro lado, as narrativas das docentes, a partir da singularidade dos acontecimentos do cotidiano da profissão e das relações com seus pares, para compreender a ação e os significados contidos nas memórias de suas experiências situadas, buscando perceber como elas se reinventam ou ressignificam a subjetividade feminina, produzindo-se sujeitos de saber ou de razão teológica. Nesse processo analítico, a *categoria de gênero*, segundo as concepções de Joan Scott<sup>6</sup> e Tereza de Lauretis, foi um instrumental teórico necessário para a desnaturalização e a proble-

-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em várias edições a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>, a edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>, e edição 364, de 06-06-2011, intitulada 'História da loucura' e o discurso racional em debate, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>. Em 2004, o IHU organizou o *Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault*, que deu origem aos *Cadernos IHU em Formação* n° 13, disponível em <http://bit.ly/ihuem13> sob o título *Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. Em 2010, ocorreu o *XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana*. Confira a edição 343 da IHU On-Line homônima publicada em 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e a edição 344, intitulada *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. (Nota da IHU On-Line)

5 **Teresa de Lauretis** (1938): Escritora e professora de História da Consciência na Universidade da Califórnia (Nota da IHU On-Line)

6 **Joan Wallach Scott** (1941): Historiadora americana com contribuições para a história dos gêneros e para a história intelectual (Nota da IHU On-Line)

“Os dados revelam que este espaço (universidades católicas) segue sendo hierárquico e com forte tendência da permanência majoritária do sujeito que é homem e clérigo”

matização dos discursos. Contudo, outras categorias teórico-analíticas enriqueceram a compreensão sobre as relações de poder e de gênero, inscritas nas práticas e nas memórias vividas e narradas pelas docentes, tais como: o conceito de *poder* como uma relação produtiva, segundo a teoria de Michel Foucault e Judith Butler<sup>7</sup>; a noção de *subjetividade ética*, pensada como processo de resistência política, de reflexividade e de produção de atos de liberdade, segundo as concepções de Foucault; a noção de *subjetividade nômade*, que permite pensar os deslocamentos subjetivos que ocorrem por meio de experiências incorporadas na história presente, mas sempre em processo de *devir*, no sentido de Rosi Braidotti<sup>8</sup>; a *Diferença Sexual* tomada

7 **Judith Butler**: filósofa americana pós-estruturalista, que tem contribuído há muitos anos para os estudos do feminismo, da teoria queer, da filosofia política e da ética. É professora no Departamento de Retórica e Literatura Comparativa da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Confira a entrevista de Butler à edição 199 da IHU On-Line, de 09-10-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon199>, intitulada *O gênero é uma instituição social mutável e histórica*. (Nota da IHU On-Line)

8 **Rosi Braidotti** (1954): Filósofa contemporânea e teórica feminista italiana

como um projeto político de afirmação positiva do feminino, segundo a teoria de Braidotti; a noção de *agência* como capacidade de ação movida pelo desejo, segundo a compreensão de Butler e Braidotti; e a *categoria de “Mulher”*, como uma categoria política, no sentido coletivo e agregador dos múltiplos marcadores sociais de identidade. Isto é, como uma posição política do sujeito, tomada como resultado de uma experiência histórica, que se distancia de um sentido puramente essencialista.

**IHU On-Line – Como as mulheres se produzem sujeitos femininos de saber teológico, num lugar marcado por uma lógica de gênero da ordem simbólica masculina?**

**Neiva Furlin** – É de nosso conhecimento que as instituições de ensino em teologia, como parte do campo eclesial, são estruturas de saber/poder hierárquicas, masculinas e celibatárias, que se legitimaram, ao longo da história, com o respaldo de um poder simbólico e sagrado. Desse modo, o tornar-se sujeito feminino de saber teológico, nesse lugar, parece que só pode ser compreendido dentro de um campo de luta cultural, epistêmica e simbólica. Assim, para compreender como as mulheres se produzem sujeitos femininos de saber, levamos em consideração as experiências vividas que nos foram narradas pelas docentes entrevistadas, sobre as suas trajetórias, que vai desde a motivação pela formação teológica, que é uma das ferramentas que as qualifica para a inserção nesse campo de saber, até as relações de poder que são estabelecidas no processo de formação, de inserção e de permanência nas instituições de ensino teológico. A pesquisa mostrou que as mulheres entrevistadas têm assumido uma posição ética de si mesmas, no sentido foucaultiano, que ocorre por meio da resistência à lógica do poder hierárquico e masculino, de processos de reflexividade e de atos de liberdade ou autonomia. Trata-se de um agenciamento de si que ocorre no cotidiano da experiência, mas sempre em devir, que é perpassado por relações de tensões com os discursos e as práticas de uma

(Nota da IHU On-Line)

estrutura masculina e celibatária. Uma estrutura que não produz só limites para as mulheres, mas também possibilidades para iniciativas autônomas e criativas que emergem desde as margens do poder central. Nesse processo de agenciamento ético, em que as docentes reivindicam o direito de ensinar e de produzir saber e o reconhecimento de seu potencial, elas não só enfatizam o critério da formação profissional adquirida, mas também as experiências cotidianas, de um sujeito que é “mulher” e que tem uma contribuição a dar ao universo da teologia. De modo que existe uma reivindicação pelo reconhecimento positivo da alteridade e por igualdade de direitos.

### Estratégia política de afirmação positiva do feminino

E, concretamente, como isso aparece? As docentes se apropriam do poder de um discurso recorrente nesse meio e a todo o tempo o reiteram. Trata-se do discurso de que elas “fazem a diferença”, pelas experiências que vêm do cotidiano da vida das mulheres. Desse modo, as experiências, que no discurso tradicional da teologia as desqualificavam para as atividades intelectuais, agora funcionam como uma estratégia política de afirmação positiva do feminino, porque são legitimadas pelas ações situadas que elas protagonizam no meio acadêmico. Por outro lado, as docentes também usam do critério da qualificação profissional para reivindicar o direito de igualdade e por uma justa distribuição de poder, no interior da instituição teológica. Assim, elas negociam ou ocupam espaços de liderança, assumem disciplinas de sua área de formação, aproveitam brechas ou concessões advindas de méritos e das relações que estabelecem no meio acadêmico. Por meio dessas experiências situadas, as docentes se reafirmam sujeitos capazes de ação racional e de exercer liderança e, politicamente, acabam produzindo um significado positivo para a diferença sexual, que legitima o seu devir sujeito feminino de saber teológico. Isso, pensando a partir das concepções de Rosi Braidotti, funciona como *contra-memória* a uma visão negativa, essencializada e reducionista de feminino,

que havia sido produzida e reproduzida pelas representações de gênero do discurso da teologia masculina e tradicional. Contudo, foi possível perceber que produzirem-se sujeitos femininos de saber teológico é um processo que ocorre em meio à contradição de essas docentes estarem, ao mesmo tempo, dentro e fora da lógica de gênero do sistema simbólico masculino. Ou seja, a sua subjetividade é perpassada por processos de assujeitamento, tanto pelas convenções culturais, sociais e religiosas internalizadas durante a socialização familiar e eclesial como pela relativa submissão às normas de gênero que operam no universo do saber teológico e que, sutilmente, requer das mulheres um esforço muito maior para se legitimarem sujeitos da docência, em relação do que é exigido aos seus pares masculinos. Mas, ao mesmo tempo, elas se constituem por processos de resistência, na medida em que as suas ações, movidas pelo desejo do “*vir a ser*”, se contrapõem e se afastam de um modelo de subjetividade feminina, ditado pelas convenções da cultura patriarcal e da moral católica.

### Sujeitos femininos

Podemos dizer que as docentes se constituem sujeitos femininos de saber teológico pelas ações que elas mobilizam, na consciência de que esse lugar também é um direito seu, porque possuem uma qualificação profissional que lhes garante a função de ensinar e produzir saber. Esse constituir-se também tem a ver com os novos significados que elas produzem para a alteridade, e isso não resulta somente das práticas acadêmicas que elas assumem e inauguram ou dos discursos que elas produzem ou ressignificam. Ou seja, passa ainda pela autorrepresentação de si, quando ao contarem-se, elas constroem narrativas reflexivas, em que selecionam e interpretam, de forma coerente e crítica, as suas ações e experiências, na relação com as convenções normativas, com os seus pares masculinos e com as práticas das instituições onde atuam. Tais narrativas aparecem como memórias de experiências vividas, recordadas e compartilhadas, que ocorrem no movimento da vida, encarnadas em

um contexto situado, perpassado por dispositivos de poder. Essas narrativas reflexivas, agora rearticuladas em situação de entrevista, pareciam produzir um novo significado, em termos de produção e objetivação de si e de sua ação. Em outras palavras, elas se objetivam sujeitos femininos de saber, cuja alteridade passa a ser positiva, porque se sentem mulheres capazes de ação, em um lugar simbólico e masculino, até há pouco tempo, considerado não inteligível para elas. Desse modo, ao se afastarem do modelo de subjetividade do sistema simbólico da moral católica tradicional, pode-se considerar que há processos de desconstrução e desnaturalização dos significados da cultura patriarcal, que elas mesmas haviam assimilado. Com isso, elas produzem deslocamentos subjetivos, ou uma produção *ética de si*, que se constitui pela experiência vivida, em contextos situados da história presente. Porém, é um processo nunca concluído, porque a luta contra os efeitos do poder é contínua. Trata-se de uma subjetividade nômade, segundo as concepções de Rosi Braidotti, que está sempre em devir e que se reafirma pela estratégia política da positivação da diferença sexual.

### IHU On-Line – Como as mulheres foram conquistando espaço na docência em Teologia?

**Neiva Furlin** – O curso de teologia no Brasil, nas suas origens, surgiu em vista da formação de homens “votacionados” para o serviço do ministério presbiteral, na hierarquia eclesial. Portanto, esse espaço de saber se estruturou como um “não lugar” para as mulheres, já que para elas o ministério ordenado lhes foi negado. Assim, ao longo da história essas instituições foram marcadas por formas de organização androcêntricas, que deram legitimidade somente ao sujeito masculino e celibatário para ações nas instâncias de poder eclesial, tanto em relação à produção do saber como nas decisões sobre cargos e contratação de agentes do ensino. A inserção de mulheres no ensino teológico se tornou possível a partir de um conjunto de transformações socioculturais que ocorreram na década de 1960 e início dos anos 1970.

Um contexto que se tornou favorável à ampliação da escolarização feminina e, conseqüentemente, ao crescente processo de inserção de mulheres em diferentes áreas profissionais e acadêmicas que, também, foi sendo impulsionado pelas mobilizações feministas que reivindicavam a igualdade de direitos e de oportunidades. Essas transformações influenciaram o universo eclesial, de modo que, na América Latina, os documentos finais das Conferências de Medellín (1968) e de Puebla (1979) mostraram-se sensíveis a essa nova realidade conjuntural, isso porque em suas conclusões acenaram sobre a importância da luta pela dignidade das mulheres e da necessidade da valorização de sua participação nas esferas da sociedade e em algumas instâncias eclesiais.

### Inserção das mulheres

Assim, nos anos de 1980, havia todo um discurso de democratização do poder na estrutura eclesial, trazida pela Teologia da Libertação, de valorização discursiva do feminino e da presença das mulheres nas pastorais e na liderança nas comunidades eclesiais de base. Pode-se dizer que existia uma conexão e uma interlocução com o momento histórico e com o discurso temporal, político e cultural da sociedade. No entanto, essa conjuntura favorável, no contexto eclesial, esteve permeada de contradições e ambigüidades, porque as mulheres não tiveram acesso às instâncias de decisão e, muitas vezes, a sua presença foi mais simbólica do que efetiva, em termos de mudanças nas estruturas. Entretanto, foram “brechas” que se abriram para as mulheres e favoreceram a sua inserção nas universidades como estudantes e também como professoras, em um lugar em que elas estiveram, por muito tempo, ausentes. Nessa conjuntura, nossa pesquisa aponta que as próprias mulheres, ao perceberem as “brechas” abertas e ao tomarem consciência do seu protagonismo como sujeitos históricos, e em sintonia com as diversas mobilizações feministas que reivindicavam direitos igualitários, foram construindo os seus espaços de ação dentro da estrutura eclesial, ainda que limitados. Contudo, constatamos que são pou-

“Outro caminho que, certamente, poderia mudar esse cenário seria as congregações religiosas femininas criarem as suas próprias instituições teológicas”

cas as que conseguem um lugar no ensino na teologia e essa “conquista”, para além de uma conjuntura eclesial favorável, também tem a ver com as estratégias que elas produziram para que essa inserção fosse possível, tais como: a qualificação profissional, o estabelecimento de redes de contato, entre outras.

Por outro lado, os dados quantitativos da pesquisa evidenciam que, em geral, a presença de mulheres na docência e em disciplinas importantes dentro da grade curricular do curso de teologia, ainda que reduzida, é mais significativa quando esta instituição é uma Universidade Católica ou uma Faculdade que tem como mantenedora diversas congregações religiosas. Já quando se trata de um Instituto Diocesano de Teologia, a presença feminina na docência é praticamente inexistente<sup>9</sup>. Também, se consideramos os dados do censo de 2005<sup>10</sup> realizado pelo INEP/MEC sobre a docência no ensino superior,

<sup>9</sup> Nota da Entrevistada: Esses dados e outros podem ser encontrados em FULIN, N. Teologia e Gênero: A docência feminina em instituições católicas, Revista Eclesiástica Brasileira, n. 284, p.880-910, out. 2011.

<sup>10</sup> Nota da Entrevistada: Posterior a esse, não encontramos outro Censo da Educação Superior, segundo o sexo dos/as docentes por áreas de atuação. Os mais recentes apenas registram a docência masculina e feminina de modo mais geral.

constatamos que na grande área das humanidades e artes, que é onde se situa a teologia<sup>11</sup>, esta é a que apresenta o índice mais alto de assimetria entre a participação masculina e feminina. Essa assimetria se amplia quando direcionamos o nosso olhar, especificamente, para a teologia católica, que foi o recorte de nossa pesquisa. Enfim, os dados revelam que este espaço segue sendo hierárquico e com forte tendência da permanência majoritária do sujeito que é homem e clérigo. Por outro lado, não se pode negar que a inserção de mulheres na docência, ainda que reduzida, desafia os códigos convencionais deste universo acadêmico. Ou seja, trata-se de uma presença que é, ao mesmo tempo, simbólica e política, porque transgredir uma convenção social estabelecida, de um lugar estruturado, historicamente, como não inteligível para as mulheres, e politicamente elas podem se afirmar como sujeitos femininos também dotados de capacidade intelectual ou de razão teológica.

**IHU On-Line – Que relações de poder na cultura teológica do catolicismo são capazes de explicar a maior ausência das mulheres neste espaço acadêmico de saber?**

**Neiva Furlin** – Partindo de uma concepção foucaultiana de que o poder se inscreve nas práticas e nas relações cotidianas e se efetua e se exerce em diferentes direções e de maneira múltipla, inclusive por meio da linguagem (discursos, representações...), podemos considerar que a presença reduzida de mulheres ou mesmo a sua ausência em muitos Institutos ou Faculdades de Teologia, pode ser explicada a partir dos efeitos do poder inscritos em distintas práticas discursivas e institucionais. Uma dessas explicações tem a ver com o discurso teológico tradicional que deu fundamento à doutrina oficial da Igreja, em relação às mulheres, e que circulou nas esferas eclesiais até pou-

<sup>11</sup> Nota da Entrevistada: Posterior a esse, não encontramos outro Censo da Educação Superior, segundo o sexo dos/as docentes por áreas de atuação. Os mais recentes apenas registram a docência masculina e feminina de modo mais geral.

co tempo atrás. Porém, vale lembrar que a teologia é um discurso histórico, milenar e complexo, que passou por uma série de desdobramentos, por conta de tensões culturais e históricas. Por isso, a trajetória de sua constituição não é uniforme, homogênea, nem linear, porque se inscreve dentro de uma série de percalços, crises e conflitos internos e externos. Contudo, na sua história milenar, teve a influência das explicações dicotômicas de Aristóteles e da clássica oposição puro/impuro da tradição judaico-cristã, que sustentava a existência “natural” de uma hierarquia desigual entre o universo masculino e feminino. Tais concepções foram definindo normas, valores, comportamentos e papéis distintos que deveriam ser exercidos pelas mulheres e homens no universo religioso, familiar e, inclusive, nas esferas da sociedade. Essas representações de gênero foram produzidas a partir de uma leitura biologizada e essencializada dos corpos, que enaltecia a superioridade masculina e justificava a inferioridade das mulheres para as atividades intelectuais, cujas ideias influenciaram o pensamento filosófico e teológico de Santo Agostinho<sup>12</sup> e São Tomás de Aquino<sup>13</sup>, dois personagens que se tornaram grandes inspiradores da teologia na Idade Média e Moderna. Esse legado discursivo tem exercido poder dentro das instituições teológicas, até recentemente,

12 **Santo Agostinho** (Aurélio Agostinho, 354-430): Bispo, escritor, teólogo, filósofo foi uma das figuras mais importantes no desenvolvimento do cristianismo no Ocidente. Ele foi influenciado pelo neoplatonismo de Plotino e criou os conceitos de pecado original e guerra justa. Confira a entrevista concedida por Luiz Astorga à edição 421 da IHU On-Line, de 04-06-2013, intitulada *A disputatio de Santo Tomás de Aquino: uma síntese dupla*, disponível em <http://bit.ly/ihuon421>. (Nota da IHU On-Line)

13 **São Tomás de Aquino** (1225-1274): padre dominicano, teólogo, distinto expoente da escolástica, proclamado santo e cognominado *Doctor Communis* ou *Doctor Angelicus* pela Igreja Católica. Seu maior mérito foi a síntese do cristianismo com a visão aristotélica do mundo, introduzindo o aristotelismo, sendo redescoberto na Idade Média, na escolástica anterior. Em suas duas “*Summae*”, sistematizou o conhecimento teológico e filosófico de sua época: são elas a *Summa Theologiae* e a *Summa Contra Gentiles*. (Nota da IHU On-Line)

por se reproduzir culturalmente nas práticas e no imaginário dos sujeitos hegemônicos deste campo de saber e que justificava o afastamento das mulheres de determinadas instâncias de poder/saber.

### Resquício de um imaginário construído

Nossa pesquisa evidenciou que os resquícios desse imaginário continuam construindo barreiras de gênero que limitam a inserção e a ação das mulheres no ensino e na produção do conhecimento, mesmo diante de suas conquistas contemporâneas nos diferentes espaços da sociedade. Outra explicação se deve ao fato de que as instituições teológicas, apesar de terem aberto janelas para a atuação de mulheres e leigos, em geral, são mantidas pelas dioceses, ou pelas congregações religiosas masculinas, nas quais a principal instância de poder, mesmo estando na mão de um diretor ou coordenador, em geral, clérigo, tem a interferência direta de um bispo ou de um provincial<sup>14</sup>, cuja liderança exerce influência nos processos organizacionais das instituições e no contrato dos agentes do ensino que, de certa maneira, tende a garantir uma ordem simbólica, em termos de hierarquia de poder e de gênero.

### Práticas sexistas

Nesse contexto, a pesquisa realizada mostrou que as poucas mulheres que são inseridas nos quadros da docência têm relação com alguns aspectos, tais como a falta de professores masculinos com formação em determinadas áreas, a influência que essa mulher poderá ter ou ao status que dará à instituição, quando é portadora de um capital cultural reconhecido e valorizado no universo teológico ou, ainda, das energias investidas pelas próprias mulheres em suas estratégias políticas para se fazer conhecidas no seu potencial ou qualificação profissional. Contudo, ainda se constatam práticas sexistas, isso porque quando um homem e uma mulher possuem o mesmo grau

de qualificação, a preferência é dada ao sujeito que é portador do *capital simbólico* mais valorizado nesse lugar de saber, que é o fato de ser do sexo masculino, de ter uma identidade clerical e, de preferência, ter cursado o mestrado ou o doutorado em Roma, cujo lugar geográfico, para o universo eclesial, vem carregado de significado simbólico. Vale lembrar que esses mesmos critérios também definem posições e lugares de reconhecimento e de poder nas relações intragênero. Desse modo, podemos dizer que, devido à finalidade histórica da formação teológica e das práticas culturais dessas instituições, elas ainda se caracterizaram como um reduto majoritariamente masculino e celibatário.

### A teologia e outras áreas do saber

Mas, então, o que caracteriza ou o que diferencia a teologia de outras áreas de saber como, por exemplo, das engenharias e da física, que ainda são áreas majoritariamente masculinas? Parece-nos que a grande diferença se deve ao fato de que a teologia justifica as suas práticas por meio de um poder discursivo, simbólico e cultural, fundado no plano do sagrado. E, por causa disso, os processos de mudanças são mais demorados nesta área e, ainda, o famoso *teto de vidro* se interpõe para as mulheres já no final da graduação em teologia, uma vez que elas não podem ser ordenadas e poucas são as perspectivas profissionais em termos de continuidade dos estudos e de inserção no campo acadêmico. Isso nos faz afirmar que existe uma cultura católica que se reproduz nas práticas eclesiais e que tem uma relação direta com a grande ausência de mulheres nesse universo de saber. Nesse sentido, os dados quantitativos coletados junto às instituições católicas de ensino teológico mostram que, das mulheres que acessam a formação teológica, a maioria chega até o nível da especialização. Isso parece apontar a existência de uma divisão sexual de trabalho, em que a busca pela formação teológica para o universo feminino se volta mais para a prática pastoral, enquanto aos homens lhes dá direito a um lugar de poder na hierarquia eclesial, em que

14 **Nota da Entrevistada** - Denominação dada à pessoa que exerce a principal liderança no interior de uma ordem ou congregação religiosa.

o grau de valorização e de reconhecimento simbólico é superior.

Outra questão é que nesse contexto em que as práticas institucionais priorizam a formação para o homem clérigo, as mulheres parecem encontrar pouco ou nenhum incentivo, no que diz respeito à concessão de bolsas, para continuarem seus estudos nos níveis de mestrado e de doutorado e, somado a isso, a falta de perspectiva de ter uma carreira profissional garantida no futuro, no universo acadêmico e eclesial. Evidentemente, acenamos, aqui, algumas das múltiplas dinâmicas de poder inscritas na reprodução da cultura católica, que podem explicar o fenômeno da presença reduzida ou da ausência de mulheres nos quadros da docência em teologia. Trata-se de um campo complexo e diversificado que pode, ainda, ser compreendido a partir de outros olhares ou perspectivas teóricas.

**IHU On-Line – E quando se trata dos processos de inserção e de construção da docência feminina, que dinâmicas de poder e de gênero estão em jogo, de modo geral?**

**Neiva Furlin** – Se existem dinâmicas de poder que limitam a presença das mulheres na docência, como acabamos de falar, de certa maneira, elas também se conectam com os processos de inserção. Isso porque, na perspectiva teórica de Michel Foucault e de Judith Butler, é no interior do próprio jogo ou das dinâmicas de poder que produzem os limites, que se encontram as possibilidades de potência, de criatividade ou até mesmo de transgressão. Potência entendida como capacidade de ação mobilizada pelo desejo que, nesse caso, trata-se do desejo de ser sujeito da prática docente e da produção de saber teológico, em um contexto, historicamente, regido pela norma masculina e celibatária. De acordo com as narrativas das docentes, a sua inserção no ensino não ocorreu por meio de concurso, com exceção em uma situação. Os espaços foram sendo percebidos ou concedidos, diante da necessidade ou substituição de professores/as. Contudo, houve condições que foram sendo produzidas por elas e que se tornaram favoráveis, ou seja, muitas

“As mulheres, como sujeitos reflexivos, têm conseguido inaugurar algumas práticas que, de certa maneira, objetivam mudanças nas estruturas do pensamento teológico”

delas eram próximas e conhecidas de professores que tinham o poder de recrutar os agentes de ensino, seja pelo seu desempenho acadêmico, seja pela sua formação ou mesmo por compartilhar com eles a mesma linha de pensamento teológico. Por outro lado, os conteúdos das narrativas das docentes deixam evidente a diversidade de dinâmicas de poder que operam em diferentes espaços institucionais, quando está em jogo a contratação de docentes. Alguns processos, ainda, são demarcados por conteúdos de gênero e por práticas culturais e institucionais que garantem a hegemonia masculina e, por isso, a condição de sexo e a identidade clerical ainda determinam a possibilidade de inserção, sobrepondo-se ao nível de formação ou competência profissional. Outras instituições valorizam mais a posição profissional do/a docente a ser contratado/a.

A inexistência de concursos nos Departamentos de Teologia, para a seleção de professores acaba produzindo critérios seletivos, nem sempre justos, embora tidos como legítimos dentro da dinâmica de uma cultura androcêntrica e hierárquica. Outra questão analisada em nossa pesquisa foi das estratégias políticas que as

docentes produzem para conseguir lecionar as disciplinas de sua área de formação. Tais processos nem sempre são fáceis. Em geral, essa “conquista” resulta de uma longa espera ou da produção de estratégias políticas, nas quais as docentes acionam a qualificação profissional, como um critério de direito, sobretudo, quando essas disciplinas são consideradas centrais na grade curricular do curso. Essas posturas evidenciam que estar inseridas em um universo atravessado por dinâmicas e práticas institucionais de poder, que são *generalizadas*<sup>15</sup> no masculino, exige das mulheres um esforço maior na construção da legitimidade da docência feminina ou, em outras palavras, no processo de “se tornarem” sujeitos femininos de poder/saber teológico. Enquanto para o sujeito masculino o espaço e a posição de poder aparece como algo que lhes é legítimo e que se justifica no plano simbólico e do sagrado.

### Negociações

A lógica de gênero da ordem simbólica masculina faz com que as mulheres precisem estar sempre negociando seus espaços, afirmando-se e visibilizando-se como sujeitos capazes de liderança e de ação racional. E, nesse sentido, o desejo de se constituírem sujeitos femininos de saber teológico faz com que elas se adequem e correspondam às convenções normativas de gênero e de poder que impõem condições desiguais para homens e mulheres. Porém, com essa postura, paradoxalmente, elas produzem novos significados de gênero na produção de si. De modo que existe a reivindicação pelo reconhecimento de uma identidade feminina que é positiva, que não está isenta de poder, porque há uma disputa por recursos simbólicos e posi-

<sup>15</sup> **Nota da entrevistada:** O termo “generalizada” é usado pela feminista Londa Schienbinger para se referir aos comportamentos, interesses, ou valores culturais tipicamente masculinos ou femininos, cujas características não são concebidas inatas e nem arbitrarias, mas como realidades construídas por circunstâncias históricas que, por isso mesmo, podem mudar por outras circunstâncias históricas. Ao usar esse mesmo termo, estarei me referindo às mesmas questões assinaladas pela autora.

ções sociais reconhecidas dentro do universo teológico. Assim, é nessa lógica que se pode compreender o esforço que elas fazem, em condições desiguais, para exercer de forma eficiente e produtiva a liderança que assumem, e para manter um bom nível de produção acadêmica, seja de artigos publicados, seja de orientações de trabalhos de conclusão de curso.

**IHU On-Line – Como você explica a constituição “ética de si” no processo de devir sujeitos femininos de saber, em uma instituição que foi estruturada dentro dos padrões normativos masculinos?**

**Neiva Furlin** – Creio que esta questão nos remete ao que aprofundamos em uma das primeiras perguntas, quando falamos sobre o constituir-se sujeito feminino de saber. Contudo, nos parece importante situar isso também do ponto de vista teórico. Segundo Michel Foucault, já no final de sua vida, a constituição ética de si é pensada como a possibilidade do sujeito que ocorre por meio da resistência aos poderes discursivos e disciplinares. Tem a ver com a ação de um sujeito que decide sobre suas condutas e escolhas, como uma postura de resistência crítica aos códigos normativos ou ao poder que o produz. Nessa visão, a “ética de si” se constitui em uma ação política, porque abre um campo de possibilidades na arte de resistir e de produzir-se, na relação com as dinâmicas dos poderes. É um ato de produzir-se sujeito, que se realiza por meio de práticas de resistência, de liberdade e de reflexividade. Trata-se de uma relação interativa e crítica que enfraquece os limites e as fronteiras estabelecidas pelos poderes normativos.

**A ética em si e a resistência a um modelo de feminino**

Essa posição de uma *ética de si* foi possível verificar nas memórias das experiências vividas que foram relatadas pelas docentes, uma vez que a todo tempo elas buscam resistir a um modelo de feminino do sistema simbólico masculino, propondo um simbólico alternativo, o qual se reafirma por meio das práticas acadêmicas que elas realizam no universo do saber teológico. De modo que essa ética de si

é parte do projeto de afirmação positiva da diferença sexual, que valoriza a experiência corporal vivida pelas mulheres, rejeitando a alteridade produzida por um pensamento abstrato e desencarnado. Ou seja, o fato das docentes resistirem à imagem de um sujeito feminino desqualificado e se reafirmarem como sujeito “Mulher” que tem uma ação concreta e situada, um sujeito que pode agir, falar, pensar e produzir teologia crítica é, sem dúvida, uma produção ética de si ou uma reinvenção de si, de um novo modo de viver e de sentir-se sujeito feminino, dentro das instituições católicas de teologia que seguem os padrões normativos masculinos. E esse processo, segundo a nossa pesquisa, se inicia desde o ingresso na formação acadêmica em teologia e perpassa toda a trajetória que elas fazem para constituírem-se sujeitos femininos de saber teológico que, ao mesmo tempo, se concretiza no presente, permanece sempre como devir.

**IHU On-Line – As docentes têm conseguido inaugurar novas práticas dentro do universo acadêmico da teologia? Até que ponto essas ações interferem ou não na organização ou na mudança das estruturas das instituições católicas?**

**Neiva Furlin** – Em parte pode-se dizer que as mulheres, como sujeitos reflexivos, têm conseguido inaugurar algumas práticas que, de certa maneira, objetivam mudanças nas estruturas do pensamento teológico ou até mesmo na produção de novas relações de gênero no universo das instituições católicas. Contudo, essas práticas têm gerado tensões, sobretudo quando se relacionam diretamente com as perspectivas dos estudos de gênero e da teoria feminista. Não vamos abordar, aqui, as estratégias que foram sendo produzidas pelas docentes para a concretização dessas práticas, nem os detalhes das tensões que foram apreendidos em nossa pesquisa, mas apenas nomeamos essas ações e a percepção dos efeitos que elas têm produzido. Definimos essas novas ações de *práticas inovadoras*, no sentido proposto pela filósofa

francesa Júlia Kristeva<sup>16</sup>, entendida como novas possibilidades que surgem e que até então eram excluídas em um determinado contexto social. E, segundo a filósofa María Luisa Femenías<sup>17</sup>, as *práticas inovadoras* podem, eventualmente, normalizar-se como novas formas discursivas ou modificações que renovam as práticas sociais e culturais.

## Conquistas

No universo acadêmico da teologia católica, pode-se dizer que são práticas inovadoras: a presença de mulheres nas conferências e mesas de eventos e congressos teológicos; o espaço conquistado para a organização de mesas e grupos temáticos de trabalho acerca da Teologia Feminista ou de gênero; a luta pelo uso de uma linguagem inclusiva; a inserção de referências de autoras feministas nas disciplinas que as docentes ministram e a inclusão de novas disciplinas, entre essas: a de *Teologia Feminista*, como disciplina obrigatória para a graduação em uma das instituições, e a disciplina de *Teologia e Gênero*, como optativa para curso de pós-graduação em duas universidades. Tais disciplinas permitem que os/as discentes acessem novos conteúdos ou discursos produzidos por outras perspectivas e podem ser importantes para despertar um olhar crítico sobre os conteúdos de gênero da teologia tradicional. Essa ação pode produzir efeitos no processo de desconstrução de um imaginário de gênero e, até mesmo, levar algumas das futuras lideranças masculinas da Igreja a pensar de um modo diferente, comprometendo-se com a construção

<sup>16</sup> **Julia Kristeva** (1941): Psicanalista búlgara, professora de Lingüística na Universidade de Paris e autora de mais de trinta livros consagrados. Aluna de Roland Barthes, é uma das mais respeitadas intelectuais da atualidade. Seus pensamentos envolvem teoria literária, semiologia, filosofia e psicologia. Escreveu também quatro romances. Entre suas obras estão: *As Novas Doenças da Alma*, *Estrangeiros para nós mesmos* e *O Velho e os Lobos*. (Nota da IHU On-Line)

<sup>17</sup> **María Luisa Femenías**: Uma das grandes referências nos estudos de gênero latino-americanos, é doutora em Filosofia pela *Universidad Complutense de Madrid*. Atualmente é fatora titular de Antropología Filosófica en la *Universidad Nacional de La Plata* (Nota da IHU On-Line)

de novas relações de gênero, como é o objetivo dessas disciplinas. Contudo, isso é um nada diante do grande universo das instituições teológicas, que nem sequer tocam nesses temas e continuam reproduzindo conceitos e representações de um discurso que reforça o simbólico masculino como norma.

A teologia produzida com a mediação das categorias dos estudos de gênero e da teoria feminista, conhecida como *Teologia Feminista*, se evidencia como outra *prática inovadora* que, na visão das docentes, tem sido a maior contribuição que elas deram ao universo acadêmico da teologia. Essa teologia pode ser considerada alternativa em relação à tradicional, pelos novos significados que ela produz no processo de reinvenção da subjetividade feminina, sobretudo, para o conjunto das mulheres que acessam a este saber. Entretanto, essas novas práticas não parecem ser incorporadas nas estruturas acadêmicas e tampouco assumidas pelos seus pares. Elas só existem e funcionam pelo exercício do poder de ação das docentes, enquanto elas estão inseridas neste lugar de saber. Por mais inovadoras que possam ser, pela contribuição que trazem para a teologia, elas produzem pouco ou nenhum efeito na ordem institucional e não provocam mudanças estruturais. Os efeitos mais significativos parecem ocorrer na relação docente/discente e na relação do “si mesmo para todas as mulheres”. Desse modo, as suas práticas podem ser consideradas como parte de um projeto político de resignificação do sistema simbólico de gênero, em favor de uma afirmação positiva da identidade feminina e da emergência do sujeito “mulher”, que também é dotado de capacidade para produzir saberes. São práticas que ocorrem em um tecido social que limita e, ao mesmo tempo, cria as possibilidades de ação, inscrevendo novos significados na lógica do campo de saber teológico. No entanto, as possibilidades de ação, nessa estrutura limitadora, são potencializadas pelas próprias mulheres como parte de uma missão pela qual se sentem vocacionadas e pelo *desejo* por devir sujeito feminino de saber, em um lugar em que

“As mulheres entrevistadas têm assumido uma posição ética de si mesmas, no sentido foucaultiano, que ocorre por meio da resistência à lógica do poder hierárquico e masculino”

sempre estiveram ausentes. Um devir imaginado que as lança para um futuro melhor e possível para si e para todas as mulheres, mobilizando suas energias e ações no presente.

**IHU On-Line – Que desafios estão postos à superação da relação histórica de desigualdade e assimetria de gênero em um campo das Ciências Humanas, como é o caso da teologia?**

**Neiva Furlin** – Após o Vaticano II houve muitos esforços na reconfiguração dos cursos de teologia, os quais se abriram, também, para as lideranças cristãs (mulheres e homens) que buscavam a formação teológica para melhor atuar em atividades pastorais e sociais. Contudo, tais medidas não foram suficientes quando se leva em conta as possibilidades de acesso igualitário às distintas instâncias de ação e de poder. No que se refere à ação da docência feminina nas instituições teológicas, não parece justo que elas precisem empreender mais energias e uma carga de trabalho supra-humano para se legitimarem como sujeitos de saber teológico e garantir a continuidade de sua presença nesse espaço, que ainda parece não se apresentar como um lugar

legítimo para o seu sexo. A pesquisa deixa evidente que nas estruturas das instituições católicas continuam vigentes convenções culturais e normativas de gênero de uma hierarquia sexista, que reproduz relações desiguais e demarca o acesso ou não a determinados espaços de poder para as mulheres. Isso porque alguns lugares se tornam inatingíveis ou não inteligíveis para um sujeito de sexo feminino, mesmo que este sujeito esteja em iguais condições de direito, pela sua formação profissional ou pelo capital simbólico acumulado.

### Processos de mudanças

Tal realidade mostra que, nessas instituições de ensino, se faz urgente um processo de mudanças, tanto nas estruturas do pensamento como nas práticas organizacionais para que sejam possíveis relações igualitárias de gênero. Esse seria um primeiro desafio e uma política de ação que precisa ser abraçada pelos sujeitos masculinos e femininos, como um projeto coletivo. Além desse desafio, consideramos importante repensar o modo de contratação dos agentes do ensino para a teologia. Levando em conta que hoje o ensino teológico no Brasil já é reconhecido pelo Ministério da Educação e integra a grande Área das Humanidades e Artes, não pareceria interessante se o próprio MEC pressionasse a criação de políticas pautadas por princípios de não discriminação ou de equidade de gênero, nos processos de recrutamento de agentes para a profissão docente? Vale lembrar que, em geral, as instituições católicas são mantidas pelas dioceses ou por congregações religiosas masculinas, por isso a tendência é que estas continuem priorizando a inserção de homens clérigos. A inexistência de concursos nos processos de seleção para professores/as nos departamentos de teologia acaba favorecendo essa realidade. Uma política de cotas poderia ser um caminho, mas isso não resolveria, em si, o problema mais profundo da desigualdade de gênero deste lugar de saber. Talvez uma saída, em curto prazo, fosse ao menos garantir concursos internos, em que os critérios de formação e de profissionalização estivessem acima da condição de

sexo e da identidade clerical do sujeito. Contudo, faz-se necessário construir políticas de equidade de gênero, que integrem também o princípio da igualdade, para que se tenha claro que o problema não pode ser resolvido somente com a incorporação de mais mulheres nas instituições acadêmicas de teologia. Antes, faz-se necessário articular os princípios da igualdade e da diferença para que, de fato, chegue-se à dimensão política, na qual as mudanças se tornam possíveis.

### Desigualdade de gênero

Nesse sentido, é importante pontuar que os Departamentos ou Faculdades de Teologia não resolvem a questão da desigualdade de gênero simplesmente com a inserção de mulheres, porque o problema é profundamente cultural, embora sua presença, em números mais significativos, até possa ser importante para se efetuem mudanças socioculturais e políticas, em um espaço onde o religioso ainda exerce poder simbólico na sacralização de certas hierarquias. Talvez pareça ser uma utopia sonhar com a possibilidade de uma inserção significativa de mulheres na docência, e porque não também de homens, que juntos estivessem comprometidos com a construção de novas relações de gênero e, estando dentro dos Departamentos ou Faculdades de Teologia, encontrassem pressupostos que lhes possibilitassem efetuar as mudanças nas estruturas e nas mentalidades dos sujeitos – masculinos e femininos –, estabelecendo novas regras, novas práticas e novos conteúdos e perspectivas epistemológicas na produção do conhecimento. Assim, parece que um grande desafio está em recriar o espaço da construção do saber teológico, o que requer a consciência de que são necessárias medidas institucionais e teóricas coletivas. Uma Teologia Feminista funcionando como um setor entre outros só tem sentido se influi no todo, senão acaba ajudando a perpetuar a cultura e a prática do não lugar das mulheres na construção do saber teológico.

Outro caminho que, certamente, poderia mudar esse cenário seria as congregações religiosas femininas

criarem as suas próprias instituições teológicas. Sem dúvida, tal situação levaria mais mulheres a se profissionalizarem na área da teologia e a ocuparem esse espaço de ação e de produção de saber. Por evidente, isso possibilitaria maior liberdade na produção do pensamento e na construção das propostas curriculares e tornaria a teologia produzida pelas mulheres mais visível, se não mais reconhecida academicamente, mesmo que não estivesse totalmente isenta do controle das instâncias hierárquicas da Igreja Romana. Porém, o paradoxo dessa iniciativa seria uma nova segregação se não houver abertura para a inserção de estudantes e docentes do sexo masculino.

Outra possibilidade que poderia contribuir com a construção de relações igualitárias de gênero, em termos de participação e de produção do saber teológico, seria a criação de cursos de teologia com perspectiva ecumênica (interconfessionais) dentro das universidades públicas ou privadas. Isso desvincularia o saber teológico da estrutura da hierarquia eclesial e masculina. É Utopia? É um delírio? Parece que essa possibilidade estaria posta nas entrelinhas dos últimos pareceres do *Conselho Nacional de Educação (CNE)* e *Câmara de Ensino Superior (CES)* para a Teologia e na minuta em estudo das *Diretrizes Curriculares para a Graduação de Teologia*. Contudo, isso careceria de uma profunda reflexão.

Enfim, isso tudo pode parecer uma amontoado de ideias soltas, mas são desafios que estão postos para a superação de uma histórica relação de desigualdade e assimetria de gênero no campo do saber teológico. Enquanto essa realidade continua sendo uma utopia, certamente as mulheres precisam continuar aproveitando as oportunidades que surgem para se inserirem na docência e, desde esse lugar hierárquico e masculino, produzirem estratégias políticas para garantir a legitimidade de sua presença, de suas ações e de sua teologia.

**IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?**

**Neiva Furlin** – Sim, gostaria ainda de enfatizar dois pontos. Primeiro, que o projeto da construção *ética de si*, como sujeito feminino de saber teológico, não aparece como um projeto puramente individual, mas também voltado para o coletivo das mulheres, que estão inseridas na mesma estrutura acadêmica. Isto é, um “si mesmo para todas as mulheres”, no sentido de Rosi Braidotti, que se articula por *afinidades* ou *pontos nodais* que, neste caso, trata-se da consciência de uma história comum de desqualificação do feminino e de discriminação sexista; de ausência histórica nos processos de produção do saber, em um espaço em que o normativo é o masculino; de uma espiritualidade compartilhada no sentido de sentirem-se vocacionadas para uma missão na teologia, do desejo de marcar o universo da teologia por uma alteridade positiva e de um imaginário utópico do devir sujeito feminino de saber teológico com reconhecimento acadêmico, que mobiliza ações no presente na esperança de um futuro melhor.

Segundo, se consideramos uma história de discriminação e de ausência histórica das mulheres no universo do ensino e da produção teológica e que, na atualidade, elas ainda continuam às margens do poder eclesial, pode-se dizer que as práticas de agenciamento que elas produzem, por menor que sejam, tornam-se importantes, porque estabelecem certa autonomia em relação a uma estrutura hierárquica e masculina. Isso nos faz concordar com o pensamento de Ward L Kaiser<sup>18</sup>, que “o ‘revolucionário’ não se encontra só nos grandes processos de transformação social que se concretizam no tempo e no espaço, mas também na produção de novos significados ou nas pequenas mudanças que ocorrem nas microrrelações sociais, que são tecidas no cotidiano da vida, como um modo novo de viver, de se produzir e de se reconhecer sujeito”.

<sup>18</sup> Ward L Kaiser: Editor, pastor, professor e executivo ecumênico. Conhecido por introduzir a Projeção de Peters do Mapa Mundi na América do Norte, publicando sua primeira versão inglesa em 1983. (Nota da IHU On-Line)

## Entrevista da Semana

# “Pós-modernidade”, identidade e tecnologia no mundo globalizado

O professor e pesquisador Renato Ortiz aborda dilemas que compõem nossas sociedades contemporâneas

POR RICARDO MACHADO

O polêmico, e não menos frutífero, debate em torno do que é “pós-modernidade” é relativamente recente, e seu princípio de modo mais intenso se dá a partir do final dos anos 1960. O termo emerge para tentar dar conta de um tipo de convivência social que é diferente da anterior, a sociedade moderna, cuja ruptura radical com seu modo predecessor nunca ocorreu. “O problema é que as mudanças em curso não abolem uma continuidade em relação ao passado, neste sentido, não existem sociedades pós-modernas, apenas um debate em torno da ‘pós-modernidade’. Discussão que levanta questões importantes, por exemplo, a crítica à categoria de universal; entretanto, não há uma ruptura definitiva entre o passado e o presente no interior do qual o ‘moderno’ teria se tornado inteiramente obsoleto”, aponta o professor doutor e pesquisador Renato Ortiz, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Para o professor, é importante entender que a construção das identidades, ao ser analisada na contemporaneidade, deve ser vista a partir de duas dimensões: “A diversidade conflitiva interna ao Estado-nação (regiões, questões étnicas, etc.) e a emergência de referências identitárias transnacionais. Por exemplo, o mundo do consumo. Os diferentes grupos sociais podem assim se apropriar de referências simbólicas mundializadas (de Madonna ao hip-hop) para construir sua própria imagem, sua “identidade”. Existe, portanto, uma situação no interior da qual diferentes “identidades” se complementam ou entram

em disputa. O monopólio que o Estado possuía (ou pensava possuir) ruiu. A construção da identidade nacional deve agora ser feita num contexto de diversificação que inexistia anteriormente”, explica. “As transformações tecnológicas são evidentemente importantes, entretanto, não se deve cair numa tentação reducionista que confere às tecnologias uma capacidade de transformação que elas não possuem. O mundo não será mais democrático porque as tecnologias de que dispomos são mais sofisticadas”, argumenta. “Existe hoje uma certa panaceia tecnológica que muitas vezes nos ilude. Os problemas sociais não serão resolvidos com ‘mais tecnologia’, tampouco com ‘menos’”, complementa.

Renato Ortiz graduou-se em Sociologia na Université Paris VIII, fez mestrado e doutorado na mesma área na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Atualmente é professor titular da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. É autor, entre outras obras, de *Cultura Brasileira e Identidade Nacional* (São Paulo: Brasiliense, 1985); *A Moderna Tradição Brasileira* (São Paulo: Brasiliense, 1988); *Mundialização e Cultura* (São Paulo: Brasiliense, 1994); e *O próximo e o distante: Japão e modernidade – mundo* (São Paulo: Brasiliense, 2000). Ortiz esteve na Unisinos participando do Ciclo de Estudos ‘Questão Pós’ nas Ciências Humanas – Pós-Estruturalismo, Pós-modernidade e Pós-colonialidade, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – O que é a “pós-modernidade” e como podemos compreendê-la a partir da cultura?**

**Renato Ortiz** – A questão da “pós-modernidade” refere-se às transformações que incidem recentemente (anos 1970, 1980, 1990) nas sociedades industriais. O “pós”, dividindo um “antes” e um “depois”, sublinharia justamente essas mudanças: sociais, econômicas, tecnológicas, culturais. Neste sentido o que entendíamos por modernidade já não seria mais suficiente para dar conta dos processos contemporâneos. Todo o debate sobre a “pós-modernidade” concentra-se neste ponto, em que medida as sociedades atuais difeririam de sua formação anterior (a forma que tomou a partir da revolução industrial no século XIX). O problema é que as mudanças em curso não abolem uma continuidade em relação ao passado, neste sentido, não existem sociedades pós-modernas, apenas um debate em torno da “pós-modernidade”. Discussão que levanta questões importantes, por exemplo, a crítica à categoria de universal; entretanto, não há uma ruptura definitiva entre o passado e o presente no interior do qual o “moderno” teria se tornado inteiramente obsoleto. Não há o “fim do trabalho”, o “fim da arte”, o “fim do universal”, etc. A ênfase na ideia de “fim” é apenas um sintoma das transformações em marcha. Por isso o debate sobre a pós-modernidade feneceu, declinou (nenhum autor ou artista se define como pós-moderno). Uma vez que essas mudanças são incorporadas à rotina da vida social, o “novo” torna-se corriqueiro e assenta-se, inclusive, numa linha de continuidade em relação ao passado. Por outro lado, muitas das transformações que ocorreram não se encaixam na perspectiva intitulada de “pós-moderna”. Por exemplo, a temática da globalização, cujo impacto na esfera cultural é marcante.

**IHU On-Line – Como podemos pensar, atualmente, as representações das “identidades nacionais” sob o ponto de vista da cultura, em um contexto onde o desejo de globalização é incitado constantemente pelos meios da indústria cultural?**

**Renato Ortiz** – A problemática da mundialização da cultura incide diretamente na representação da identidade nacional. Isso porque o Estado-nação perde o monopólio da construção da identidade. Não é preciso operar com a ideia do “fim do Estado-nação” para se pensar desta maneira, isto é um contrassenso. O importante é entender que a construção das “identidades” se faz agora levando em consideração duas dimensões: a diversidade conflitiva interna ao Estado-nação (regiões, questões étnicas, etc.) e a emergência de referências identitárias transnacionais. Por exemplo, o mundo do consumo. Os diferentes grupos sociais podem assim se apropriar de referências simbólicas mundializadas (de Madonna ao hip-hop) para construir sua própria imagem, sua “identidade”. Existe, portanto, uma situação no interior da qual diferentes “identidades” se complementam ou entram em disputa. O monopólio que o Estado possuía (ou pensava possuir) ruiu. A construção da identidade nacional deve agora ser feita num contexto de diversificação que inexistia anteriormente.

**IHU On-Line – Em que medida o conceito de massa, que caracterizou um tipo de abordagem sociológica marcante nos anos 1930 e 1940, ainda é uma categoria produtiva para pensar as sociedades contemporâneas?**

**Renato Ortiz** – Creio que o conceito de massa, particularmente “cultura de massa”, dificilmente poderia ser aplicado de maneira conceitualmente vantajosa para compreender as sociedades contemporâneas. A ideia de “massa” remetia à ideia de homogeneização cultural. Atualmente, até mesmo as perspectivas mercadológicas tendem a pensar o mercado em termos diversificados. Vendem-se produtos para segmentos de mercado, não em massa. A amplitude deste mercado tornou-se global, porém não existe uma “sociedade planetária de massa”. As bolsas Gucci e as vestimentas Armani não possuem o mesmo público de Macdonald’s ou das roupas baratas fabricadas na China. Pensar em termos de massa é problemático. A própria noção de diversidade complica o quadro aceito anteriormente no qual se afirmava a

existência de uma cultura homogênea partilhada por todos os indivíduos. O processo de mundialização da cultura encontra-se evidentemente associado à globalização econômica e tecnológica, no entanto isso não é sinônimo de uma vida social homogênea, idêntica, em todos os cantos do planeta.

**IHU On-Line – Como a diversidade é ressignificada dentro de um mundo global?**

**Renato Ortiz** – Minha resposta é sintética: a diversidade tornou-se um tema importante porque o mundo se globalizou. Nas últimas décadas o termo foi ressignificado e nos remete à ideia de pluralismo, democracia, cidadania. Entretanto, sua utilização se faz de maneira polissêmica. Por exemplo, os executivos das transnacionais dizem: é preciso compreender a diversidade dos mercados para vender os produtos em escala global. A preocupação central é “vender produtos”. Já alguns movimentos indígenas dirão: queremos preservar a diversidade de nossa cultura. Isso se faria em nome do pluralismo e da ideia de cidadania. “Nós indígenas brasileiros temos este direito”: falar nosso idioma, cultivar nossos valores. Há um hiato entre os interesses dos agentes do mercado e as reivindicações indígenas; entretanto, o termo “diversidade” é amplamente utilizado para justificar os objetivos que se quer atingir. A questão é: o que estamos dizendo com diversidade?

**IHU On-Line – As novas tecnologias permitiram toda uma nova ordem de interações múltiplas e de uma indeterminação de fronteiras clássicas entre os sujeitos. A partir desta perspectiva, que reorganizações culturais podem ser tributadas às novas tecnologias de comunicação e informação?**

**Renato Ortiz** – São várias as transformações, basta olharmos para a reformulação da indústria fonográfica com o advento da Internet e da música online ou, ainda, o papel das redes sociais nos processos de reorganização da vida política. O surgimento de uma “era digital” propiciou que texto, imagem e voz possam circular rapidamente em escala mundial, e isso tem certamente implicações na

construção das relações sociais entre os indivíduos. Por outro lado, as tecnologias recentes reforçam a constituição de uma nova concepção de espaço, particularmente alterando a oposição entre próximo e distante, interior e exterior.

**IHU On-Line – Em sua opinião, qual o papel da técnica no atual contexto social, que tem se tornado uma espécie de panaceia, capaz de oferecer soluções à economia, à democracia, a toda sorte de desafios? Podemos pensar que estamos migrando para uma perspectiva antropotécnica?**

**Renato Ortiz** – As transformações tecnológicas são evidentemente importantes, porém não se deve cair numa tentação reducionista que confere às tecnologias uma capacidade de transformação que elas não possuem. O mundo não será mais democrático porque as tecnologias de que dispomos são mais sofisticadas. Na verdade, não existe uma relação de causalidade entre desenvolvimento tecnológico e avanço da democracia, trata-se de conceitos inteiramente distintos. Existe hoje uma certa panaceia tecnológica que muitas vezes nos ilude. Os problemas sociais não serão resolvidos com “mais tecnologia”, tampouco com “menos”. Dou um exemplo em relação ao processo de globalização. De fato, a tecnologia de que dispomos é capaz de conectar as pessoas independentemente de sua posição geográfica no planeta. Satélites, computadores, tablets, telefones celulares, asseguram este tipo de comunicação. Então o mundo se encontra conectado tecnologicamente, mas não “integrado” planetariamente. Isso porque as noções de “conexão” e “integração” são distintas. Por isso a temática da diversidade emerge: apesar do solo tecnológico comum, as diferenças sociais e culturais explodem. Não há uma identidade global ou uma cultura global.

**IHU On-Line – Em contrapartida, não é razoável tratar a problemática de forma dicotômica. Como podemos pensar a questão do ponto de vista da hospitalidade ao outro, àquilo que é diferente? Como não uniformizar, disciplinar a cultura?**

## “Não há uma ruptura definitiva entre o passado e o presente no interior do qual o ‘moderno’ teria se tornado inteiramente obsoleto”

**Renato Ortiz** – O diferente é aquilo que se insere no mundo global. Dito de outra forma: o processo de mundialização da cultura implica o partilhamento de determinados padrões culturais que são transnacionais, entretanto, este padrão não possui força ou consistência para se impor como único, homogêneo. Ele é apenas mundial (ou global). Por isso o debate sobre a globalização não significa o fim das fronteiras, significa a criação de novas fronteiras e a redefinição das antigas.

**IHU On-Line – De que ordem são as revoluções em que estamos inseridos?**

**Renato Ortiz** – Esta é uma boa e difícil pergunta. Se ela tivesse sido feita nos anos 1980 certamente muitos autores tenderiam a considerar as mudanças em curso de maneira um tanto superlativa. Tratar-se-ia, portanto, de uma “grande revolução” da emergência de uma “nova era”. Era isso que o termo “pós” significava, a passagem na direção de um “outro tempo”. Creio que hoje até mesmo esses autores veriam as coisas de maneira um pouco mais tranquila, inclusive porque as transformações são evidentes e “naturais”, ou seja, integradas à nossa vida cotidiana. Eu sempre tive a impressão de que a “grande transformação” foi o advento da sociedade industrial, por isso prefiro utilizar a ideia de modernidade-mundo. A utilização

conjunta dos termos me permite sublinhar as transformações (o mundo) e o movimento de continuidade (a modernidade).

**IHU On-Line – O que marca essa transição da “modernidade”, em que o homem era o centro do universo e que era possível marcá-lo em uma determinada posição sociocultural, com identidades mais rígidas, para a “pós-modernidade”, em que as identidades dos sujeitos transbordam os próprios corpos e, também, são construídas tecnicamente?**

**Renato Ortiz** – Não creio que existam identidades construídas tecnicamente. A técnica pode até mesmo ser um referente simbólico em torno do qual se constroem as identidades, porém, elas não são validadas imediatamente a partir da técnica. Toda identidade implica um trabalho simbólico que é feito pelos indivíduos vivendo em sociedade. A técnica, neste exemplo hipotético, seria um valor aceito por “todos”, ou seja, o referente simbólico em torno do qual as identidades seriam construídas. É a organização social na qual vivemos que determina à esfera tecnológica um lugar privilegiado, mas não devemos esquecer que não existe a técnica fora da sociedade dos homens, ela não é um ser em si, que se opõe aos “homens” ou à “natureza”. Quanto à ideia do homem enquanto “centro do universo”, esta é uma questão complexa. Mas isso não está unicamente vinculado à problemática tecnológica. De fato a noção de universo que possuímos hoje (com o conhecimento da astronomia contemporânea) dificilmente atribuiria ao homem um lugar central. Esta é, entretanto, uma outra discussão e certamente não se restringe à questão levantada pelo debate em torno da pós-modernidade.

## Leia mais...

- *O espaço indeterminado*. Entrevista com Renato Ortiz publicada nas Notícias do Dia, em 31-07-2008, disponível em <http://bit.ly/1npp8tJ>.

Tema  
de  
Capa

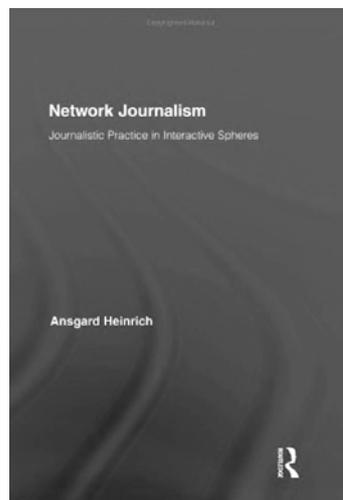
Destques  
da Semana

**IHU em  
Revista**

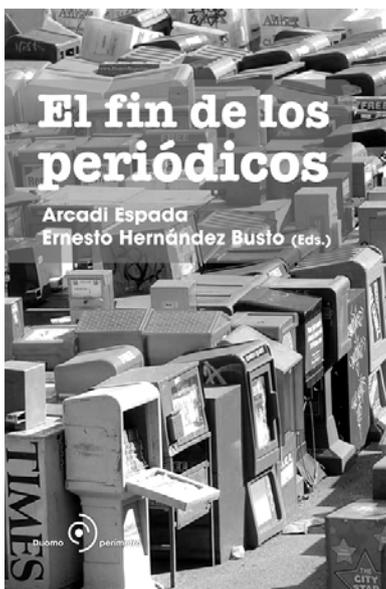


**HEINRICH, Ansgard. *Network Journalism: Journalistic Practice in Interactive Spheres*. New York: Routledge, 2011**

“Para compreender as complexas dinâmicas do jornalismo contemporâneo, recomendo este livro de Ansgard Heinrich, pesquisadora da Universidade de Groningen, Holanda. Em sintonia com um pensamento sobre jornalismo que vem se constituindo ao longo dos anos 2000, que se pauta pelas noções de fluidez e fronteiras porosas, a autora adota a metáfora da rede constituída por conexões diversas: redações tradicionais, blogs, sites de redes sociais, mídias alternativas e outras plataformas possíveis. Nesse processo dinâmico, as práticas jornalísticas convertem-se em potenciais fluxos de conversas, característica que ecoa proposta formulada nos anos 1960 por um conjunto de autores da chamada Escola de Munique, em que o jornalismo era compreendido como a conversação contemporânea da sociedade. O modo como o jornalismo é compreendido nesse texto aproxima-se das formas como estou pensando as processualidades dos acontecimentos e suas narrativas nas redes digitais: uma transnarrativa que conecta instantaneamente um universo plural de atores em acirradas disputas de sentidos.”



**Ronaldo Henn é professor e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos.**



**ESPADA, Arcadi; BUSTO, Ernesto Hernández (Eds.). *El fin de los periódicos. Crisis y retos del periodismo actual*. Barcelona: Duomo ediciones, 2009**

“O tempo presente está repleto de sinais, mais ou menos evidentes, de que grandes transformações estão em curso. No centro dos debates está o lugar ocupado pela tecnologia ou das consequências que a tecnologia provoca nas mudanças à vista. O jornalismo é um dos campos em que se evidencia que novas formas de exercer a profissão têm relação com as apropriações tecnológicas e, conseqüentemente, com o próprio estatuto do jornalismo. Este livro, organizado por Arcadi Espada e Ernesto Busto, contribui para entender o jornalismo sem rotativa, ou seja, pós-industrial. O primeiro é jornalista e professor na Universidade Pompeu Fabra, de Barcelona, e o segundo é cubano, escreve para diversas revistas espanholas e é editor de [www.penultimosdias.com](http://www.penultimosdias.com). São oito artigos que tensionam o que podemos esperar do jornalismo. Fazer jornalismo é hoje também informar sobre o próprio jornalismo. Jornalistas ou não, o leitor encontrará neste livro boas pistas para ler os jornais, informando-se sobre o que está acontecendo com eles.”



**Christa Berger é professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos.**

# Publicações em destaque



## A dádiva de si e a “juventude”: estudo etnográfico sobre movimento escoteiro

A 49ª edição dos **Cadernos IHU** publica *A Dádiva de Si e a “Juventude”: estudo etnográfico sobre movimento escoteiro*, de autoria do antropólogo e historiador Caio Fernando Flores Coelho. O texto analisa as práticas de membros do movimento escoteiro no Rio Grande do Sul, com especial foco no trabalho voluntário. Também investiga o momento de passagem da etapa etária conhecida como *ramo pioneiro*, que caracteriza, para o movimento escoteiro, o período de três anos em que um jovem se torna um adulto, após completar 21 anos de idade. Para tanto, foi realizada

pesquisa de campo por meio de observação-participante durante o período aproximado de dois anos (de janeiro de 2011 a novembro de 2012), além de quatro entrevistas em profundidade. Como recurso adicional, foi realizada prática fotoetnográfica – as imagens produzidas foram publicadas junto com o texto nesta edição dos Cadernos IHU. O problema de pesquisa a partir do qual o artigo se desenvolve é o estudo dos sentidos dados e dos valores defendidos pelo movimento escoteiro em relação ao voluntariado. Foram utilizadas as categorias “dádiva de si” e “engajamento” para explicar questões levantadas ao longo da análise da ideologia presente na defesa do trabalho voluntário como fator essencial do programa pedagógico e da conformação de identidades dos jovens que participam do movimento escoteiro.

Esta e outras edições dos Cadernos IHU podem ser adquiridas diretamente no **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** ou solicitadas pelo endereço [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br). Outras informações podem ser obtidas pelo telefone 55 (51) 3590-8213. Após o dia 20 de julho de 2014, o arquivo em PDF desta publicação também estará disponível em versão PDF no sítio do IHU, e poderá ser acessado pelo link <http://bit.ly/cadernosihu>.

Releia algumas das edições já publicadas da **IHU On-Line**.



## Arqueologia da mídia. Um passado presente

Edição 375 – Ano XI – 03-10-2011

Disponível em <http://bit.ly/ihuon375>

“Não aceitamos a ideia de que a mídia tenha sido inventada no século XIX com o advento da fotografia, telefonia e cinematografia, ou seja, que a mídia seja resultado da industrialização”. Assim o pesquisador alemão Siegfried Zielinski, que também é um dos entrevistados do tema de capa, compreende a arqueologia da mídia, conceito por ele criado e que inspira o debate da edição 375 da **IHU On-Line**.

## Midiatização. Um modo de ser em rede comunicacional

Edição 289 – Ano IX – 13-04-2009

Disponível em <http://bit.ly/ihuon289>

O complexo processo da midiatização da sociedade é o tema ao qual diversos estudiosos têm se dedicado nos últimos dez anos. Em torno das discussões suscitadas pelo tema, a edição 289 da **IHU On-Line** buscou professores do Brasil e do exterior para pensar na problemática. Contribuem para o debate Pedro Gilberto Gomes, José Luiz Braga, Antonio Fausto Neto, Jairo Ferreira, Muniz Sodré, Daniel Dayan e Dênis de Moraes.



## Mídia livre? A democratização da comunicação

Edição 254 – Ano IV – 14-08-2008

Disponível em <http://bit.ly/ihuon254>

“Não consigo discernir o que vem a ser a dita ‘mídia livre’”, afirma o jornalista Pedro Luiz da Silveira Osório, professor de jornalismo na Unisinos. “Não acredito na idéia de mídia livre”, diz Antônio Fausto Neto, professor e pesquisador do PPG em Comunicação da Unisinos, pois, explica, “não há produção de conhecimento desconectada de interesses, de modelos de anúncio e de modos de falar”. Mas o que é hoje, no Brasil, uma mídia livre ou alternativa? Esta, entre outras, é a questão debatida da edição 254 da **IHU On-Line**.

XVI Simpósio Internacional IHU - 10 a 13 de novembro

## Companhia de Jesus - Da supressão à restauração

Nos dias 10 a 13 de novembro de 2014 ocorre o XVI Simpósio Internacional IHU, intitulado *Companhia de Jesus. Da Supressão à Restauração*. O evento celebra os 200 anos da Restauração da Companhia de Jesus, supressa em 1773 pelo papa Clemente XIV.

A reflexão em torno dos processos, eventos e personagens envolvidos na expulsão, supressão e restauração da Ordem será feito a partir de aborda-

gens transdisciplinares voltadas para a compreensão do sentido, implicações e desafios teóricos e práticos da mesma frente à sociedade tecnocientífica contemporânea.

Veja a programação completa do evento e inscreva-se em <http://bit.ly/IHUXVI>. Confira o edital para a submissão de trabalhos em <http://bit.ly/IHUXVIa>. Confira alguns dos convidados.

### 10-11-2014 (terça-feira)



Evento: História e histórias da supressão da Companhia

Conferencista: Pedro Miguel Lamet é professor doutor da Universidad Pontificia de Comillas, Madri, Espanha. Entrou na Companhia de Jesus em 1958, onde se formou em Filosofia, Teologia, Ciência da Informação e Cinematografia. É autor, entre outros, de *As palavras vivas: Confidências de João, o discípulo predileto* (Coimbra: Editora Tenacitas, 2013), *Arrupe, una explosión en la Iglesia* (Ed. Temas de Hoy, 2007, 10. ed.) e *El místico: Juan de la Cruz* (Ed. La esfera de los libros, 2009).

### 11-11-2014 (terça-feira)

Evento: O Mito Negro dos Jesuítas em Portugal e no Brasil: Origens, evolução e metamorfoses do antijesuítismo

Conferência: José Eduardo Franco é professor doutor na Universidade Nova de Lisboa, Portugal. É autor de *Le Mythe Jésuite au Portugal, au Brésil, en Orient et en Europe - XVIe-XIXe siècles* (Paris: EHESS, 2008); *Dicionário Histórico das Ordens: Institutos Religiosos e outras formas de vida consagrada em Portugal: Ordens católicas* (Lisboa: Gradiva, 2010) e *Arquivos Secretos do Vaticano - Expansão Portuguesa: Documentação* (Lisboa: Esfera do Caos, 2011).



### 12-11-2014 (terça-feira)



Evento: Os jesuítas missionários exilados para a Itália no século XVIII e sua contribuição para a história natural da América

Conferencista: Ugo Baldini é professor doutor na *Università degli Studi di Padova*, Itália. Obteve seu doutorado sob Paolo Casini na Universidade de Roma (Laurea), com uma dissertação sobre Giovanni Alfonso Borelli. Desde 1997 é Professor de História Moderna na Universidade de Pádua.

### 13-11-2014 (terça-feira)

Evento: A Companhia de Jesus no Império Russo (1772-1820)

Conferencista: Marek Inglot é professor doutor da *Pontificia Università Gregoriana*, Roma. É autor de *La Compagnia di Gesu nell'Impero Russo (1772-1820) e la sua parte nella restaurazione generale della Compagnia* (Roma: Editrice Pontificia Università gregoriana, 1997).

